



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPOS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA ANGÉLICA DA SILVA ROSAS

**O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO TURCO PARA O ORIENTE MÉDIO À
LUZ DO SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO (2012-2016)**

**João Pessoa – PB
2018**

MARIA ANGÉLICA DA SILVA ROSAS

**O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO TURCO PARA O ORIENTE MÉDIO À
LUZ DO SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO (2012-2016)**

Trabalho apresentado à Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito do Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais, para obtenção do título de Mestre
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

Co-orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

João Pessoa

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R788p Rosas, Maria Angélica da Silva.
O posicionamento estratégico turco para o Oriente Médio à luz do surgimento do Estado Islâmico (2012-2016) [manuscrito] / Maria Angélica da Silva Rosas. - 2018.
94 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
"Coorientação: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Estado Islâmico. 2. Complexo Regional de Segurança.
3. Oriente médio. 4. Turquia . I. Título

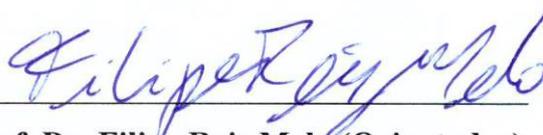
21. ed. CDD 915.61

MARIA ANGÉLICA DA SILVA ROSAS

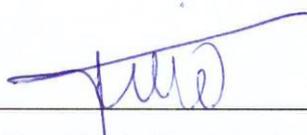
**O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO TURCO PARA O ORIENTE MÉDIO À
LUZ DO SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO (2012-2016)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovado em: 18/07/2018.



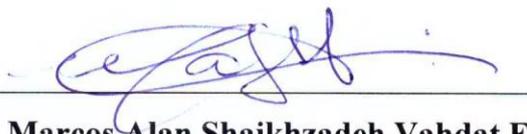
Prof. Dr. Filipe Reis Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Fabio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por toda a capacitação e oportunidades, por forças para enfrentar cada etapa, sabedoria e entendimento.

Agradeço também, imensamente, a minha família, que tem me dado suporte, palavras de incentivo, por acreditarem em mim e me incentivarem a não desistir.

Agradeço ao meu orientador por todas as sugestões de temas e correções, ao meu co-orientador que trouxe bastante acréscimo para a minha pesquisa, ao professor coordenador do Programa por todas as conversas e sugestões. Aos professores do Programa, pois com eles tive a oportunidade de aprender e crescer não apenas como pesquisadora, mas também trouxe conhecimentos para a minha vida.

Agradeço aos meus colegas de turma que também muito me ajudaram, me apoiaram, trouxeram críticas construtivas que auxiliaram a minha pesquisa.

Agradeço à banca examinadora por todas as contribuições no momento da qualificação, trazendo a luz o debate sobre questões sem a qual eu não teria visualizado. Agradeço também pela disponibilidade em avaliar a pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos que permaneceram firmes, me incentivando e tolerando minhas ausências nesse período.

RESUMO

A Turquia é um país com situação geopolítica bastante singular pelo fato de estar estrategicamente situado dentro de dinâmicas de segurança de diversas regiões nas quais se insere. Nesse contexto, a presente dissertação tem como objeto de estudo o posicionamento estratégico da Turquia para o Oriente Médio, em especial, a partir do surgimento do Estado Islâmico, com fito de verificar quais as implicações que este acontecimento trouxe para a atuação turca no Oriente Médio. A hipótese sustentada na pesquisa é a de que a Turquia instrumentalizou o surgimento do Estado Islâmico para a condução de sua agenda em segurança regional, atuando contra os curdos, grupo combatente ao Estado Islâmico que o país considera trazer maior instabilidade regional. Para se verificar essa hipótese, a pesquisa se desenvolve da seguinte forma; No primeiro capítulo se abordará a Turquia, trazendo um olhar sobre o surgimento deste país, breve histórico e contextualização regional bem como se fará uma introdução dos curdos. Em um segundo capítulo será apresentada a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, compreendendo-se como esta teoria é útil para o objeto da pesquisa, bem como se estudará o Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio e seus subcomplexos. Neste mesmo capítulo se verifica as circunstâncias que favoreceram o surgimento do Estado Islâmico e seu impacto na região. No terceiro capítulo se examinará o conflito contra o Estado Islâmico no Iraque e Síria e suas implicações para a Turquia, sob a luz da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, bem como a atuação turca em função de suas diretrizes em política externa. A metodologia utilizada será qualitativa. Será feita uma revisão bibliográfica de fontes primárias, secundárias e terciárias. O método será histórico indutivo.

Palavras-chave: Turquia. Estado Islâmico. Complexo Regional de Segurança. Oriente Médio.

ABSTRACT

Turkey is a country with a unique geopolitical situation because it is strategically situated within the security dynamics of the various regions in which it operates. In this context, this dissertation aims to study Turkey's strategic positioning for the Middle East, especially from the emergence of the Islamic State, in order to verify the implications that this event brought to the Turkish performance in Middle East. The hypothesis supported by the research is that Turkey has instrumentalised the emergence of the Islamic State to carry out its agenda in regional security, acting against the Kurds, a combatant group against the Islamic State that the country considers to bring greater regional instability. In order to verify this hypothesis, the research develops as follows; In the first chapter we will address Turkey, bringing a look at the emergence of this country, brief history and regional contextualization as well as an introduction of the Kurds. In a second chapter the Regional Security Complexes Theory will be presented, understanding how this theory is useful for the research object, as well as the Regional Security Complex of the Middle East and its subcomplexes. In this same chapter we see the circumstances that favored the emergence of the Islamic State and its impact on the region. The third chapter will examine the conflict between the Islamic State in Iraq and Syria and its implications for Turkey in the light of the Regional Security Complex Theory, as well as the Turkish role in terms of its foreign policy guidelines. The methodology used will be qualitative. A bibliographic review will be done of primary, secondary and tertiary sources. The method will be inductive history.

Key-words: Turkey. Islamic State. Regional Security Complex. Middle East..

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização da Turquia.....	19
FIGURA 2 – Figura ilustrativa do Oriente Médio.....	45
FIGURA 3 – Figura ilustrativa contendo gráfico de número de mortes pelos cinco maiores grupos terroristas entre 2010 e 2014.....	54
FIGURA 4 – Território do Estado Islâmico em janeiro de 2015 e janeiro de 2018.....	55
FIGURA 5 – Localização dos Curdos.....	67
FIGURA 7 – Ocupação dos curdos no conflito ao EI nos territórios do Iraque e Síria... 	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKP – Partido da Justiça e Desenvolvimento
CCG – Conselho de Cooperação do Golfo
CNS – Conselho Nacional Sírio
CRS – Complexos Regionais de Segurança
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CRSOM – Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio
DDKO – Lareiras Culturais Orientais Revolucionárias
EI – Estado Islâmico
ESI – Estudos de Segurança Internacional
ESL - Exército Sírio Livre
EUA – Estados Unidos da América
HDP – Partido Democrático dos Povos
KCK – União das Comunidades do Curdistão
KDP – Partido Democrático do Curdistão
OCX – Organização para Cooperação de Xangai
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDK - Partiya Demokrat a Kurdistanê
PDP – Partido da Democracia Popular
PDKI – Partido Democrático do Curdistão Iraniano
PJAK – Partido da Vida Livre do Curdistão
PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PUK – União Patriótica do Curdistão
PYD – Partido de União Democrática
RI – Relações Internacionais
RSC – Regional Security Complex
SI – Sistema Internacional
TCRS – Teoria dos Complexos Regionais de Segurança
TKDP – Partido Democrático do Curdistão da Turquia
UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

YPG – Unidades de Proteção Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 TURQUIA: DO KEMALISMO AO NEO-OTOMANISMO.....	18
1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A FUNDAÇÃO DA TURQUIA.....	18
1.1.1 Imediato Pós-Guerra Fria.....	22
1.2 RELAÇÕES DE CONFLITO ENTRE A TURQUIA E PAÍSES CIRCUNVIZINHOS...26	
1.3 A QUESTÃO CURDA.....	28
1.4 ASSUNÇÃO DO AKP AO PODER EM 2002, MUDANÇA DE PARADIGMAS?.....	32
2 A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA.....	37
2.1 A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA.....	37
2.2 O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA DO ORIENTE MÉDIO.....	44
2.3 BREVE RETOMADA DOS EVENTOS QUE FAVORECERAM O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO.....	47
2.3.1 A Guerra ao Terror Pós 11 de Setembro de 2001.....	47
2.3.2 A Primavera Árabe em 2010.....	49
2.3.3 Guerra civil na Síria em 2011.....	51
2.3.4 Governo Al-Maliki em 2011.....	52
2.4 O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO.....	53
3 O CONFLITO COM O ESTADO ISLÂMICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA TURCA.....	59
3.1 A FORMAÇÃO DE UM SUBCOMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA EM FUNÇÃO DO COMBATE AO EI.....	59
3.2 A PARTICIPAÇÃO CURDA NO COMBATE AO EI.....	66
3.3 O GOVERNO ERDOĞAN E SUA POLÍTICA EXTERNA.....	70
3.4 A ATUAÇÃO TURCA DIANTE DO SURGIMENTO DO EI.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

A região do Oriente Médio é tema de debates recorrente no âmbito das relações internacionais. Trata-se de uma região que detém uma longa história de interações, sejam militares, econômicas, políticas e diplomáticas com o continente Europeu, e posteriormente com os Estados Unidos. O sistema moderno das relações internacionais, com suas normas e instituições, foi grandemente influenciado pelas relações entre os países europeus e destes com as demais regiões (BUZAN, GONZALEZ-PELAEZ, 2009).

A análise das relações do ocidente com o Oriente Médio prova-se desafiadora. Há que se mencionar obras que buscaram compreender estas interações, tais como o Choque de Civilizações, de Huntington (1996), que acredita estarmos diante de uma nova ordem na qual o fator motivacional para os conflitos existentes entre países seria embasados em elementos culturais e religiosos, em especial com visibilidade para a atuação radical de grupos com características religiosas, resultando em maiores confrontos e instabilidades na região. Observa-se o crescente esforço feito, em especial pelos Estados Unidos, na promoção de uma “democratização” na região, requerem um olhar mais cuidadoso para os motivos que resultam na instabilidade presente no Oriente Médio (BUZAN, GONZALEZ-PELAEZ, 2009).

Para a melhor compreensão não apenas da região, mas dos países que a integram, volta-se à atuação do Império Otomano e como o islã tornou-se a principal religião praticada neste período. A presença religiosa na região acaba por ter relevância nas dinâmicas de segurança, posto que muitas vezes o elemento religioso atua como identitário e unificador, ou como meio pelo qual se realizam alianças ou apoios políticos.

A disciplina das Relações Internacionais (RI) é um campo de estudo autônomo relativamente recente. Desde sua classificação como campo de estudo autônomo até o presente, observa-se que mais temas têm sido abordados por estudiosos deste campo. Os estudos de segurança internacional, embora vastos, são uma subárea dentro das RI. Dentro deste campo, uma das áreas que vem ganhando destaque é o estudo sobre terrorismo e sua interação nos diversos temas de interesse para os Estados, Organizações internacionais e academia.

Embora os Estados Nacionais estivessem no centro do debate da disciplina em seus primórdios, existem novos atores no Sistema Internacional (SI) que não podem ser ignorados, pois influenciam o comportamento dos Estados em relação a outros atores e nas suas decisões de política interna e externa. Neste contexto, objetiva-se trazer o olhar para a atuação de

grupos como o Estado Islâmico (EI) e como a existência ou ação destas organizações interage no comportamento dos Estados, em especial nesta pesquisa, a Turquia, que faz fronteira com Iraque e Síria, o EI, países que tiveram territórios dominados pelo EI.

Em junho de 2014, faltando dois dias para o começo do Ramadã, o Estado Islâmico fez uma declaração anunciando o estabelecimento do Califado. Nos dias que se seguiram, o EI divulgou nas redes sociais suas ambições de alcançar os territórios da Síria e do Iraque e ali estabelecer o território do seu Estado. O EI também deixou claro seu projeto de instituir a Umma (que vem a ser uma comunidade global de muçulmanos, passando, por conseguinte, a imagem do Estado Islâmico como cosmopolita, posto que almeja alcançar a comunidade islâmica em todo o mundo, e também como algo palpável) (NAPOLEONI, p.51, 2014). Este grupo também declarou ter como líder o califa Abu Al-Bagfhadi (DANFORTH, 2016).

O Estado Islâmico, anteriormente uma facção dissidente da Al-Qaeda, é um grupo que atua na Síria e Iraque, por meio da tomada de cidades. Estes países, saliente-se, fazem fronteira com a Turquia. O EI declaradamente expressava pretensões expansionistas, de formação de um Estado soberano com governo divino (GERGES, 2016). Com o surgimento do EI, o contexto regional torna-se favorável para que os curdos, em seu combate ao EI, recebam suporte por meio de treinamento e fornecimento de armamentos e materiais, de diversos atores externos a região, tais como os Estados Unidos e países europeus (SCOPARIM *et al*, 2017).

Este grupo vem atuando no combate ao EI não apenas no Iraque como também na Síria. Devido ao surgimento deste, e a conseqüente atuação de combate a sua expansão, se percebe uma maior visibilidade dos povos curdos. Os curdos os quais atuaram fortemente em seu combate, são um dos maiores ajuntamentos étnicos do Oriente Médio, e já existia desde o Império Otomano. A população curda encontra-se atualmente distribuída entre Irã, Iraque, Turquia, Síria e Armênia (CFR, 2017). No decorrer do tempo, desde o término do Império Otomano se percebe a instrumentalização do povo curdo em conflitos entre os países onde este grupo se situa.

Contudo, na coalizão de combate ao EI conta com diversos atores, não necessariamente com interesses convergentes. Nesse conflito, embora o combate ao EI seja o objetivo em comum, as estratégias de realização e alcance a este objetivo divergem em conformidade com os interesses de cada ator envolvido. A Turquia desde o início do conflito demanda de seus parceiros, OTAN e EUA, que não concedam suporte aos curdos, tendo em vista que este país teme por fortalecimento do PKK em seu território. Por este motivo, em

diversos momentos, a Turquia é acusada de realizar seus ataques com o interesse puramente de contenção do avanço curdo (CFR, 2017).

Dentre os Estados que atuam no combate ao EI, o maior enfoque se dará na Turquia e em seus interesses no conflito. A Turquia é um país que se encontra em um contexto geográfico e político complexo. No pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), bem como após a guerra de independência (1919-1923), havia um entendimento no país de que para que ele pudesse obter crescimento, seria necessária a adequação à cultura ocidental. Durante a década de 1970, grupos que se identificavam com o passado otomano procuravam organizar-se por meio de criação de partidos, contudo, não havia permissão para que funcionassem de forma legalizada. Posteriormente, estas organizações conseguiram criar o partido Adaletve Kalinma Partisi (AKP), com um perfil islâmico mais moderado, eleito em 2002 e que se mantém no poder até os dias atuais.

Com a ascensão do AKP ao poder, o país adota novo direcionamento tanto em política interna quanto externa. Dessa forma, adota uma política externa mais assertiva e proativa, buscando demonstrar liderança e capacidade de articulação, ao intermediar diversos diálogos diplomáticos em conflitos nas regiões onde o país se insere (Balcãs, Europa, Oriente Médio). O país, que havia adotado uma postura desde a sua fundação, de assemelhar-se ao Ocidente, e uma campanha para ser integrada à União Europeia como Estado membro, busca recorrer em períodos mais recentes às suas origens otomanas e sua identidade religiosa com o Oriente Médio com fito a estabelecer-se como potência média na região.

Nessa conjuntura está inserida a figura de Tayyip Erdoğan, atual presidente da Turquia, o qual fundou o AKP e que, embora não afirmasse que o partido teria alguma inclinação religiosa, estimulou sua política de governo para a criação de uma burguesia empreendedora muçulmana. Nesse cenário, é imperioso mencionar que a Turquia enfrenta conflitos internos com os curdos, em especial o PKK, uma organização que manifesta interesse em maior autonomia.

Em termos de política externa, acadêmicos afirmam que existe um Neo-otomanismo (GOLDFELD, 2013) que seria uma nova guinada de política interna e externa por parte do governo turco em direção a retomada de tradições do antigo Império Otomano - acontecendo na Turquia - bem como na política interna. O país aumentou seu ativismo em direção ao Oriente Médio. O governo de Erdoğan tem procurado também restaurar mesquitas construídas ainda na época de Constantinopla.

O país se situa em uma posição estratégica geograficamente de proximidade com a Síria e com o Iraque, países onde a atuação do Estado Islâmico tem sido mais forte. Dessa

forma, é de grande relevância averiguar a dinâmica existente entre a Política Externa da Turquia e a atuação do Estado Islâmico, com foco especial nos períodos de 2015 e 2016. Em 2016, a Turquia, pela primeira vez, envolveu-se diretamente com o conflito contra o Estado Islâmico na Síria. Devido à difícil relação diplomática turca com o governo do presidente da Síria, Bashar al Assad, analistas compreendem que este fator justifica o pouco interesse turco em combater o Estado Islâmico.

Após esta breve contextualização chega-se ao problema da pesquisa que consiste em se verificar qual seria o interesse da Turquia em seu ingresso no combate ao Estado Islâmico.

A hipótese sustentada nesta dissertação é a de que a Turquia se insere no combate ao Estado Islâmico com dois interesses, não apenas o de garantir a continuidade das suas boas relações com o Ocidente ao combater este grupo radicalizado como também conter o avanço curdo na região.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a Turquia instrumentaliza o surgimento do Estado Islâmico para beneficiar sua agenda regional e seus interesses com a Europa (OTAN) e Estados Unidos, para, após a contenção do EI, garantir apoio na contenção do avanço dos curdos.

Os objetivos específicos consistem em, primeiramente introduzir a Turquia, para se compreender o contexto no qual este país se insere e como é afetado pelas dinâmicas de segurança regional do Oriente Médio. Em um segundo momento, apresentar a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, a qual será utilizada para se realizar a análise das mudanças nas dinâmicas de segurança na região com o surgimento do EI, bem como uma introdução ao Estado Islâmico. E terceiro objetivo analisar a conduta da Turquia no cenário do surgimento do Estado Islâmico, desde sua relação com a União Européia, EUA e possíveis mudanças na condução de sua política externa para com o Oriente Médio.

Ante o exposto, para se compreender as mudanças ocorridas na atuação da Turquia para o Oriente Médio, essa pesquisa compreenderá o período de 2012-2016, considerando-se a atuação da Turquia em ocasião anterior ao surgimento do Estado Islâmico bem como em um momento posterior. A Metodologia utilizada será um estudo de caso qualitativo. Acerca dos procedimentos, será feita uma revisão bibliográfica, utilizando-se de fontes primárias, secundárias e terciárias para subsidiar a pesquisa (bibliográficos e documentais). O método será histórico e indutivo.

Trata-se de um estudo de caso por analisar um fenômeno em específico, qual seja, a atuação da Turquia no combate ao Estado Islâmico.

Ao se realizar esta análise, não se pode perder de vista que este Estado está inserido dentro de um contexto regional, que influencia suas decisões em política externa bem como a respeito de quais temas devem ser priorizados em sua agenda de segurança.

Diante deste contexto no qual se insere a Turquia, a Teoria dos Complexos de Segurança Regional (CSR) é de grande valia por analisar tanto questões históricas de relações entre os Estados de uma determinada região, como questões geopolíticas (BUZAN, 2004). Esta teoria traz para a análise em segurança as dinâmicas de poder regionais. A teoria ganha bastante força no pós Guerra Fria, posto que se observa maiores movimentações nas relações de poder no nível regional. Neste período, autores (ARAS, GOERER, 2010) afirmam haver a reorientação da política externa turca em torno de uma neo-otomanização, e é dentro destas dinâmicas de segurança regional que se observam as atuações da Turquia.

O Oriente Médio, dentro da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Weaver (2004) organiza-se em um complexo regional de segurança o qual se subdivide nos subcomplexos do Levante, do Golfo e do Maghreb. Ainda conforme esta teoria, os conflitos em determinada região podem favorecer o desfazimento de certos arranjos de segurança para o favorecimento de novos arranjos.

Dessa forma, desde 2001, ocorrido o 11 de setembro e as conseqüentes intervenções dos Estados Unidos na região, tanto no Afeganistão quanto no Iraque e as revoluções no mundo árabe. Todos estes acontecimentos favoreceram uma situação de instabilidade na região, resultando em vácuos de poder, e um ambiente propício para o estabelecimento de novos governos no Iraque e na Síria.

Apesar da recente atuação externa que possa acarretar em instabilidade regional, os conflitos dentro do CRSOM são marcados por atuação de Estados situados na própria região e suas dinâmicas de poder que refletem suas ambições de poder tanto no nível regional quanto no global, pois a região é bastante autônoma em suas interações em segurança. A exemplo disso cita-se a questão curda, a qual, no decorrer do tempo vem sendo tema de agenda de segurança doméstica ou externa na região (LIMA, 2016. BUZAN, WEAVER, 2004).

Portanto, a compreensão do fenômeno do surgimento do Estado Islâmico é relevante para as Relações Internacionais por se tratar de um grupo com atuação que se expande além de um único território que desestabilizou governos, e influenciou as decisões de política externa de países ao redor do globo. O enfoque na Turquia mostra-se importante, pois há autores que afirmam que o país vem adotando, no decorrer da última década, uma mudança de paradigmas, do kemalismo para o Neo-otomanismo, e o surgimento do Estado Islâmico pode

ser utilizado pela Turquia nesse processo. Estas afirmações serão verificadas no decorrer do trabalho.

Para se averiguar a hipótese apresentada, o trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo se conhecerá mais sobre a Turquia, as circunstâncias históricas e geográficas que a colocam em posição tão singular em relação não apenas à região do Oriente Médio, mas também da Europa e região dos Bálcãs. Ainda se estudará nesse momento um pouco sobre o povo curdo, para compreensão sobre como o surgimento do Estado Islâmico traz a tona tensões dormentes entre este povo e os países nos quais ele se situa.

Nesse capítulo se compreenderá a correlação da Turquia com o Império Otomano, possível identidade com e como estas relações do passado influenciam na atuação deste Estado em relação com os países vizinhos na região do Oriente Médio, Rússia e Europa, e os elementos que subsidiam a sua política externa, tais como contexto geopolítico, social, formação da população, identidade religiosa, composição étnica populacional, contexto geopolítico turco, a OTAN, a Rússia, os Estados Unidos, e a população curda.

No segundo capítulo se estudará sobre o que vem a ser a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Aí se compreenderá como a teoria já vem sendo utilizada para o estudo dos conflitos e das dinâmicas de segurança regionais no Oriente Médio. Ainda se apreenderá neste capítulo os acontecimentos que favoreceram o surgimento do Estado Islâmico e como o surgimento desse grupo influenciou as dinâmicas de segurança no Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio.

No terceiro capítulo procurar-se-á compreender como se deu a formação de coalizões em favor da contenção do Estado Islâmico. Buscar-se-á verificar como ocorre a atuação dos atores envolvidos no conflito e seus interesses, e por fim trazer um olhar mais atento à conduta da Turquia face ao surgimento deste grupo e as consequências advindas destes acontecimentos, tais como o fortalecimento dos curdos tanto na Síria quanto no Iraque.

A pesquisa tem como enfoque maior a atuação do governo de Erdoğan, para se verificar se este vem se utilizando do surgimento do Estado Islâmico para subsidiar sua agenda de política interna e externa. Um dos elementos importantes a se considerar são as pretensões dos curdos e como seu possível fortalecimento devido ao combate ao Estado Islâmico pode influenciar ações turcas nas suas decisões de política interna e externa. Considerará ainda quais são os próprios interesses da Turquia no contexto das dinâmicas de poder dentro da região na qual se insere.

1 TURQUIA: DO KEMALISMO AO NEO-OTOMANISMO

1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A FUNDAÇÃO DA TURQUIA

Conforme (HEPER, CRISS, 2009) para se compreender a Turquia, não se deve desconsiderar sua história otomana. Embora seja uma jovem república, tendo início nos anos 1900, os chamados Turcos são um povo que vive na região da Anatólia por cerca de mil anos, durante os quais tiveram contato com outras culturas e vivenciaram mútua aculturação com as mesmas.

No que concerne aos dois primeiros séculos de sua história, pouco se sabe sobre a origem dos Otomanos. Encontram-se referências a sua existência em crônicas escritas por volta de 1302. Os otomanos emergiram na região que fica a noroeste da Anatólia e gradualmente foram conquistando novos espaços ao ponto que, em meados dos anos 1400 tomaram a cidade de Constantinopla. Contudo, ainda nesse período, o território que hoje ocupa a Turquia ainda não havia sido incorporado ao Império (HEPER, SAYARI, 2012).

Acredita-se que o Império Otomano surgiu em meados de 1299 e durou até 1922. Em 1914, com o acontecimento da Primeira Guerra Mundial, o Império participou do conflito em apoio à Alemanha. Tendo em vista que os Otomanos encontravam-se junto ao lado derrotado da Primeira Guerra mundial, por meio do Tratado de Sèvres (1920), os Aliados buscaram dividir o território da Anatólia. A partir daí começam os arranjos políticos, e conflitos que levaram à Guerra Turca de Independência (1920-1922) e, por fim, em 1923, por meio do Tratado de Lausanne é criado o Estado da Turquia. (HEPER, CRISS, 2009).

O país está situado no Hemisfério Norte, entre o Pólo Norte e o equador, em zona temperada. Está cercado pelo Mar Negro ao norte e a noroeste pelo mar de Mármara, a oeste pelo mar Egeu e ao sul pelo mediterrâneo (HEPER, CRISS, 2009). Situa-se na Península da Anatólia, sendo uma passagem natural entre a Europa e a Ásia, com território de 779.452 quilômetros quadrados e faz fronteira com a Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Grécia, Bulgária, Irã, Iraque e Síria (HEPER, CRISS, 2009).

Figura 1: Localização da Turquia.



Fonte: The World Factbook, 2018.

Ao ser estabelecida a República em 1923, o governo turco adotou como medida um processo de ocidentalização, pelo qual se propunha a diminuir a influência da religião sobre o Estado, e estabelecer um governo democrático. Com isso, adotou na educação o alfabeto advindo do Latim, bem como incentivou as artes com inspiração europeia. Além disso, trouxe professores da Europa cristã para ensinar nas universidades. Tais reformas duraram durante os primeiros cinquenta anos da República Turca (HEPER, ÖNCÜ, KRAMER, 1993).

O processo de secularização realizado na Turquia resultou em grandes mudanças sociais e culturais, abolindo-se o sistema de Califado¹, bem como no fechamento de escolas religiosas, juntamente com mudanças na legislação comercial, criminal e civil, e adotou-se o calendário gregoriano (HEPER, CRISS, 2009. HEPER, SAYARI, 2012).

Após tornar-se uma república, o país recebeu imigrantes de diversas nacionalidades. Uma importante onda de imigração foi dos armênios durante a Primeira Guerra Mundial. Apesar deste processo de secularização e ocidentalização, a religião islâmica permanecia como um fator de identidade nacional, bem como um elemento de unificação do país (HEPER, ÖNCÜ, KRAMER, 1993). A maior parte da população turca é muçulmana, e dentro deste grupo, grande maioria é sunita. O país ainda conta com uma grande população de curdos em seu território, estimados entre 10.000 e 20.000 curdos, sendo também de maioria muçulmanos sunitas (HEPER, CRISS, 2009).

¹ Para Napoleoni (2014) um Califado seria uma sociedade perfeita governada por um mandato divino. No entender de Hourani (1991) o Califado advém da figura do Califa, que seria um líder na comunidade, este não exerceria o papel de profeta, mas a escolha do califa advém de ordem divina, dessa forma, ele possui também autoridade religiosa.

No decorrer de sua história, na Turquia foram registrados diversos momentos de instabilidade das instituições democráticas devido aos golpes militares. Primeiramente em 1960, que envolvia conflitos religiosos; Posteriormente outro golpe militar acontece em 1971 motivado por descontentamentos da população com a política econômica que culminaram na atuação do exército para suprimi-la. Em um terceiro momento o golpe militar ocorre em 1980 por motivos econômicos e políticos resultando em desordem civil (SOARES *et al*, 2017).

Quando eclode a Segunda Guerra Mundial o país não ingressa no confronto, embora tenha sofrido pressões para se envolver de ambos os lados. No pós 2ª Guerra Mundial, e consequente surgimento da União Soviética, acontecem a aproximação dos Estados Unidos com a Turquia, por meio de auxílio militar e econômico, objetivando a prevenção de avanços soviéticos na Europa (HEPER, CRISS, 2009. HEPER, SAYARI, 2012).

São diversos os motivos apontados por diferentes autores, que justificam a opção da Turquia pelo alinhamento aos Estados Unidos no período da Guerra Fria. O primeiro apontado foram os incentivos militares e econômicos oferecidos por aquele país. Um segundo motivo, conforme aponta Fernandes (2010) é uma estratégia previamente adotada pelo Império Otomano, o qual, no decorrer do século XIX, contava com a Grã-Bretanha como aliada em apoio a tentativas de avanço pela Rússia no território Otomano (FERNANDES, 2010).

Para Lourenço (2015), outra razão para a aproximação com o Ocidente neste momento seguia uma estratégia de segurança nacional face à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Através desta aliança com o Ocidente, a Turquia buscava manter os territórios de Ardahan e Kars, situados no Leste da Anatólia cedidos a si pelo tratado Brest-Litovsk de 1917, assinado entre o Império Otomano, Rússia e Alemanha.

Nos anos subsequentes, observa-se continuidade na empreitada da República da Turquia em ser vista como parte do ocidente e do mundo europeu. Envolveu-se no conflito com a Coreia e em 1952 o país ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Um dos elementos motivadores para o ingresso da Turquia nesta organização é, além de sua política de ocidentalização, o forte expansionismo da URSS. Ao ingressar no Tratado, a Turquia mantém uma estratégia de contenção contra a União Soviética (LOURENÇO, 2015).

Em 1959 a Turquia ingressa no Pacto de Bagdá o qual conta com signatários o Iraque, Irã, Paquistão e Grã-Bretanha. Posteriormente assinou em 1960 uma série de tratados entre o Chipre, a Grécia e o Reino Unido (HEPER, SAYARI, 2012).

Sua relação com os países do Oriente Médio enfrenta certas dificuldades devido ao fato de o país ter reconhecido a criação do Estado de Israel. Este ato foi também uma medida estratégica turca tendo em vista o desenvolvimento de uma parceria e cooperação político-militar com Israel (LOURENÇO, 2015). Contudo, autores apontam que muitos países árabes enxergam o reconhecimento do Estado de Israel pela Turquia sendo motivado por um desejo de vingança devido à suposta “traição” pelos árabes ao Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial, quando aqueles se aliaram aos britânicos no confronto (FERNANDES, 2010).

No transcorrer da Guerra Fria, a associação com os Estados Unidos e com a OTAN foi a que mais atendeu aos interesses em política externa da Turquia, no que tange às ameaças impostas pela União Soviética. Concernente a um possível conflito com países do Oriente Médio, principalmente devido à questão curda, ou devido a motivos de querelas por território, a aliança feita com Israel seria a melhor parceria (FERNANDES, 2010).

Por volta dos anos 1960, é perceptível uma mudança nas tensões entre as potências do momento Bipolar, e neste momento a Turquia busca maior autonomia em relação aos Estados Unidos e a OTAN. A Crise dos Mísseis e a conseqüente retirada dos Mísseis Júpiter somados às demandas dos Estados Unidos para que a Turquia não iniciasse um conflito armado contra o Chipre em 1964². Nesse contexto, a Turquia adota uma política de reaproximação com a União Soviética, com os países do Terceiro Mundo com ênfase nos países Árabes e islâmicos. Para Kirişçi (2016), estes esforços não resultaram no apoio esperado para o conflito turco com o Chipre³. Apenas a reaproximação com a União Soviética foi positiva, resultando em maiores interações políticas e de comércio.

² Até 1962 a Turquia atua de forma bastante alinhada aos interesses dos EUA. Devido à Crise dos Mísseis em Cuba, os EUA se comprometem em remover os Mísseis Júpiter do território turco como uma concessão à União Soviética, porém sem consulta prévia à Ancara. Posteriormente, em 1964 há ainda maior distanciamento entre EUA e Turquia, com a falta de apoio daquele à Ancara na questão do Chipre. Desde então, o governo turco redireciona sua política externa, de maneira a atuar mais independente (menos pró-Occidente) e dá início a uma breve aproximação entre Ancara e Moscou (BARRINHA, 2015).

³ A questão com o Chipre demonstra bastante complexidade, tendo início em 1878 quando o Império turco-otomano havia ocupado seu território. Posteriormente, com a dissolução deste Império, o território passa a ser parte da Coroa Britânica, como colônia em 1925. No Chipre a população é composta tanto de Greco-cipriotas quanto de turco-cipriotas, e estas duas populações têm interesses diversos, pois, os Greco-cipriotas almejam maior aproximação com a Grécia, enquanto que os turco-cipriotas buscam um Estado autônomo, o que dificulta a unidade nacional. Após uma série de conflitos envolvendo até mesmo o Reino Unido, em 1960 é assinada uma Constituição, tanto por representantes Greco-cipriotas quanto turco-cipriotas, contando com a mediação de Reino Unido, Grécia e Turquia. A assinatura da Constituição não garante a paz no território, que enfrenta diversos conflitos posteriores entre os grupos rivais, Greco e turco-cipriotas. A Turquia se envolve neste conflito, especialmente em favor dos turco-cipriotas. Em 1983 os turco-cipriotas declaram a independência da República Turca do Norte do Chipre, sendo esta nova república reconhecida apenas pela Turquia. A comunidade internacional, de maneira mais ampla, dá seu apoio à República do Chipre, que não reconhece a independência da República Turca do Norte do Chipre. Como ingresso do Chipre na União Europeia em 2003, a situação torna-se ainda mais complexa (SOLER, 2008).

Em 1979 acontece a ascensão do regime teocrático no Irã e a invasão da União Soviética ao Afeganistão. No ano seguinte, em 1980, inicia-se o conflito armado entre o Irã e o Iraque. Esses episódios surtiram impacto na política externa turca, a qual optou por priorizar suas relações com o Ocidente. A instabilidade na região gera o temor do efeito *spillover*⁴ e resulta na intervenção militar no país em 1980. Ainda nesse período, a Turquia aproxima-se dos países produtores de petróleo, que a enxergam como um possível mediador entre Irã e Iraque na região, e ocorre um esfriamento nas relações com Israel. Isso se dá porque enquanto que nas décadas de 1950 e 1960 a política pró-Ocidente era vista como negativa pelos países árabes, a mudança de regime no Irã o qual adotava um caráter expansionista, atraiu estes países para o fortalecimento de suas relações com a Turquia (KİRİŞÇİ, 2016. SAYARI, 2000).

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos procuram se reaproximar da Turquia devido à reaproximação deste país com a União Soviética e sua capacidade de diálogo com o Irã. Todos estes acontecimentos assinalam que a política externa turca entre os anos 1950 e 1980 foi majoritariamente reativa, permanecendo como agenda principal sua aceitação como um membro do Ocidente (KİRİŞÇİ, 2016).

No período entre 1950 e 1960, o Partido Democrático que estava à frente do país adotava o entendimento de que não ambicionava envolver-se em questões do Oriente Médio, ainda seguindo a política de ocidentalização e uma tentativa de se evitar semelhanças com o Império Otomano (JAMES, ÖZDAMAR. 2009).

Ao fim da Guerra Fria (1991), os Estados Unidos (EUA) são vistos como a única superpotência global, e existe a expectativa de uma realidade multipolar, pois os EUA saíam deste conflito como uma “potência política, econômica, militar e tecnológica” não havendo, naquele momento, outro país que lhe equiparasse. A Rússia ainda mantinha o seu poderio bélico, como herdeira da ex-União Soviética (ITAUSSU, 1999).

1.1.1 Imediato Pós-Guerra Fria

O fim da União Soviética permitiu a existência de um vácuo de poder nos antigos territórios sob a sua influência antes à Queda do Muro de Berlim, resultando em

⁴ Quando um complexo regional de segurança tem a sua polaridade definida por grandes potências ou de nível superior, estas podem penetrar em outros RSCs e exercer o efeito de transbordamento (*spillover effect*), influenciando dinâmicas de segurança de outras regiões. Este movimento pode ser entendido como o processo pelo qual se torna possível Estados extra-regionais intervirem, ou até determinarem as dinâmicas regionais de outros complexos regionais de segurança. Quando isto acontece, a autonomia de potências regionais e de poderes menores é ameaçada (WINAND, PINHEIRO, CHAVES, 2015, p. 5).

transformações políticas que influenciaram a geopolítica dos Bálcãs, do Cáucaso e da Ásia Central. Dessa forma, a Turquia procura, devido a conexões históricas e sociais, especialmente em relação ao passado Otomano, aproximar-se e influenciar estas regiões. Uma destas conexões seria a religião, posto que na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e na Albânia, há um grande número de praticantes do islã (SAYARI, 2000. FERNANDES, 2010. ARAS, GORENER, 2010).

Neste período a Rússia enfrentava dificuldade em promover suporte a Estados que tradicionalmente estavam sob sua esfera de influência, tais como a Síria, sendo assim, a Turquia se tornou o segundo Estado mais poderoso da região, após a Rússia (JAMES, ÖZDAMAR, 2009).

Ainda como consequência da mudança de *status* do período bipolar entre as potências para uma posição incerta entre unipolaridade dos Estados Unidos ou um sistema multipolar de potências regionais médias, eram crescentes as possíveis ameaças advindas do Oriente Médio. Isto se deu porque países fronteiriços à Turquia teriam maior acesso a armas biológicas e mísseis balísticos. Acrescente-se a isso a ameaça imposta por grupos terroristas localizados na região os quais, da mesma forma, poderiam adquirir armamentos com maior facilidade (FERNANDES, 2010).

Nesse contexto, Dal (2015) entende que a Turquia direcionou suas relações internacionais para uma política mais liberal, especialmente no governo de Turgut Özal (1983-1987, 1987-1989).

Assim, participou da Guerra do Golfo em 1991, demonstrando o interesse de estar envolvida com os processos das instituições internacionais. Para Sayari (2000) o envolvimento turco na Guerra do Golfo foi como se demonstraram as mudanças de sua Política Externa para o Oriente Médio, motivada pelo desejo deste país de ganhar um maior destaque neste contexto de multipolaridade, como também seu temor em perder relevância geopolítica nas suas parcerias com o Ocidente (ÖZDAMAR, 2009).

Como foi mencionado anteriormente, o início da República da Turquia foi forjado pelas ideias de Kemal, e esta visão de ocidentalização, ou modernização, foi denominada de Kemalismo. Conforme explana Murinson (2006) esta vertente foi dominante na política externa turca por 70 anos. Contudo, nos anos 1990 o país passou a encaminhar sua política externa para uma linha denominada de Neo-Otomanismo.

O Ministro de Política Externa, Ismail Cem, o qual esteve à frente da pasta entre 1999 e 2000, se esforçou por realizar reformas objetivando adotar uma postura mais liberal e adequada às políticas da União Europeia (UE), isto devido ao interesse do país em ingressar

nesta organização internacional. Dessa forma, o país começa a atuar em fóruns multilaterais, conforme Dal (2015), buscando dar uma grande ênfase em democracia e direitos humanos.

Turgut Özal, foi o primeiro presidente da Turquia no pós Guerra Fria, integrante do AKP (Adaletve Kalkinma Partisi – Partido da Justiça e Desenvolvimento) em 2002 cujo líder era Recep Tayip Erdoğan, atual presidente da Turquia. A assunção deste partido trouxe consigo a Doutrina do Aprofundamento Estratégico através da qual a Turquia “muda suas percepções” sobre quais seriam os países parceiros e quais não seriam, direcionando seus esforços em direção a suas relações com os países do mundo muçulmano, tais como a Palestina e o Iraque (MURINSON, 2006. ARAS, GORENER, 2010).

Neste contexto, diversos conflitos étnicos e nacionais ocorrem nas regiões dos Bálcãs e do Cáucaso, além disso, era dada maior visibilidade para atuações políticas do Islã e internamente a Turquia enfrentava dificuldades com a população curda. Estes acontecimentos foram de grande influência para um redirecionamento da Política Externa Turca a qual assumiu um papel mais ativo na região (SAYARI, 2000, p. 169).

Ocorrem mudanças de atitude em política externa por parte da Turquia, saindo de uma política passiva e reativa para uma atitude mais assertiva e ativa. Um exemplo dessa nova guinada em Política Externa seria a adoção de sanções contra o Iraque em função da invasão do Kuwait; acerca do conflito entra a Armênia e o Azerbaijão, o país articulou a condenação por diversos atores internacionais europeus contra a Armênia; no conflito da Bósnia-Herzegovina implementou medidas contra a Sérvia (KİRİŞÇİ, 2016).

Dessa forma, a Turquia ganhou bastante visibilidade, não apenas por sua posição geoestratégica, mas por seu ativismo e contexto no qual estava inserida, tornando-se um parceiro chave para o Ocidente (KİRİŞÇİ, 2016).

Compreende-se, contudo, que o foco principal da Política Externa turca ainda é tornar-se um membro da União Europeia (UE). Afirmam Aras, Gorener (2010) que o processo tem sido longo devido ao fato de que muitos países da UE se opõem ao ingresso da Turquia no bloco. Além disso, as relações da Turquia com os Estados Unidos foram um pouco abaladas em períodos recentes. Sob a presidência de Barack Obama, presidente dos Estados Unidos no período de 2009-2017, as relações entre os dois países experimentaram melhoras, com a visita de Obama à Turquia em 2009.

Compreende Fernandes (2010, p.4):

Por tudo isto, é inegável constatar que se encontra nos primeiros tempos do pós-Guerra Fria a gênese de uma reconfiguração da política externa turca em moldes neo-otomanos. No entanto, um aspecto importante a reter, é que esta foi efectuada de forma cautelosa e pragmática, e com o cuidado de preservar, ao mesmo tempo, a orientação diplomático-estratégica anterior, de tipo pró-ocidental. Ou seja,

procurando, pelo menos no que dependia da Turquia, manter uma ligação forte às instituições de segurança ocidentais (leia-se à NATO), e dar continuidade às relações estratégicas privilegiadas com os EUA.

Uma das mudanças de geopolítica ocorridas neste período foi a independência do Azerbaijão, Turcomenistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão. Além das questões culturais já mencionadas, conforme assinala Sayari (2000) os líderes destes países recorriam à Turquia em busca de intermediação entre estes e os Estados Unidos para a realização de acordos em assuntos de política e economia internacional. A aproximação com estes países também seria benéfica para a Turquia para que esta se estabelecesse como uma potência regional e impedir possíveis avanços por parte do Irã e da Rússia em direção a estes países.

Assim, a Turquia seria uma conexão entre o Leste e o Oeste. Havendo inclusive a proposta de criação de acordos para fornecimento de gás e óleo, perpassando a Turquia, para fornecimento destes produtos de grande importância tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa (SAYARI, 2000, p. 174).

Esforzando-se por manter um relacionamento positivo com os Estados Árabes. O país, por intermédio de sua relação com o Irã, pressionou a Síria para que esta não mais desse suporte ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Ao mesmo tempo, a Turquia se esforçava por manter seu bom relacionamento com Israel (JAMES, ÖZDAMAR. 2009).

O país também desenvolve mais diálogos com a Síria, maior apoio às instituições palestinas em meio ao processo eleitoral com o Hamas vitorioso nestas eleições em 2006. Constituir relações comerciais com o Curdistão iraquiano, bem como mais diálogos com o Irã a exemplo do acordo nuclear assinado juntamente com o Brasil em 2010. Acerca de Israel, percebe-se um afastamento em relação a este país, quando dos conflitos entre Israel e a Faixa de Gaza, a Turquia posiciona-se a favor dos ocupantes de Gaza e conseqüente rompimento de relações diplomáticas entre Israel e Turquia em 2010 devido à morte de turcos civis em decorrência de operações militares israelenses (NASSER, ROBERTO, 2016 apud ROBINS, 2013).

A Turquia almejava projetar um modelo político através do qual um partido com origens religiosas possa funcionar de maneira harmoniosa com os padrões ocidentais de governo, sem a tentativa de retorno aos moldes do Império Otomano onde o governo era organizado em califados, conforme já foi tratado anteriormente neste capítulo. Estas iniciativas turcas eram bem acolhidas pelos Estados Unidos (NASSER, ROBERTO, 2016 apud GERGES, 2012. ROBINS, 2013).

Há que se mencionar ainda a Doutrina de Profundidade estratégica de Davutoğlu, através da qual a Turquia buscava desenvolver diálogos na resolução de conflitos. Corroborando esta doutrina observa-se o papel mediador turco nos conflitos entre Israel e Palestina, Israel e Irã, na Somália, e o diálogo trilateral entre Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Turquia. Outra importante ação foi a tentativa de realização do de realização acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã em 2010. Todas estas atuações em política externa reforçavam um comprometimento com o *peacebuilding*⁵ e a justiça internacional (DAL, 2015, p. 427).

Face às revoltas árabes e consequente desestabilização das estruturas estatais na região, viabilizando o surgimento do Estado Islâmico, fez-se necessário para a Turquia mudar sua estratégia de aproximação junto ao Oriente Médio, em especial os países onde o Estado Islâmico seria mais atuante. Este tópico será mais bem abordado nos itens e capítulos que se seguem.

1.2 RELAÇÕES DE CONFLITO ENTRE A TURQUIA E PAÍSES CIRCUNVIZINHOS

Devido ao fato de a Turquia ser vista como a herdeira do Império Otomano, havia desconfianças mútuas a serem superadas entre os turcos e os países árabes. O motivo para isso é que da parte dos turcos, esperava-se um apoio dos povos árabes durante a Primeira Guerra, que não receberam, pelo contrário, os povos árabes se aliaram aos opositores ao império Otomano neste momento. Além disso, na visão dos povos árabes, os otomanos eram considerados seus repressores. Estes acontecimentos explicam a condução das relações turcas com os países do Oriente Médio nos primeiros anos da formação desse Estado (JAMES, ÖZDAMAR. 2009).

Em termos de moldes europeus, a Turquia possui grande extensão geográfica. Em termos de região, o país se insere tanto na Europa, quanto na Ásia, quanto ao Oriente Médio (LOURENÇO, 2015). Não se deve esquecer que antes de tornar-se o Estado turco, o país compunha o Império Otomano, conforme foi tratado no item anterior. A Turquia participou de diversas disputas geopolíticas com os Estados vizinhos.

⁵ Conforme explica KEMER, PEREIRA, BLANCO (2016) o conceito de *peacebuilding* surge no período da Guerra Fria, quando a ONU realizava operações de paz e de segurança compostas por observadores e por um contingente militar armado que seriam responsáveis por: monitorar as zonas neutras entre os combatentes, promover a construção de confiança entre as partes conflitantes, garantir a manutenção do cessar-fogo, garantir a estabilidade nos locais onde os conflitos seriam mais intensos e promoção da solução pacífica de conflitos. Dessa forma, tradicionalmente o conceito de *peacekeeping* está atrelado ao consentimento das partes, à imparcialidade e ao mínimo esforço. O conceito, nos dias atuais apresentam novas nuances, tendo em vista que as operações necessitam adaptar-se a realidade de cada caso concreto, contudo, por não ser o tema objeto de estudo desta pesquisa, não se poderá aprofundar as considerações sobre a temática nesta obra.

Ao final do Império Otomano, entre 1915-1917, o império é acusado de massacres da população armênia, o que deixou as relações turcas com a Armênia mais dificultosas (BARRINHA, 2013) tal alegado genocídio não é reconhecido oficialmente pelo Estado turco, contudo é reconhecido por outros atores internacionais a exemplo da França e do Parlamento Europeu; concedeu apoio ao Azerbaijão face ao conflito Nagorno-Karabach. Historicamente o país também apresentaria discórdias com a Bulgária em função da minoria búlgara “pomak” a qual havia sido integrante do antigo Império Otomano. Com a Grécia o país litiga acerca de áreas territoriais marítimas e em favor de uma minoria muçulmana turca situada na Grécia (LOURENÇO, 2015).

Com o Irã existe uma disputa por influência na região do Oriente Médio e sobre as ex-repúblicas soviéticas localizadas na Ásia Central. Acerca do Iraque, existiriam ambições territoriais turcas sobre o Norte daquele país, território que havia sido reivindicado pela República da Turquia em 1923, contudo, que permaneceu no Iraque. Da parte do Iraque, haveria querelas sobre a construção de uma barragem pela Turquia nos rios Tigre e Eufrates, prejudicando o abastecimento do Iraque (LOURENÇO, 2015).

Para James, Özdamar (2009) o relacionamento da Turquia com a Síria vinha sendo de críticas durante os anos 1990, havendo riscos de escalada para um conflito armado. Com o colapso da União Soviética, a percepção síria tenderia a mudar em relação à Turquia, por esta sair mais fortalecida nesse momento. A Síria, este país não reconhece a soberania turca sobre a província do Hatay; a Síria também contrapõe a utilização feita pelos turcos dos rios Tigre e Eufrates, que, de acordo com os sírios, prejudica o abastecimento de água para este país (LOURENÇO, 2015). Ainda em relação à Síria, a Turquia acusa este país de dar apoio ao PKK, o que será mais bem abordado no próximo tópico (LOURENÇO, 2015).

Acerca do Chipre, a Turquia realiza uma ocupação militar neste país, no Norte da ilha (LOURENÇO, 2015). O Chipre integrava o território otomano e em 1878 estava sob a administração britânica. A partir de 1950 se desencadeia um conflito entre a Turquia e o Chipre, este país recebeu o apoio de países árabes, a exemplo do Egito (FERNANDES, 2010).

A Turquia mantém sua agenda de aumento de influência sobre o Oriente Médio após o fim da Guerra do Golfo. Para Sayari (2000) um dos motivos para este protagonismo turco no Oriente Médio foram as campanhas separatistas curdas promovidas pelo PKK. Isto ocorre porque a Guerra do Golfo causou o enfraquecimento institucional do Iraque que permitiu ao PKK criar bases naquele Estado, situadas próximo às fronteiras com a Turquia.

Em meados de 2004 a Turquia esforçou-se por forjar um acordo regional de combate ao terrorismo, por meio de visitas. Tais como ao Iraque, e reuniões com países os quais detêm

fronteiras com o Iraque, em uma tentativa de evitar que, face ao estado de destruição em que o país se encontrava, diversos grupos terroristas tomassem proveito do momento para promover suas agendas. Já nesse momento percebe-se um constructo de segurança regional, face ao desafio imposto pela possibilidade de avanços de ações terroristas em países vizinhos ao Iraque (MANGO, 2005).

1.3 A QUESTÃO CURDA

Encontram-se relatos sobre a existência dos curdos desde o período da pré-história, os quais se situavam na região entre o planalto do Irã e o Rio Eufrates. No período atual localizam-se em parte da Turquia, Síria, Irã, Iraque e Armênia. Não existe homogeneidade acerca de religião e idiomas, mas são considerados o maior “grupo” localizado no Oriente Médio. São constituídos sob a organização política de tribos, as quais não possuem necessariamente uma agenda unificada (SOARES *et al*, 2017. HEPER, 2007).

Durante o Império Otomano, a maior identidade formada entre os povos era a religião muçulmana, o que levou os curdos a não desenvolverem um movimento nacionalista, senão somente no século XX (JAMES, ÖZDAMAR, 2009). O Império Otomano havia suprimido a organização tribal governada por tribos, substituindo-os por líderes religiosos, os sheikhs (*seyh* em turco) (MANGO, 2005).

Os curdos ainda concebem 7% da população iraniana, e na Síria 15% da população, situados ao norte deste país. Ocorrido o surgimento do Estado Islâmico (2014) e o envolvimento curdo no combate a este grupo radicalizado, a questão da autonomia ou possível independência curda ganha visibilidade no âmbito internacional (SOARES *et al*, 2017).

Concernente aos curdos no Iraque, estes alcançaram o *status* de funcionamento “semiautônomo” denominado de Curdistão, após a invasão do país pelos Estados Unidos e retirada do poder de Saddam Hussein (SOARES *et al*, 2017).

A população curda no Oriente Médio e ex União Soviética é estimada em torno de 20 a 25 milhões, estando 14 milhões na Turquia. A população total de curdos seria de 22,6 milhões (em torno de 18%), nos anos 1990. Situada na Turquia 7 a 10 milhões, no Iraque 5 a 6 milhões, no Irã 3 a 4 milhões e na Síria 2 a 3 milhões. Por isso, não existe uma autoridade central para os curdos (JAMES, ÖZDAMAR, 2009).

Na segunda metade do século XIX, o nacionalismo curdo começava a demonstrar sua força. Por intermédio do acordo de Sevres de 1920, ao término da 1ª Guerra Mundial, e

consequente extinção do Império Otomano, os aliados haviam se comprometido em criar um Estado autônomo para os curdos. O governo nacionalista da Turquia não concordou com os termos do acordo de Sevres, e dessa forma, alcançaram um melhor acordo, este seria o Tratado de Lausanne de 1923, através do qual o governo turco apenas reconheceria os direitos de minoria para os turcos não muçulmanos. A tão almejada autonomia curda não foi permitida dentro do território da Turquia, o que foi uma fonte para conflitos étnicos dentro do país (JAMES, ÖZDAMAR, 2009. SOARES *et al*, 2017).

Importa ainda considerar que, para a população curda, de acordo com Heper (2007) o fator religioso de um Estado com fortes raízes islâmicas é de grande importância, isso devido a sua cultura de lealdade ao califado. Isso pode ser vislumbrando na Primeira Guerra Mundial quando o Califa havia declarado *cihad* (guerra santa) “contra os adversários não muçulmanos” (HEPER, 2007, p. 148).

Dessa forma, o movimento de secularização realizado por Kemal não foi visto com bons olhos pelos curdos, no momento de instauração da República da Turquia em 1923. As revoltas no primeiro momento da República tinham motivação religiosa, não que fossem apoiadas por todos os curdos (HEPER, 2007).

Além do fator religioso, para a Turquia, haveria iniciativas tanto do governo soviético quanto do britânico na incitação de rebeliões contra a Ancara. Da parte da Rússia, anterior à União Soviética, desde 1910, esforços eram feitos para desestabilizar o Oriente Médio e controlar ou obter auxílio da Turquia em suas empreitadas para deter o controle sobre a região. Havendo diversas empreitadas, tanto em 1945, quando se tentou auxiliar a criação de um governo curdo na fronteira com o Irã tanto para desestabilizar a Turquia quanto o Irã. Posteriormente, observam-se semelhantes ações por parte da URSS com o apoio a movimentos separatistas curdos dentro da Turquia, através de milícias nos anos 1970 e 1980 (HEPER, 2007).

Da parte do governo britânico, em 1919 a inteligência Britânica procurou estimular o estabelecimento de três confederações curdas sob a influência da Grã Bretanha, sendo elas no Iraque e na Turquia. Havia também aspirações de um mandato sobre toda a Anatólia Oriental. Estes esforços resultaram de certa forma positivos, com as rebeliões em 1920 da tribo *MilliAşiret*, em 1921 da tribo *Koçgiri*, e em 1924 a os cristãos *Nasturi*. As revoltas mencionadas foram suprimidas (HEPER, 2007).

Por volta dos anos 1925, 1930 e 1937 foram vislumbradas revoltas por parte dos curdos com finalidades separatistas, as quais foram suprimidas pelo governo. Originário da Organização de Estudantes Marxistas Turcos de 1970, nos anos 1980 surge o PKK que foi o

grupo com maior iniciativa para constituir um Estado Curdo independente. O PKK tem perseguido a agenda separatista por mais de 20 anos, com escalada deste conflito nos anos 1990, tornando-se um dos maiores desafios para a Turquia (JAMES, ÖZDAMAR, 2009. HEPER, 2007. SOARES *et al*, 2017).

De acordo com Mango (2005) a questão curda na Turquia tem características de nacionalismo separatista. Em 1978, os Revolucionários do Curdistão uniram-se na província de Diyarbakir para, formalmente, fundar o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (*Parti Karkerani Kurdistan – PKK*). Após este momento, ocorre uma deterioração da relação entre curdos e turcos neste país. Em 1984, esta organização realiza atentados em postos diplomáticos e turísticos. Encontra-se listada como uma organização terrorista tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa (SOARES *et al*, 2017. MANGO, 2005).

Conforme James, Özdamar (2009) compreende-se que o governo da Síria, por volta dos anos 1990, financiaram o PKK objetivando que a Turquia lhe desse permissões sobre as águas do Eufrates. Uma das formas de a Síria conceder apoio ao PKK era a permissão para que os integrantes do grupo praticassem treinos em seu território e possibilitando refúgio para Abdullah Öcalan por 20 anos. A Turquia procurou realizar negociações com a Síria objetivando o não encorajamento de grupos desestabilizadores atuantes nos territórios de ambos os países, para tanto a Turquia se comprometia em garantir o fornecimento de água do rio Eufrates para a Síria. Contudo o referido acordo não alcançou sucesso, a Síria continuou apoiando o PKK e a Turquia manteve a restrição das águas do Eufrates para a Síria (JAMES, ÖZDAMAR, 2009).

Historicamente, em face de maiores rebeliões por parte de extremistas nacionalistas curdos, o governo turco esforçou-se por manter a ordem e a lei, a exemplo de endurecer as instituições a uma condição semelhante a um modelo ditatorial em 1925. Outras medidas tais como desarmamento de tribos, banimento de algumas tribos curdas, e remoção de curdos de cargos dentro do setor econômico, dentre outras medidas (HEPER, 2007).

Nos anos 1950, observa-se novamente este comportamento por parte da Turquia, por meio de uma intervenção militar em 1960, como resultado de temores sobre um potencial efeito *spill over* devido ao golpe militar ocorrido no Iraque (HEPER, 2007).

Contudo, para Heper (2007), as atitudes por parte da Turquia em relação aos curdos almejavam a assimilação deste grupo, com medidas sistemáticas de supressão de elementos identitários curdos dissonantes com o projeto nacional turco de que houvesse uma identidade nacional. E por esse motivo os curdos encontrariam ainda mais motivos para rebelarem-se, por estarem sofrendo supressão de sua autonomia dentro do Estado no qual estavam inseridos.

Nos anos 1960, foi instituído um grupo com interesses políticos direcionados para o socialismo, tais como o grupo que originou o Partido Democrático do Curdistão da Turquia (*Türkiye Kürdistan Demokrat Partisi – TKDP*), este conectado com o movimento Barzani no Iraque. Posteriormente também é criado o Lareiras Culturais Orientais Revolucionárias (*Devrimci Doku Kültür Ocakları – DDKO*). Abdullah Öcalan, fazia parte do DDKO antes de se tornar líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (*Partiya Karkeren Kurdistan-PKK*) (Heper, 2007). Neste período, conforme Mango (2005) as iniciativas de Öcalan eram incentivadas pelo regime do presidente sírio Hafez AL-Asad, o qual recebia auxílio militar da União Soviética. O governo sírio também dava suporte aos curdos no Iraque.

Os Barzanis também se envolveram no conflito entre o Irã e o Iraque (1980-1988), sendo financiados pelo governo iraniano para lutar em seu favor. Bem como a União Soviética, que também se aproxima do PKK para favorecer sua agenda junto à Bulgária, Síria e Palestina (MANGO, 2005).

Já no período entre 1984-1999, o PKK também foi acusado de receber auxílio externo à Turquia nas suas demandas separatistas. (HEPER, 2007). Em 1984, com a revolta proporcionada pelo PKK, a temática curda ganha centralidade nas políticas de segurança da Turquia. Em Política Externa, a Turquia buscava evitar que este grupo recebesse apoio militar ou político externo. O maior temor da Turquia seria uma organização pelos curdos espalhados na Turquia, Iraque, Síria e Irã de maneira que se unam em uma causa comum (FERNANDES, 2010).

A resposta da Turquia a este movimento do PKK foi de realizar incursões militares no Iraque a procura de militantes, além do lançamento de bombas em supostas bases militares do PKK no Iraque (SAYARI, 2000).

Entre 1992 e 1993 Turquia e Síria realizam um acordo de cooperação contra o terrorismo, e a Síria passa a reconhecer o PKK como um grupo terrorista, contudo a Síria não mudou sua atuação em relação ao PKK o que significa que o acordo não logrou êxito e a Turquia realizava a restrição das águas do Eufrates para a Síria como forma de pressão (JAMES, ÖZDAMAR, 2009).

Em 1998, a Turquia realizou uma campanha contra a Síria a qual tinha a possibilidade real de se tornar em um conflito militar e até mesmo uma guerra. Neste mesmo ano os dois países assinaram o Acordo da Andana pelo qual a síria se comprometia de efetivamente retirar seu apoio ao PKK. Após diversas tentativas de diálogo entre Turquia e Síria, este efetivamente suspendeu o apoio ao PKK, expulsando Öcalan do território sírio. Em 1999

Öcalan, depois de diversas tentativas evasivas, retorna à Turquia para cumprir uma sentença de prisão perpétua (JAMES, ÖZDAMAR 2009. SAYARI, 2000. MANGO, 2005).

No ano de 1999, Abdullah Öcalan, fundador do PKK foi capturado, resultando em enfraquecimento da organização. Posteriormente, contudo, no ano de 2000 o PKK toma a iniciativa de criar a União das Comunidades do Curdistão (Koma Civakên Kurdistan – KCK), almejando realizar uma unificação entre os curdos da Turquia juntamente com os da Síria e do Iraque. No ano de 2009, o PKK e o governo turco realizam conversas de paz que resultaram em cessar fogo em 2013 (SOARES *et al*, 2017).

Em julho de 2015, o Estado Islâmico realiza um atentado suicida que culmina com a morte de 32 ativistas curdos. Devido a este atentado, o PKK responde com militarmente, requerendo do governo turco a atuação contra o Estado Islâmico na Síria e os curdos situados no território turco (SOARES *et al*, 2017).

No combate ao Estado Islâmico, o PKK associou-se a milícia curda no Iraque. Esta crescente organização dos curdos no combate ao Estado Islâmico deixa a Turquia temerosa de que isso possa desestabilizá-la internamente, principalmente pelo fato de que este país vem combatendo o PKK militarmente e de outras formas por mais de 30 anos (SOARES *et al*, 2017). Um dos motivos que fortaleceu o PKK no Iraque foi a fraqueza que este Estado apresentava, após a Guerra ao Terror e posterior surgimento do Estado Islâmico para exercer controle sobre a região.

Conforme Heper (2007), o governo da Turquia enxergava os curdos nacionais deste país como nacionais, independentemente da identidade fosse ela curda ou turca, tendo em vista haver muitas identidades, especialmente religiosa, sendo grande maioria da população turca de religião muçulmana.

Dessa forma, se percebe que nem toda a população curda ambiciona a separação, na Turquia, posto que muitos estejam integrados na sociedade. Para Heper (2007), as rebeliões iniciadas por extremistas curdos são também instigadas por cumplicidade de origem externa ao país, com o objetivo de desestabilizar a nação.

Conforme Heper (2007), outro fator a se considerar é que o fator mais caracterizante da identidade nacional turca é de cunho religioso, qual seja, a religião muçulmana. Sendo o fator étnico menos relevante. O que havia por parte dos curdos, desde a formação da república turca, seria o um desejo por mais autonomia, o que não foi satisfeito por parte do governo turco (HEPER, 2007).

1.4 ASSUNÇÃO DO AKP AO PODER EM 2002, MUDANÇA DE PARADIGMAS?

Ocorrido o atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, a Turquia necessitou redefinir como se daria sua atuação em política externa. Para Davutoğlu (2008) o fato de o país situar-se em uma região central entre a África, a Ásia e a Europa pode caracterizá-lo como possuidor de diversas identidades regionais, podendo exercer sua influência em todas as regiões das quais faz parte. Este posicionamento estratégico lhe garantiu um grande número de imigrantes quando da formação da República da Turquia. É do interesse dos tomadores de decisão em política externa que o país seja percebido com todas estas identidades, de maneira que possa dialogar com elas.

No que diz respeito ao elemento religioso, o país é majoritariamente muçulmano, havendo, dentro deste grande grupo religioso, variações entre sunitas e alevís (xiitas os quais constituem cerca de 20 a 25% da população total). Este grupo é visto como apoiador da reforma de secularização, além disso, na atualidade integram os partidos da esquerda. Os sunitas ainda são dominantes na Turquia (LOURENÇO, 2015).

Em termos étnicos, constitui-se uma macro divisão entre turcos e curdos. Estes somariam certa de 12 a 20% da população do Estado Turco. A questão curda tem sido bastante relevante, tendo em vista o PKK/Kongragel. Contudo, os curdos não possuem uma homogeneidade religiosa, bem como heterogeneidade linguística (LOURENÇO, 2015).

No ano de 1999, o país foi declarado como Estado candidato para ingressar na União Europeia (HEPER, CRISS, 2009). Com a assunção ao poder do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), cujo líder era Tayip Erdoğan, o país vivencia mudanças internas e externas. No âmbito interno, há o esforço em criar um maior diálogo entre os ideais democráticos, da doutrina Kemalista, e o islã, o traço identitário mais forte do país. No âmbito externo, o governo liderado pelo AKP procura conciliar suas relações entre Ocidente e Oriente Médio. Para Nasser, Roberto (2016) esta atitude devia-se à uma política de barganha entre os EUA, a UE e a Rússia (DAVUTOĞLU, 2008).

Em 2002, Erdoğan assume o posto de Primeiro Ministro, o partido buscava encontrar relações harmoniosas entre a origem laica Kemalista do Estado Turco e suas origens islâmicas que remontam ao Império Otomano. Além de tentar harmonizar o secularismo ou ocidentalização com o islã, Erdoğan procura reinterpretar o secularismo vendo-o como uma forma de se proporcionar livre-arbítrio para que os indivíduos possam manter suas crenças religiosas (NASSER, ROBERTO, 2016).

Todas estas ações consistiam em buscar alterar a interpretação do Islã como algo ameaçador. Erdoğan também estimulou que os processos eleitorais fossem possíveis de

ocorrer sem a intervenção militar. Quando Primeiro Ministro, Erdoğan assevera como uma de suas primazias a continuidade no processo de ingresso pela Turquia na União Europeia (NASSER, ROBERTO, 2016).

Em um primeiro momento em sua política externa (2003-2005), o governo AKP tinha como maior foco buscar chegar-se à União Europeia. As tentativas de aproximação com a União Europeia não foram acolhidas como esperado pelo bloco. A partir daí o AKP direciona seus esforços para o Oriente Médio, seguindo a estratégia de Davutoğlu e Gül (NASSER, ROBERTO, 2016).

A Doutrina da Profundidade Estratégica de Davutoğlu (2008) segundo a qual, a Turquia, por deter uma posição geoestratégica privilegiada, deveria ser o ator central que, como possuidor de muitas identidades regionais, poderia atuar em todas as regiões nas quais se insere. O propósito desta doutrina seria utilizar a diplomacia para solucionar conflitos internacionais, e a cooperação econômica para que houvesse maior “interdependência” entre os países (DAVUTOĞLU, 2008).

Em 2004 o Primeiro Ministro da Turquia realiza uma visita a Síria, e em 2005 o presidente da Síria, Bashar al-Assad visita a Turquia, na oportunidade ocorre a assinatura de um acordo de cooperação, sendo esta a primeira vez que um presidente da Síria visita a Turquia. Neste momento, Ancara em sua busca por realizar um papel mais ativo na resolução dos conflitos na região, dialoga com o governo sírio para que este retire-se do Líbano (JAMES, ÖZDAMAR 2009).

No período de 2005 a 2011, ocorreria uma “segunda fase” da política externa implementada pelo governo AKP, na qual o país direcionaria esforços para aproximar-se do Oriente Médio, trazendo elementos identitários islamitas que a caracterizariam (NASSER, ROBERTO, 2016 apud ROBINS, 2013. ROBERTO, 2016a).

Dentre as mudanças do período está a retirada do envolvimento dos militares com as decisões políticas do país objetivando se evitar novos golpes. O AKP procura estimular a ideia da Turquia como um Estado Central bem como a doutrina da Profundidade Estratégica de Davutoğlu que consistia na Turquia, como Estado central, e detentor de “múltiplas identidades regionais” ao mesmo tempo, engajando-se não apenas nas questões europeias, como já vinha fazendo desde sua criação, como também nas políticas do Oriente Médio (ROBERTO, 2016a).

É especialmente na Síria que a atuação turca é mais forte em 2011, onde o governo procura incentivar a retirada de Bashar Al Assad do poder com a sua substituição por um novo grupo mais alinhado aos interesses turcos. Dessa forma, a Turquia concede que o

Exército Sírio Livre (ESL) estabeleça bases em Hatay (província situada na Turquia) bem como acatou que se criasse o Conselho Nacional Sírio (CNS) este sendo um grupo político de oposição à Assad.

Ainda nesse ano a Turquia rompe formalmente as relações com Assad e atua no fortalecimento das forças opositoras a este governo. Conforme informa Cockburn (2015) o governo turco ainda atua em forma de coalizão juntamente com a Arábia Saudita e o Catar no apoio aos opositores de Assad na Síria (ROBERTO, 2016a).

Em 2002 com a chegada de Erdoğan ao poder como Primeiro Ministro, o AKP programa diversas mudanças. O entendimento de Erdoğan seria praticar “mudanças entre os agentes primários e manter a burocracia” nos moldes ocidentais. Em sua campanha, o atual presidente propunha a “normalização” da política o que seria o acatamento dos resultados eleitorais, especialmente mantendo-se os militares sem intervir politicamente no país. Ainda propagava “a coexistência e o mútuo respeito” entre as diversidades étnicas e religiosas da Turquia. Esta era uma proposta diferente da criada por Kemal, o qual não reconhecia a diversidade étnica e sim a religiosa, como já foi mencionado previamente (ROBERTO, 2016b).

A integração da Turquia à União Europeia permanecia um dos objetivos da política externa turca. O governo procura realizar mudanças legislativas que se acomodem com a legislação da UE. Por meio dessas mudanças, o governo de Erdoğan também consegue retirar a influência militar, por meio de mudanças políticas estruturais. Cita-se como exemplo dessas mudanças a reforma do Conselho de Segurança Nacional (CSN) o qual passou a ser um órgão restrito ao aconselhamento, retirando ao máximo suas capacidades de influência direta na política do país (ROBERTO, 2016b).

Em 2007 os militares lançam um candidato à presidência do país e não obtém êxito em elegê-lo, ainda que com fortes ameaças de um possível golpe militar. Em 2010 o governo aprova medidas para revogar a independência das escolas, as quais deveriam responder ao Ministério da Educação. As cortes militares não mais poderiam julgar civis e o orçamento das Forças Armadas poderia ser submetido ao escrutínio do Parlamento (ROBERTO, 2016b).

Contudo, a Turquia enfrenta vários entraves para seu ingresso na União Europeia. Isso ocorreu devido a sua relação conflituosa com o Chipre. Além deste elemento, há que se mencionar o fato de que o presidente francês, Nichols Sarkozy, fazia objeção à entrada da Turquia na UE (ROBINS, 2013).

O Ministro das Relações Exteriores, Ahmet Davutoğlu foi assessor-chefe de Erdoğan de 2003 a 2009, Ministro das Relações Exteriores de 2009 a 2014 e Primeiro Ministro de

2014 a 2016. Dá-se a Davutoğlu o crédito pela política externa desenvolvida pelo governo AKP. Sua política também estimulava a resolução de conflitos por meios diplomáticos, bem como a criação de interdependências por meio de aprofundamento de relações econômicas (DAVUTOĞLU, 2007. ROBERTO, 2016b).

A Turquia assumia uma postura mais assertiva, procurando assumir um papel mediador com o Oriente Médio, seguindo a doutrina “Zero Problemas com Vizinhos”. A partir da revolução no mundo árabe, a Turquia adota outro direcionamento, oferecendo apoio a grupos que estivessem dispostos a criar um partido islâmico em uma burocracia estatal nos moldes ocidentais. Este direcionamento recebeu apoio dos Estados Unidos, o qual via na Turquia um ator que poderia intermediar as relações entre EUA e Oriente Médio (NASSER, ROBERTO, 2016. ROBERTO, 2016a).

A revolução do mundo árabe (ou Primavera Árabe) e posterior surgimento do Estado Islâmico motivaram uma mudança na atuação da Turquia em relação ao conflito com o Estado Islâmico. O combate ao EI pelos curdos e o apoio dado pelos EUA resultaram em maior fortalecimento curdo. Tudo isto culmina na formação de um complexo regional de segurança diante da ameaça comum aos Estados diretamente atingidos por estes fatores de instabilidade na região (EI e fortalecimento curdo). Dessa forma, A mudança da atuação turca e a temática do Complexo de segurança regional serão abordadas nos capítulos que se seguem.

As revoltas árabes, ou Primavera dos Povos Árabes, resultaram em um período de grande instabilidade para o Oriente Médio, com a retirada do poder de regimes autoritários. Ao mesmo tempo, novos grupos islâmicos surgem com o intuito de se estabelecer no poder. O governo turco vê neste momento uma ocasião para estimular nestes grupos que implementassem o mesmo modelo de coexistência entre a religião e o Estado secular semelhante ao que o AKP estava realizando na Turquia (ROBERTO, 2016a).

Observa-se, portanto que a questão curda para a Turquia é bastante complexa posto que os Curdos são um povo com identidade étnica própria, não necessariamente associada ao Estado turco, e cuja localização está contida em Estados distintos, tanto na Turquia quanto no Iraque, no Irã e na Síria. Com o acontecimento da Primavera árabe e o surgimento do Estado Islâmico, a dinâmica entre Turquia e curdos altera-se novamente, em função da criação de um subcomplexo de segurança regional formado na região, o que será aprofundado no capítulo que se segue.

2 A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

No presente capítulo buscar-se-á em um primeiro momento fazer um breve histórico sobre o surgimento da teoria dos complexos regionais de segurança; posteriormente se verificará o complexo regional de segurança do Oriente Médio e seus subcomplexos, e posteriormente se verificará como o surgimento do Estado Islâmico e as circunstâncias que o levaram a isso influenciaram na criação de outro subcomplexo regional de segurança envolvendo o confronto ao Estado Islâmico trazendo um enfoque maior à atuação da Turquia neste subcomplexo.

2.1 A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) é útil para se compreender o contexto regional no qual um Estado se insere. Eles são utilizados quando se procura compreender dentro de um contexto histórico e relacional entre determinados Estados que compõem uma região, as relações de aproximação ou hostilidade. Os Complexos Regionais de Segurança (CRS) apresentam-se como uma forma de se abarcar os níveis de interdependência dos Estados em uma região, bem como as projeções e dinâmicas de poder da região.

Conforme Buzan, Weaver (2004), existe um pequeno grupo de países que atuam em esfera global, enquanto que a maioria dos países tem suas preocupações em segurança voltadas para uma esfera regional. Fazendo-se uma retrospectiva histórica, antes do ano 1500 havia dinâmicas de segurança em sistemas múltiplos e relativamente separados, mas elas não eram consideradas regionais porque o nível global não tinha a força para ser um sistema global, sendo assim, os sistemas regionais seriam como realmente “mundos” (BUZAN, WEAVER, 2004, p.14).

Diante dessa perspectiva, é sabido que o debate sobre segurança trazido pela teoria de Complexos Regionais de Segurança envolve esta relação de co-constituição entre a ação dos Estados de determinada região, juntamente com atuação de potências globais, e a própria escolha dos Estados dos temas que são securitizados, ou seja, temas que entram na agenda de segurança à medida que são percebidos como uma ameaça (BUZAN, WEAVER, 2004).

No entender de Buzan,

Com essa definição de segurança, a abordagem tornou-se claramente construtivista no sentido de que não perguntamos se uma questão é uma ameaça” em si mesma mas foca na questão sobre quando e sob que condições Quem securitiza “qual”. O

ato em si de rotular algo como um tema de segurança – ou uma ameaça - transforma este problema e é, portanto, no processo político de securitização que se originam as dinâmicas de segurança distintas (BUZAN, WEAVER 2004, p.71).

A teoria dos complexos regionais de segurança tem base no construtivismo tendo em vista, também, que a definição de “amigos/inimigos” é um ato discursivo e dependente da ação e interpretação dos atores, não apenas um reflexo da distribuição de poder (BUZAN, 2004. NOBRE, OLIVEIRA, 2013).

Portanto, os complexos regionais de segurança são subsidiados pela ótica regionalista. Tanto a TCRS quanto a perspectiva realista têm uma visão mais regionalista do Sistema Internacional (SI), e não tanto globalista. Contudo a TCRS diverge da ótica realista por adotar uma perspectiva construtivista, conforme já foi exposto. A TCRS se afasta do globalismo, pois esta perspectiva considera uma desterritorialização dos estudos de segurança, o que não é o objetivo proposto pela análise pretendida (BUZAN, WEAVER, 2004. COSTA, SANTOS, 2009).

Com isso não se quer dizer que a teoria do complexo regional de segurança ignore as análises de âmbito global, pelo contrário, ela permite se analisar os eventos de outros níveis (sejam eles globais, interregionais, ou nacionais) em determinado tempo e espaço (BUZAN, WEAVER, 2004).

Ainda segundo estes autores, a teoria se utiliza de uma ótica materialista, por observar a relação histórica entre os atores, ao mesmo tempo em que por uma perspectiva territorial, analisa a distribuição de poder, o que a aproxima bastante do neorrealismo, mais precisamente do neorrealismo estrutural, principalmente ao observar a balança de poder regional. Mas não há tanta semelhança quando se realiza uma análise da estrutura global. Para Buzan e Weaver,

Da perspectiva construtivista, a TCRS se baseia na teoria de securitização estabelecida em nossos trabalhos anteriores (Buzan *et al.* 1998; Weaver 1995c), que foca nos processos políticos pelos quais as questões de segurança são constituídas. Assim, rompe com o neorrealismo, tratando a distribuição de poder e os padrões de amizade e inimizade como variáveis essencialmente independentes. A polaridade pode surtir efeitos, mas não determina, o caráter das relações de segurança. Os processos desecuritização são essencialmente abertos, e sujeitos à influência de uma diversidade de fatores. A TCRS oferece uma estrutura conceitual que classifica as regiões de segurança em um conjunto de tipos e, dessa forma, funciona como uma base para estudos comparativos em segurança regional (BUZAN, WEAVER, 2004, p. 4).

Dessa forma, há uma ênfase maior no processo político que levou a securitização de determinados temas. A estrutura é compreendida como “the principles of arrangement of the

parts in a system, and how the parts are differentiated from each other” (BUZAN, WEAVER, 2004, p. 6).

Já na modernidade, entre 1500 e 1945, há um crescente desenvolvimento do nível global, com as grandes navegações para a América e Oriente por parte dos países europeus, nações também recentemente unificadas. Percebe-se uma verdadeira expansão do sistema europeu internacional, o qual se tornou global, havendo uma expansão econômica, política, militar (BUZAN, WEAVER, 2004).

Posteriormente, entre 1945 e 1989, no período da Guerra Fria e da descolonização, surgiram novos Estados, entre os quais já se viabilizavam dinâmicas de segurança regional ocorrendo entre esses Estados recentemente independentes, na África, Ásia e Oriente Médio. Acerca da Guerra Fria, havia uma polarização entre as duas superpotências que era predominante sobre boa parte da Europa e Nordeste da Ásia.

Para Pagliari:

É importante destacar, como mencionam Lake e Morgan (1997, p.3-4), que a Guerra Fria teve um efeito duplo nos conflitos regionais, por um lado, promoveu a internacionalização de muitos conflitos locais que ficavam subsumidos à competição entre as superpotências. Estas assistiam às potências locais e ambas temiam que a ajuda feita pela outra acabasse gerando uma vantagem política. De outro lado, as superpotências restringiam os conflitos locais de uma possível ampliação, uma vez que temiam fornecer oportunidades para a intervenção da outra na sua esfera de influência (PAGLIARI, p.33, 2009).

Nesse sentido, conforme visto no pequeno resumo histórico, compreende-se o motivo de no pós-Guerra Fria ter se aflorado com maior intensidade os estudos sobre complexos regionais de segurança (COSTA, SANTOS, 2009).

Ao fim da Guerra Fria, duas tendências são observadas nas Relações Internacionais, a primeira é o processo de globalização que incentivou uma série de teorias nas RI para explicar os acontecimentos, tais como aumento da cooperação, questões como terrorismo, aumento do comércio internacional, dentre outros fatores. Estas teorias adotam uma perspectiva globalista. Há outra corrente, a qual observa uma perspectiva regionalista, em que se analisam os conflitos e acontecimentos sob uma ótica regional.

Para Buzan e Weaver, o nível regional ganha maior enfoque em função do pós-Guerra Fria, posto que os conflitos e cooperações ocorrem nas regiões. Isto se dá porque:

1. Que o declínio da rivalidade das superpotências reduz a qualidade penetrativa dos interesses das potências globais no resto do mundo (Stein and Lobell 1997: 119-20; Lake 1997: 61); e
2. que a maioria das grandes potências no sistema internacional pós-Guerra Fria são agora “mais brandas” (Buzan and Segal, 1996), significando que sua dinâmica doméstica os afasta do engajamento militar e da competição estratégica nos pontos

problemáticos das regiões do mundo, deixando os Estados locais e as sociedades para solucionarem suas relações político-militares com menos interferência das grandes potências do que antes (BUZAN, WEAVER, 2004, p. 11).

Nesse período, houve três maiores impactos na história da segurança regional que seriam a retirada do efeito *overlay* da disputa das superpotências sobre a Europa bem como resultou em mudanças nos padrões de penetração no Nordeste da Ásia e a criação de quinze novos Estados; a retirada do elemento ideológico dos confrontos que se seguem e traz visibilidade a conflitos existentes desde os anos 1970 (BUZAN, WEAVER, 2004, p. 17-18).

Dessa forma, somando-se a estes elementos pós-Guerra Fria o fim dos processos de descolonização, as regiões têm a possibilidade de desenvolver suas dinâmicas de segurança (BUZAN, WEAVER, 2004. NOBRE, OLIVEIRA, 2013). Não se pode ignorar o crescente processo de globalização, que, de alguma forma, tem fortalecido as dinâmicas de atuação territorial, a exemplo da União Europeia, Mercosul, dentre outras unidades de cooperação.

Para se compreender os complexos de segurança regional, faz-se necessário compreender o que regiões significam neste âmbito. Para Buzan e Weaver (2004) “regiões devem ser, quase sempre definidas, compostas de conjuntos de unidades geograficamente agrupados, e estes conjuntos devem estar inseridos em um sistema maior, que tem uma estrutura em si mesmo. As regiões têm posição analítica, e até mesmo ontológica, mas não são atores” (LIMA, 2016).

No complexo regional de segurança pode haver a atuação de grandes potências, potências regionais e superpotências. A diferenciação entre estas é relevante para se compreender em que âmbito de atuação cada uma dessas classificações pode exercer o seu poder. As potências regionais teriam a capacidade de atuar em âmbito regional, sem expandir seu escopo para um nível global. As grandes potências “têm um alcance militar global”, podendo projetar sua força ao redor do globo, podendo envolver-se em algum complexo regional de segurança que lhes interesse, mas não têm o mesmo alcance em outras áreas, como a econômica, por exemplo (BUZAN, WEAVER, 2004. LIMA, 2013).

Dessa forma, a diferença entre as grandes potências e as potências regionais está no potencial que esta tem em intervir em questões ou temáticas de nível global, bem como sua participação na distribuição global de poder. As superpotências necessariamente precisam ter capacidade de atuação política e militar global, bem como um potencial econômico que dê suporte às suas capacidades. Elas estão envolvidas em dinâmicas de securitização em todos, ou quase todos, os complexos de segurança regional (BUZAN, WEAVER, 2004. TEIXEIRA JR, SILVA, 2010).

É no nível regional que ocorre o encontro entre os processos de intervenção global e as dinâmicas de segurança e interdependência entre os países de uma região. Para Buzan e Weaver (2004) os CRS “são as regiões vistas sob as lentes da segurança”, nesse sentido, não depende necessariamente de que aqueles países formadores de um determinado complexo façam parte da mesma região geograficamente pré-determinada (COSTA, SANTOS, 2009).

Para Pagliari,

A ênfase nos aspectos regionais de segurança efetuados pela teoria clássica de complexo de segurança (RSCCT, na sigla em inglês) desencadeou a sofisticação da análise das relações de segurança internacional “pois tornou necessárias investigações sobre as relações entre as variáveis domésticas e regionais e sobre a relação entre as variáveis regionais e internacionais”. (TANNO, 2003, p.69). Sob essa nova ótica, o Estado deixa de ser considerado como o único objeto de referência, à medida que o conceito atenta para os novos atores, destacando-se então a referência à ‘unidades’. A análise mantém o nível estatal com status privilegiado, contudo, justifica que não se pode mais compreender a segurança atentando-se unicamente para o nível estatal. Faz-se necessário considerar as distintas dinâmicas e os diferentes processos políticos que ocorrem tanto no nível individual quanto no internacional (PAGLIARI, p.43, 2009).

Assim, um complexo regional de segurança existe quando um grupo de Estados e outras entidades atuam de maneira interdependente de maneira que estejam conectados de forma diferente em relação a outras regiões, pois ocorre uma intensificação da interdependência em segurança. Nesse sentido, as regiões são socialmente construídas, pois elas existem dentro da securitização de certos tópicos em comum que foram securitizados. De acordo com Buzan e Weaver (2004, p.48) “nós estudamos os discursos de segurança e as práticas de segurança dos atores”. Nesse sentido, o que determina a existência de um complexo regional de segurança é o discurso de securitização das unidades que atuam naquele território.

Importa frisar que para que se caracterize um CRS, é necessário que o processo de securitização ou dessecuritização esteja conectando os países integrantes do complexo. A problemática vai além das fronteiras de uma nação, tornando-se securitizada para aquelas unidades, pois a formação de um complexo advém da interação entre a estrutura anárquica e a proximidade fronteiriça entre as unidades:

A anarquia somada ao efeito da distância e a diversidade geográfica gera um padrão de aglomerados baseados na região onde a interdependência em segurança é marcadamente mais intensa entre os Estados dentro destes complexos do que aqueles que estão fora dele (BUZAN, WEAVER, 2004, p. 46, tradução nossa).

Um dos motivos que se estuda o conceito de complexos de segurança regional se dá porque é no nível regional que ocorrem muitas análises de segurança. Tradicionalmente se

analisava segurança no nível estatal ou global. É no contexto regional que os Estados, ou até mesmo outras entidades, estão próximos o suficiente ao ponto que não se analisa suas temáticas de segurança de forma isolada (BUZAN, WEAVER, 2004, p.43).

As regiões também podem apresentar subsistemas de segurança, dentro da própria região. Conforme Buzan e Weaver (2004) os Estados temem seus vizinhos, dessa forma, o autor entende que dentro dessas regiões existem interações que são geograficamente determinadas. E ainda conforme esse autor, tanto os processos e medos entre os Estados de determinada região, quanto a atuação de uma potência global podem ser analisados por meio das dinâmicas de segurança regional. Nos dizeres de Pagliari,

Como todos os Estados fazem parte de uma teia global de interdependência de segurança, uma análise mais ampla deveria preocupar-se em investigar o nível regional para possibilitar a compreensão das relações interestatais, bem como entre os Estados e as grandes potências, assim também a intermediação regional na interação entre os Estados e o sistema internacional como um todo, visto que é em nível regional que a maior parte das ações acontece e é também onde a segurança global e nacional interagem (PAGLIARI, 2009, p.42).

Por esse motivo, essa teoria torna-se tão importante, pois através dela se analisam os elementos nacionais, globais e regionais de um determinado fenômeno.

Para Buzan e Weaver (2004), a penetração das potências globais em uma região ocorre quando os interesses dessas potências estão alinhados aos interesses de agentes internos ao Complexo. Dessa forma a potência global, ou superpotência pode atuar na balança de poder regional ao oferecer auxílio externo a um ente regional. Contudo, um dos objetivos da teoria dos complexos regionais de segurança é a capacidade de delimitação da atuação externa, e análise direcionada nas dinâmicas da região, com menor foco na análise global, para que se dê a devida visibilidade aos elementos regionais de um conflito.

Para que se caracterize um CRS é necessário que existam alguns requisitos: primeiramente uma região definida de atuação do complexo; segundo uma estrutura anárquica, significando que os entes participantes devem ter autonomia; polaridade (ou distribuição de poder) e uma construção social, relações de amizade ou inimizade socialmente construídas entre as unidades ou entidades do complexo (BUZAN, WEAVER, 2004. TEIXEIRA JR, SILVA, 2010).

Acerca da durabilidade de um RSC (Regional Security Complex), eles são duráveis, mas não permanentes (BUZAN, 2004). Pois dependem do contexto histórico e de diversos fatores, podendo deixar de ser uma realidade, de acordo com os acontecimentos e interações entre os Estados daquela região, ou até mesmo com outras regiões. As estruturas montadas no

complexo regional de segurança irão se alterar a medida que se modifiquem os padrões de interações da região.

A teoria é bastante útil, pois ela pode analisar determinado fenômeno abarcando quatro níveis, como bem explana Buzan e Weaver (2004): no doméstico (interno aos Estados da região; as relações interestatais; a interação da região com outras regiões e o papel desempenhado pelas potências globais nas estruturas de segurança regional (BUZAN, WEAVER p. 51, 2004).

Portanto, por intermédio desta estrutura proporcionada pela teoria do complexo regional de segurança, o estudioso de determinado tema poderá realizar a análise de um de um fenômeno em níveis distintos, e assim conectar temas internos com outras unidades da região (PAGLIARI, 2009).

Não se deve desconsiderar a distribuição de poder em um Complexo Regional de Segurança. Esta polaridade é influenciada pela tradição realista, que visibiliza a possibilidade de existirem três tipos de potências polarizando a região as superpotências, as grandes potências e as pequenas potências. Há ainda as potências regionais (WINAND *et al*, 2015, p. 5). Ao se analisar o momento atual, no qual não há uma disputa de poder pelas grandes potências, as potências locais adquirem mais espaço de manobra (BUZAN, WEAVER, 2004, p. 3).

No sistema internacional, há níveis diferentes que acabam por dominar ou determinar as questões de segurança. A teoria dos complexos de segurança dá ênfase ao nível regional, procurando encontrar as relações de segurança relacionadas à localização, por muitas vezes os processos serem resultados de dinâmicas regionais. No contexto da região, não apenas o Estado sofreria ameaça à sua segurança, mas é necessária a identificação de possíveis ameaças que vão para além do território estatal. A definição do termo região é concebida em torno do conceito de Estado, tendo este como base. A região constitui-se de um território no qual se encontram dois ou mais Estados.

Portanto, esta teoria é desenvolvida tendo em vista que surgem novos temas e agendas em segurança internacional que não são explicáveis pela ótica realista, e existe um crescente debate acerca das ameaças internas, que seria:

a manutenção da paz e do aparato governamental, e da integridade territorial, quando ameaçados por movimentos separatistas ou revolucionários oriundos dos próprios cidadãos. Nessa situação, as forças armadas somente subsidiariamente seriam responsáveis – considerando-se o contexto de Estados democráticos – uma vez que o problema está mais bem definido como segurança pública do que propriamente como defesa (PAGLIARI, p.33, 2009).

Ao se fazer uma abordagem regional, importa que seja feita uma diferenciação entre os elementos que constituem o nível regional dos demais níveis, sejam estes nacional ou global. A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança procura realizar uma análise que dialoga tanto no nível global quanto no regional (BUZAN, WEAVER, 2004).

Buzan e Weaver (2004) ainda abordam a possibilidade de os complexos regionais de segurança se subdividirem em subcomplexos os quais se definem como padrões distintos de interdependência em segurança que se inserem dentro de um CRS.

Os subcomplexos têm a definição semelhante aos complexos, diferenciando-se por aqueles estarem incorporados em uma estrutura maior. Eles abordam temas securitizados que não alcançam todas as unidades de determinada região, apenas determinados atores (LIMA, 2016).

Em determinadas situações não se verificará a formação de um subcomplexo regional de segurança. Uma delas é face ao efeito *overlay*, que ocorre quando os interesses de uma grande potência vão além da penetração e dominam a agenda de segurança de determinada maneira que os padrões de segurança regional são interrompidos, ou até mesmo transformados, dando espaço para o surgimento de um novo CRS (BUZAN, WEAVER, 2004). As potências externas se inserem em um CRS externo à sua localização geográfica apenas por meio de penetração ou *overlay*.

2.2 O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA DO ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio é conhecido por ter bastante autonomia regional em termos de questões de segurança, apesar de diversos acontecimentos globais que lhe pressionem para alterações em sua distribuição de poder regional. Esta região é composta por diversos Estados modernos pós-coloniais, contudo, ainda predomina de forma bastante intensa elementos culturais como os clãs, as tribos e a religião (BUZAN, WEAVER, 2004).

De maneira ampla, se define o Oriente Médio como um “padrão de interdependência em segurança, que se situa entre o Marrocos e o Irã, incluindo todos os Estados Árabes, Israel e Irã. O Chipre, o Sudão e o Chifre não estão inclusos. O Afeganistão e a Turquia são considerados insulares entre a Ásia do Sul e a Europa respectivamente (BUZAN, WEAVER, 2004).

Figura 2: Figura ilustrativa do Oriente Médio

MIDDLE EAST



Fonte: The World Factbook, 2018.

Segundo a ótica de se analisar as regiões sob as lentes dos conflitos, o Oriente Médio pode ser dividido nos seguintes subcomplexos: O do Levante (Egito, Israel, Jordânia, Líbano e Síria) e o do Golfo (Irã, Iraque e o Conselho de Cooperação do Golfo), mas existe bastante *overlap* e *interplay* entre estes dois subcomplexos, tornando-se difícil separá-los.

O Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio (CRSOM) é subdividido em três subcomplexos: do Maghreb, do Levante e do Golfo Pérsico. O CRSOM é caracterizado como um complexo permanentemente em conflito (BUZAN, WEAVER, 2004; LIMA, 2016).

O CRSOM é de padrão multipolar, pois conta com potências regionais atuando, tais como Egito, Israel, Irã e Iraque. Além destas as potências globais que se inserem por meio de penetração. Atuando no subcomplexo do Golfo, encontram-se Irã, Iraque, Iêmen e CCG (Conselho de Cooperação do Golfo). No subcomplexo do Levante atuam Israel, Egito, Síria, Líbano e Jordânia. E no subcomplexo do Maghreb encontram-se Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia (LIMA, 2016. BUZAN, WEAVER, 2004). Há que se considerar que esta estrutura se configurava em um momento posterior à queda do Regime de Saddam Hussein, que, somada a outros fatores, proporciona a formação de um novo subcomplexo de segurança na região. Esta hipótese será tratada no capítulo que se segue.

A formação do subcomplexo do Golfo é compreendida com a retirada da Grã-Bretanha do Oriente Médio em 1971. Neste subcomplexo percebe-se a rivalidade triangular entre Irã, Iraque e Arábia Saudita, e as disputas são de cunho territorial, ideológico, por poder, *status*, questões étnicas e sectárias e por recursos derivados do petróleo.

O pós-Guerra Fria no CRSOM é marcado para uma transição no sentido da unipolaridade exercida pelos Estados Unidos, que se utilizou de seu status e influência no exercício de abrandar conflitos em segurança entre Estados (LIMA, 2016. BUZAN, WEAVER, 2004).

Os conflitos no subcomplexo da região do Golfo são resultado de questões domésticas e ambições no nível regional. As potências globais tomam parte, mas não dirigem os acontecimentos. Isto se dá por se tratar de uma região com autonomia em suas interações em segurança. Importa ainda considerar a participação de atores não estatais, grupos armados, cujos papéis são bastante relevantes nas políticas domésticas, e acabam por influenciar as dinâmicas regionais, o que será verificado mais a fundo no capítulo que segue (LIMA, 2016).

Conforme afirma Lima (2016) Buzan e Weaver (2004), o fim da Guerra Fria é efetivamente percebido no subcomplexo do Golfo com o advento da Primeira Guerra do Golfo em 1991. Com a derrota do Iraque a dinâmica de segurança do subcomplexo sofre algumas mudanças como a pressão exercida sobre o governo de Saddam Hussein, tanto externa quanto interna. Subversões pelos curdos (que receberam apoio externo, militar e político dos EUA, Irã e Turquia) e pela população majoritariamente xiita, os quais foram suprimidos por Assad (LIMA, 2016).

O pan-islamismo e o pan-arabismo são ideais que acabam por influenciar o modo como o CRSOM funciona. Historicamente se apreende que os governos atuam em estados vizinhos por intermédio do apoio a facções domésticas com a finalidade de desestabilizar os regimes. A exemplo da Líbia e Irã que pós-1979 conferiram auxílio a movimentos radicais, e Arábia Saudita a grupos conservadores islâmicos. O Irã é um Estado conectado a grupos xiitas locais situados em Estados vizinhos e mantém alianças com o Hezbollah no Líbano e com o governo de Assad na Síria (BUZAN, WEAVER, 2004. LIMA, 2016).

No que concerne aos interesses do Irã (persa) em suas querelas com países vizinhos árabes no CRSOM é interpretada como querela contra os países árabes. O Irã busca atuar como potência regional, em um esforço de conter a atuação militar dos Estados Unidos e de limitar também o ganho de projeção de poder de outros países vizinhos na região. O país tem atuado utilizando-se de forças irregulares na defesa do seu território nacional (LIMA, 2016).

A União Soviética, no período da Guerra Fria, fornecia suporte ao Irã no contrabalanceamento a atuação dos Estados Unidos na região. Com o término do momento bipolar, o Irã vai à procura de novas parcerias como o Movimento dos Não Alinhados e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Ingressa na Liga Árabe e na Organização para Cooperação de Xangai (OCX) como país observador. Contudo, as iniciativas não alcançam o objetivo esperado em temáticas de Segurança (LIMA, 2016).

Para Buzan e Weaver (2004), a Turquia é vista como insular devido à política pró-ocidente adotada desde a constituição do país, procurando distanciar-se de suas origens otomanas. Contudo, não se pode mais ver o país da mesma forma, desde a assunção do partido AKP ao poder (2002) e sua nova política que procura manter a burocracia ocidental sem exercer repressões religiosas, até mesmo procurando ser um modelo para países cuja maioria da população professa a religião muçulmana, assim como a Turquia.

2.3 BREVE RETOMADA DOS EVENTOS QUE FAVORECERAM O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO

Para poder trabalhar a política externa turca em função do combate ao Estado Islâmico e suas implicações, buscar-se-á de forma introdutória compreender os acontecimentos que levaram ao surgimento desse grupo e as implicações destes eventos para mudanças nas dinâmicas dentro do CRSOM.

2.3.1 A Guerra ao Terror Pós 11 de Setembro de 2001

A Guerra ao Terror, conforme Buzan (2009), tem sido motivo de grande debate no meio acadêmico, em especial no que concerne ao Oriente Médio, por ter acrescido maior significância aos acontecimentos que se passam nessa região. De acordo com esse autor, a rivalidade dos Estados Unidos com Iraque e Irã, somados ao seu apoio a Israel, e temas concernentes à proliferação nuclear não são novidade na agenda de segurança do Oriente Médio. Contudo, a Guerra ao Terror trouxe um novo olhar sobre estes temas de segurança na região.

Conforme Buzan (2009, p.234):

(...) uma vez que a Guerra ao Terror teve início, todos os espaços da política de segurança do Oriente Médio foram reinterpretados sob sua nova luz. A proliferação parecia muito mais perigosa se os próximos possuidores de armas nucleares fossem entidades como a Al-Qaeda. Acusações de suporte ao terrorismo, e medos de que tais suportes pudessem incluir acesso a ADM, foram acrescentadas à lista dos EUA contra o Irã e Iraque, e no último caso foram fundamentais para justificar a invasão e ocupação Anglo-Americana em 2003 buscando a mudança de regime (BUZAN, HANSEN, 2009, p. 234. *tradução nossa*).

Nesse sentido, a Guerra ao Terror gerou uma maior tensão sobre os temas de segurança que já existiam, como a posse de armas nucleares, por exemplo.

Alguns autores apontam existir um novo tipo de terrorismo. Este novo terrorismo teria tido sua estréia com os ataques sofridos pelos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. A Guerra ao Terror seria uma reação por parte do governo estadunidense, não apenas deste país, mas de outros governos ocidentais, no que tange a sua ótica sobre os grupos terroristas⁶. Adota-se o discurso do “novo terrorismo” como justificativa para a intervenção dos EUA no CRSOM.

De acordo com Zulaika (2016), a Guerra ao Terror leva à invasão do Iraque, com fundamento na crença de que o regime de Saddam Hussein detinha Armas de destruição em massa, as quais, com o aval do mesmo regime, poderiam ser fornecidas a grupos terroristas como a Al-Qaeda.

A invasão ao Iraque fez parte de uma estratégia nacional para combate ao terrorismo pelos Estados Unidos (NIA, 2010), ou intervenção no Oriente Médio sob o discurso de combate ao terrorismo, que também seriam elementos contribuintes para o surgimento do Estado Islâmico. Autores como Cockburn (2015) e Napoleoni (2016), fazem uma conexão

⁶O novo terrorismo deveria ser adequadamente definido e avaliada a sua aplicabilidade para as circunstâncias atuais. Os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 transformaram a percepção de terrorismo em todo o mundo e requereram a redefinição de uma longa lista de cuidados acerca da segurança nacional e internacional (NIA, 2010, p.5, tradução nossa).

direta entre a reação⁷ dos Estados Unidos ao 11/9 e a desestruturação de países com Afeganistão e Iraque, levando a uma radicalização sunita⁸. Corroborando este entendimento, pode-se citar Mahnken (2007), o qual entende que o atentado do 11 de Setembro de 2001 instigou diversas campanhas alegadamente anti-terror pelos Estados Unidos.

Dessa forma, após este evento, os Estados Unidos adotaram o discurso de que sua política externa estaria direcionada para o combate ao terrorismo, ou a “Guerra ao Terror” o que resultou em um aumento significativo em seu orçamento com defesa, aumento do envio de tropas, modernização do armamento empregado, e uma ação direcionada em especial a região do Oriente Médio. Foi também resultado do atentado, o lançamento da estratégia por George W. Bush, da “Guerra Preventiva” em 2003.⁹

Dentro desse contexto da Guerra ao Terror, importa mencionar os abusos cometidos pelo governo dos Estados Unidos contra prisioneiros no Iraque, durante a invasão a esse país, em 2003, na prisão de Abu Ghraib (MAHNKEN, 2007) o que contribuiu para a radicalização do discurso religioso e de facções dentro da própria Al Qaeda.

Embora faça-se necessária a menção à Guerra ao Terror e ao termo terrorismo, bastante utilizado no discurso dos Estados Unidos como justificativa de sua atuação no CRSOM, o presente trabalho não se propõe a aprofundar a discussão sobre a temática, com isso não se quer dizer que haja por parte da pesquisa um total alinhamento ao ponto de vista ora apresentado pelos autores, utilizados. Contudo, para que não se fuja do tema proposto, é feita a utilização dos termos em conformidade com a bibliografia empregada que subsidia a pesquisa para o tema ora em estudo.

2.3.2 A Primavera Árabe em 2010

⁷ Desde 2002, o orçamento do Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos (DHS) tem crescido em mais de 69% para 36,2 bilhões de dólares no ano fiscal de 2004 e 40,2 bilhões de dólares no ano fiscal de 2005. Um pouco mais de 60% do orçamento do DHS foi direcionado para programas de contraterrorismo no solo americano. Esses gastos são pequenos comparados às chamadas ações preventivas tomadas na “Guerra ao terror”, incluindo os anseios dos EUA no Iraque e no Afeganistão. De acordo com um novo relatório do Escritório de Contabilidade do Governo (GAO), o Congresso americano autorizou ao Departamento de Defesa (DOD) 808 bilhões de dólares em verbas suplementares e anuais desde 2001, primariamente para campanhas militares em suporte à Guerra ao Terror (NIA, 2010, p.1-2, tradução nossa).

⁸ Em março de 2015, o Presidente Barack Obama conectou a origem do Estado Islâmico à decisão de seu predecessor, George W. Bush, de enviar tropas para ocupar o Iraque. Em uma entrevista com o *Vice News*, Obama disse que o surgimento do Estado Islâmico pode ser diretamente ligado à invasão liderada pelos Estados Unidos ao Iraque: “O Estado Islâmico é um produto direto da Al Qaeda no Iraque, que cresceu devido à nossa invasão, o que é um exemplo de conseqüências não pretendidas” (GERGES, 2016, p.50-51, tradução nossa).

⁹ Nós não podemos esperar que os terroristas ataquem para depois nos defendermos. Os Estados Unidos e seus parceiros irão romper e degradar a habilidade dos terroristas de agir, e estimular aqueles que apóiam o terrorismo a pararem ou desistirem. Impedir que grupos terroristas ganhem acesso a tecnologia, particularmente aquelas que suportam ADM, será uma das nossas mais altas prioridades (US DEFENSE DEPARTMENT, 2003, p. 15. tradução nossa).

Para alguns estudiosos, o surgimento do Estado Islâmico está intimamente conectado com a trajetória da primavera dos povos árabes que aconteceu entre 2010 e 2012. Em seu início, as primaveras davam a entender que os povos árabes estariam passando por um momento de transição para que os valores ocidentais como liberdade de expressão, democracia, dentre outros, fossem amplamente difundidos nos países daquela região, que são conhecidos pelo forte autoritarismo.

Os movimentos da primavera árabe foram reprimidos com bastante severidade e repressão, resultando em uma guinada mais forte do autoritarismo. Embora a Primavera dos Povos Árabes tenha conexões com o surgimento do EI, com isso não se quer dizer que esse movimento, de forma isolada, foi responsável por seu surgimento. Tendo início na Tunísia e no Egito, em 2010 e 2011, tais revoltas reverberaram pela região do Oriente Médio e foram as revoltas mais significativas vistas nos últimos cinquenta anos (HANIEH, 2015). Os movimentos foram relevantes, pois desestabilizaram governos repressivos que estavam estruturados durante muitos anos nos países da região.

Em um olhar mais acurado sobre as movimentações, é possível se inferir que não se tratava apenas de revoltas de democracia contra ditaduras, mas de um resultado do que vinha acontecendo há anos na região, reformas neoliberais, reestruturação econômica, impacto das crises globais, dentre outros fatores (HANIEH, 2015). Isto explica porque a simples troca de regimes não seria suficiente para sanar ou atender as demandas que levaram os chamados “povos árabes” a irem para as ruas. Em resposta aos protestos, houve uma onda contrarrevolucionária em cada país onde aconteceram as manifestações, como, por exemplo, a expansão de intervenções militares e, nos dizeres de Hanieh (2015), “à medida que as aspirações iniciais para real mudança pareciam cada vez mais frustradas, o EI e outros grupos jihadistas emergiram como um sintoma dessa inversão, uma expressão do aparente retrocesso no processo revolucionário e do crescente sentimento de caos”¹⁰. Para os oficiais da inteligência estadunidense situados na Líbia durante o movimento da Primavera Árabe, conforme Attkisson (2015), “Os terroristas perceberam que eles poderiam explorar a confusão e o vácuo de poder criados pelas revoluções”¹¹.

Assim, pode-se inferir que grupos terroristas como o Estado Islâmico perceberam que o ambiente da Primavera Árabe era propício para a propagação de sua ideologia, podendo atrair mais partidários para o grupo terrorista devido ao vácuo de poder em que algumas

¹⁰ (tradução nossa).

¹¹ (tradução nossa).

regiões de diversos países se encontravam. É ainda relevante mencionar que “Muitos dos regimes enfraquecidos ou depostos pela Primavera Árabe estavam entre os parceiros mais eficientes contra o terrorismo de Washington”¹²(ATTIKISSON, 2015). Logo, não apenas o cenário pós-primavera árabe deixou diversas regiões com vácuos de poder a serem preenchidos por grupos como o EI, como os governos retirados eram combatentes de vertentes mais radicais do Islã.

2.3.3 Guerra civil na Síria em 2011

Em 2011, Al Baghdadi enviou um número pequeno de jihadistas para a Síria. O papel desse grupo era verificar se o conflito da Síria proporcionaria oportunidades para o avanço das atividades terroristas no país. Em março de 2011 surgiram protestos pró-democráticos na Síria, após a prisão e tortura de alguns adolescentes que haviam feito pinturas de protesto contra o governo. Nesses protestos muitos foram mortos. Diante desses acontecimentos, novos protestos surgiram demandando que o presidente Assad se retirasse do cargo (RODGERS *et al*, 2016). Face às demandas da população, o governo respondeu com o uso da força para que os protestos se dissolvessem. Defensores da oposição a Assad armaram-se para lutar contra as forças do governo e para tomar o controle de cidades. O conflito ganhou novas nuances, adquirindo feições sectárias de sunitas versus xiitas e a posterior ascensão do grupo jihadista Estado Islâmico o qual aproveitou a situação de caos no país para galgar novos territórios no país.

As revoltas contra o governo de Assad aconteceram dentro do contexto da Primavera Árabe. Nesse momento, houveram denúncias à Organização das Nações Unidas (ONU) de que ambos os lados do conflito estariam cometendo crimes de guerra com sequestros, torturas, assassinatos e execuções.

Em 2011, Al Baghdadi enviou um número pequeno de jihadistas para a Síria. O papel desse grupo era verificar se o conflito da Síria proporcionaria oportunidades para o avanço das atividades terroristas no país. Em março de 2011 surgiram protestos pró-democráticos na Síria, após a prisão e tortura de alguns adolescentes que haviam feito pinturas de protesto contra o governo. Nesses protestos muitos foram mortos. Diante desses acontecimentos, novos protestos surgiram demandando que o presidente Assad se retirasse do cargo (RODGERS *et al*, 2016). Face às demandas da população, o governo respondeu com o uso da

¹² (tradução nossa).

força para que os protestos se dissolvessem. Defensores da oposição a Assad armaram-se para lutar contra as forças do governo e para tomar o controle de cidades. O conflito ganhou novas nuances, adquirindo feições sectárias de sunitas *versus* xiitas e a posterior ascensão do grupo jihadista Estado Islâmico, o qual aproveitou a situação de caos no país para galgar novos territórios no país.

As revoltas contra o governo de Assad aconteceram dentro do contexto da Primavera Árabe, a ser mais bem explorado no tópico a seguir. Enquanto no governo, houveram denúncias à Organização das Nações Unidas (ONU) de que ambos os lados do conflito estariam cometendo crimes de guerra com seqüestros, torturas, assassinatos e execuções.

2.3.4 Governo Al-Maliki em 2011

Em um evento conhecido como O Despertar Sunita, os líderes convenceram a população a se voltar contra os jihadistas. Isto somado com a estratégia militar para o Iraque resultou no enfraquecimento dos grupos jihadistas no Iraque. Em 2010, quando Abu Bakr al Baghdadi se tornou líder do que restou da Al Qaeda no Iraque. Na liderança de Al Baghdadi, o grupo retomou o nome para Estado Islâmico do Iraque e almejava continuar a atacar os alvos estadunidenses no Iraque. Nesse contexto, está o Primeiro Ministro Maliki o qual “had openly discriminated against them using political tactics as well as violence—was even more unpopular than al Qaeda. Accordingly, he attacked Shia targets, stoking the sectarian conflict” (NAPOLEONI, p. 26, 2014). Por conseguinte, o governo Al Maliki não apenas era de uma vertente diferente do islã, sendo xiita e praticando atos de discriminação contra os sunitas no país.

Importa ainda considerar que no Iraque, o EI tem conseguido apoio de membros da minoria sunita que foi marginalizada durante do governo de Al Maliki, o primeiro ministro Xiita, que, com fundamento em Cockburn (2015), foi patrocinado pelos Estados Unidos e por Israel. O governo de Al Maliki seguia uma linha de apadrinhamento baseado em partido, família ou comunidade. O primeiro ministro Al Maliki estabeleceu uma nova aliança política, a Aliança do Estado de Direito, que prometia o restabelecimento de instituições estatais fortes, redução da corrupção e oferecimento de serviço público de qualidade aos iraquianos (AL ALI, 2015).

As promessas de campanha de Al Maliki não se concretizaram. O governo do primeiro ministro foi marcado pela perseguição aos partidários da Saddam Hussein. Outra característica apontada sobre o governo de Al Maliki é a corrupção, o que levou diversos iraquianos a

protestarem em fevereiro de 2011, e tais protestantes foram, conforme Al Ali (2015), considerados terroristas, sendo atacados e espancados pelo governo, havendo mortes e prisões.

Outra característica negativa do governo Al Maliki, apontada por Al Ali (2015), foi o fato de ele ter-se negado a nomear ministros do interior ou de defesa, optando por ele mesmo ocupar tais posições. Além disso, ele apontava os comandantes militares diretamente, sem realizar a consulta parlamentar para aprovação dos nomes indicados, que era previsto na constituição do país. Adicione-se a isso o fator corrupção, a exemplo do setor de segurança que tinha um orçamento anual maior que o orçamento para educação, saúde e meio ambiente combinados.

Diante desse cenário, muitos grupos armados que haviam aterrorizado as populações entre 2005 e 2007 viram a oportunidade de ressurgir. Conforme explanado por Al Ali:

Eles ainda não podiam operar em plena luz do dia, mas entendiam que as forças de segurança poderiam ser manipuladas, e eles identificaram o link mais frágil em cada instituição. Estes oficiais que poderiam ser facilmente subornados ou que estivessem dispostos a participar em atividades ilegais foram trazidos a bordo; aqueles que poderiam ser intimidados foram ameaçados; e aqueles que tinham maior probabilidade de interferir com suas operações foram alvejados em suas casas, para aterrorizar suas famílias (AL ALI, 2015, p. 4, tradução nossa).

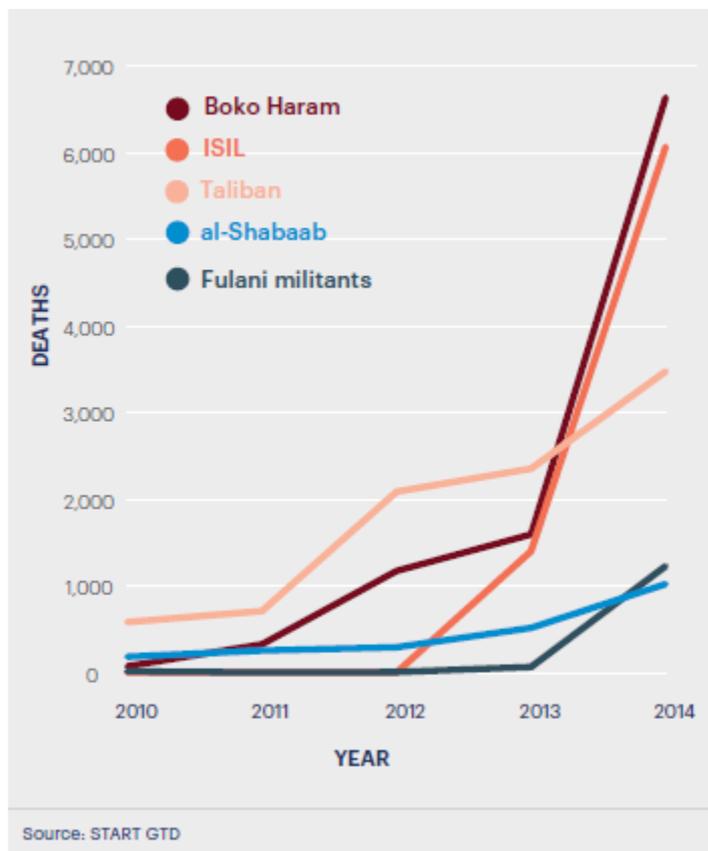
Os grupos armados viram uma janela de oportunidade para atuar no país, face o cenário de corrupção generalizada. Haja vista o conflito na Síria, a Al Qaeda conseguiu se restabelecer, os seus afiliados remobilizaram-se e integraram-se ao Estado Islâmico. Quando o Estado Islâmico se direcionou em um ataque a Mosul, todas as deficiências do Estado iraquiano serviram como ambiente propício para que não se fosse possível conter o grupo terrorista.

Os Estados Unidos chegaram a reconhecer que um dos motivos para a situação do Iraque ter-se agravado era a governabilidade de Maliki. Nos dizeres do presidente Barack Obama “Iraqi leaders must rise above their differences and come together [to forge] a political plan for Iraq’s future” (AL ALI, 2015, p.6). Deste modo, diante dos fatos apresentados, pode-se inferir que o governo de Al Maliki foi uma variável que contribuiu para o surgimento do Estado Islâmico.

2.4 O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO

Em junho de 2014, faltando dois dias para o começo do Ramadã, o Estado Islâmico (EI) fez uma declaração anunciando o estabelecimento do Califado. Nos dias que se seguiram, o EI divulgou nas redes sociais suas ambições de alcançar os territórios da Síria e do Iraque e ali estabelecer o território do seu Estado. O EI também deixou claro seu projeto de instituir a Umma (que vem a ser uma comunidade global de muçulmanos, passando, por conseguinte, a imagem do Estado Islâmico como cosmopolita, posto que almeja alcançar a comunidade islâmica em todo o mundo, e também como algo palpável (NAPOLEONI, p.51, 2014). Este grupo também declarou ter como líder o califa Abu Al-Bagfhadi.

Figura 3: Mortes por terrorismo pelos cinco maiores grupos terroristas, entre 2010-2014.



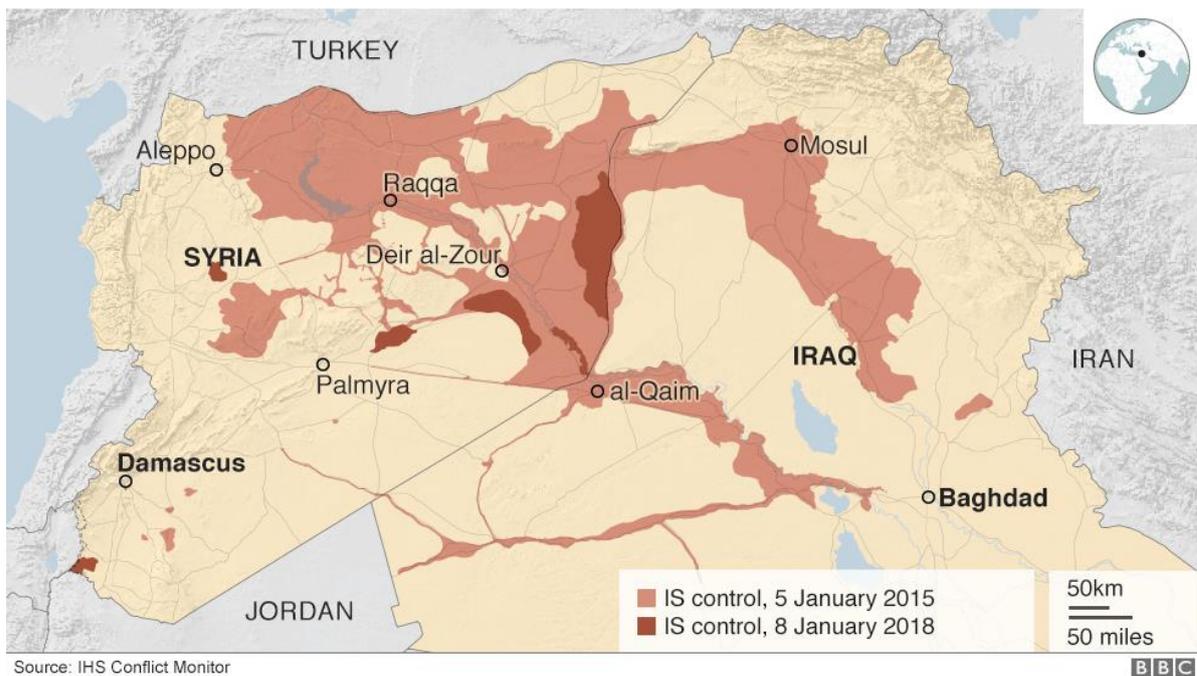
Fonte: Global Terrorism Index, 2015.

Pela figura acima, percebe-se que o Estado Islâmico no ano de 2014 foi capaz de cometer muitas mortes em prol da sua causa, estando entre os cinco maiores grupos terroristas no Índice Global de Terrorismo de 2015.

Há que se considerar que dentro da comunidade muçulmana existem variações na forma de se praticar o islã, duas delas são os xiitas e os sunitas. Embora haja diferenças entre xiitas e sunitas, o califado tem características importantes que podem explicar a conduta do

Estado Islâmico. Ao criar um califado, o Estado Islâmico propõe a simbologia de uma unidade islâmica, a qual não existe na atualidade. Em termos políticos, os sunitas do EI se mostram mais radicais por meio de atentados terroristas para dar visibilidade à sua agenda (LAURIA *et al*, 2015, p.2). Se o EI for bem sucedido na construção de uma nação no Iraque e na Síria, a ameaça representada vai além da questão territorial desses dois países, pois seria a primeira vez que uma organização armada, ou grupo terrorista, teria conseguido criar um estado por meio da revolução. Para Napoleoni (2014, p.15), “para criar seu próprio Estado nas cinzas das nações existentes, não por meio de uma revolução, como ocorreu no Irã, mas por meio de uma guerra tradicional de conquista baseada em táticas terroristas. Se ele conseguir, o Estado Islâmico terá se tornado o novo modelo de terrorismo”¹³.

Figura 4: Território do Estado Islâmico em janeiro de 2015 e janeiro de 2018



Fonte: BBC, 2011.

Observa-se, conforme o infográfico, que em 2015 o Estado Islâmico havia alcançado sua máxima expansão, ocupando territórios na Síria e no Iraque, aproximando-se da fronteira com a Turquia. Ainda neste ano de 2014, o Estado Islâmico demonstrava pretensões de maior expansão territorial.

¹³ (tradução nossa).

Questiona-se, então, como se chegou a esse ponto? O Estado Islâmico apresenta um modelo diferente dos grupos terroristas que o antecederam, e é relevante conhecer o contexto que proporcionou o seu surgimento. Nos dizeres de Napoleoni:

A resposta longa deve ser buscada na divisão pós-guerra do Oriente Médio nas mãos das antigas potências coloniais. The resposta curta é encontrada na confluência do ataque preventivo no Iraque e na Guerra Civil na Síria. O primeiro criou um dos estrategistas mais brilhantes e enigmáticos da jihad moderna, o falecido Abu Musab al Zarqawi, um homem que abertamente desafiou a histórica liderança da Al-Qaeda e que reacendeu o antigo e sangrento conflito entre sunitas e xiitas, uma tática fundamental para o renascimento do califado. A Síria proporcionou uma oportunidade única, uma plataforma de lançamento, para aqueles que assimilaram a mensagem de Al-Azarqawi e que desejavam alcançar o seu sonho, entre eles Abu Bakr al Baghdadi, o novo Califa (NAPOLEONI, 2014, p.15).

Os fatores que envolvem o surgimento do Estado Islâmico remontam a elementos históricos do período do pós-guerra, de acordo com diversos autores que estudam o Oriente Médio. Existem diferenças entre o Estado Islâmico e a Al Qaeda, embora ambas as organizações sigam a linha Salafi-jihadist, elas diferem em diversos pontos de vista na abordagem sobre como implementar a Umma. Conforme afirma Gerges (2016, p.223-224, tradução nossa):

A ideia de uma utopia islâmica está no coração dessa ideologia salafista-jihadista, que visa substituir a soberania estatal pelo governo divino. Um traço comum que perpassa o universo salafi-jihadista, o qual inclui a AL-Qaeda e o EI, é uma crença no estabelecimento de um Estado baseado no Alcorão e na rejeição de leis criadas pelos homens (...) Enquanto a AL-Qaeda é caracterizada como uma organização sem fronteiras e underground, o EI consegue se misturar com as comunidades sunitas locais, funcionando com o conceito de Estado. Adicionalmente, o EI é um grupo firmemente embasado na divisão entre xiitas e sunitas, às vezes chamado de geosectarianismo, uma feroz rivalidade entre a Arábia Saudita, dominada por sunitas, e o Irã, dominado pelos xiitas. Entretanto, a AL-Qaeda, apesar de ser uma organização encharcada na doutrina salafi-jihadista, acautelou seus membros e divisões contra o alveijamento aos xiitas. O EI, ao contrário, não é uma mera organização terrorista ou insurgente; pelo contrário, é uma entidade quase estatal, que almeja construir um Estado pan-islâmico, um califado, para destruir as “fronteiras colonialistas” erguidas pelas potências européias após o colapso do Império Otomano ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Percebe-se que o Estado Islâmico tem maior capilaridade, ao integrar-se com sunitas locais. A Al Qaeda tem por objetivo unificar os seguidores da fé muçulmana e posteriormente criar uma grande nação islâmica, a diferença entre ela e o EI é que este procura criar um novo Estado, seguindo as fronteiras do início do Islã, independentemente do governo dos Estados que ele almeja conquistar e das divisões geográficas. Al Qaeda é um movimento transnacional que procura unificar as nações islâmicas. O Estado Islâmico almeja conquistar territórios.

A complexidade do tema leva a variáveis que precede em muito o que foi analisado no presente trabalho. Para efeitos desse estudo, verificaram-se os nexos de causalidade entre a Guerra ao Terror (2001), a criação do Governo de Al-Maliki no Iraque em 2011, a Guerra Civil na Síria em 2011 e a Primavera Árabe em 2010 e o surgimento do Estado Islâmico em 2014.

O Estado Islâmico surgiu em 2014 com a declaração de um califado. Este grupo terrorista tem realizado diversos atentados ao redor do mundo, e conquistou territórios no Iraque e na Síria. Sua proposta é ousada, de criar um Estado teocrático e, para alcançar tal objetivo, utiliza-se da propaganda para captação de novos recrutas dispostos a cometerem atos terroristas ao redor do globo, tendo a habilidade de dialogar com jovens inclusive na periferia de países da Europa.

Desse modo, embora o Estado Islâmico procure um regime fundamentalista, ele absorve características ocidentais e modernas como a tentativa de implementação de um Estado nos moldes do Sistema Internacional, bem como a propaganda midiática sofisticadamente utilizada para a propagação de sua ideologia.

O que foi mencionado no capítulo anterior, e será tratado com mais profundidade no que se segue. Com o advento da Guerra ao Terror (2001), Primavera Árabe (2010) e surgimento do Estado Islâmico (2014), ocorrem diversos rearranjos no CRSOM sendo notável um engajamento mais intenso da Turquia nos conflitos do Oriente Médio.

É perceptível que o surgimento do Estado Islâmico e as medidas adotadas para sua contenção são acontecimentos que influenciam as dinâmicas de segurança no CRSOM, com o enfraquecimento da Síria e Iraque para polarizarem o Irã e a Arábia Saudita, bem como a forte atuação da Turquia na contenção do cada vez mais fortalecido povo curdo, que combate o EI no Iraque e na Síria. Independentemente da atuação das potências externas (EUA e Rússia) através da TCRS é possível se trazer um olhar para as dinâmicas regionais de segurança em função do combate ao EI.

Nesse sentido, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é bastante útil, pois proporciona uma estrutura para que, didaticamente, se possa realizar uma divisão sobre em que nível os determinados acontecimentos irão influenciar cada esfera, nacional, regional ou global. Com a finalidade de maior compreensão do contexto no qual a Turquia se insere, utilizar-se-ão dos elementos de segurança nacional, da relação entre os Estados e do papel das potências globais na região. No que tange ao aspecto da interação com outras regiões, a análise será restrita aos países do Oriente Médio que fazem fronteira com a Turquia.

Por este motivo, a estrutura proporcionada pela visão dos CRS prova-se bastante útil para a pesquisa realizada neste trabalho, posto que o surgimento do Estado Islâmico e o sucessivo combate a este grupo conta com a participação de atores que estão na região, tais como Síria, Iraque, Turquia, porém também com atuação externa, como Estados Unidos e Rússia.

3 O CONFLITO COM O ESTADO ISLÂMICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA TURCA

Ponderando-se o contexto regional no qual a Turquia se insere, a contextualização regional dos desafios de segurança do país se faz necessário, pois os desafios de segurança em um Estado são influenciados e influenciam as dinâmicas globais e regionais. Neste capítulo se abordará a formação de um Subcomplexo Regional de Segurança no Oriente Médio como consequência do surgimento do Estado Islâmico.

3.1 A FORMAÇÃO DE UM SUBCOMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA EM FUNÇÃO DO COMBATE AO EI

O radicalismo religioso não é novidade para os povos herdeiros do Império Otomano, o qual combateu o wahabismo no território onde se situa a Arábia Saudita. Nos dias presentes, grupos radicais religiosos muçulmanos adotam a linha do wahabismo-salafismo para justificar suas ações. Em função do 11 de setembro de 2001 a percepção do Oeste acerca do terrorismo é mudada. Medidas são adotadas não apenas pelos Estados Unidos como pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas¹⁴ para condenar os ataques realizados nesta data (MANGO, 2005).

Os EUA dão início a uma campanha contra o Al Qaeda no Afeganistão com apoio da OTAN. Nesse contexto, a Turquia, como integrante da OTAN, contribui com tropas para o conflito no Afeganistão. Ainda em um contexto de instabilidade afegã, o governo Bush dá início a uma guerra contra o regime de Saddam Hussein no Iraque, sob a justificativa de que o regime detinha armas de destruição em massa. A Turquia nesse momento não via com bons olhos a iniciativa americana, pois esta poderia trazer instabilidade para suas fronteiras junto àquele Estado (MANGO, 2005).

A atuação estadunidense na região resulta em mudanças na polaridade regional, uma vez que, em um primeiro momento, a retirada do poder dos regimes no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003) contrários ao Irã possibilita a este país a ampliação de sua influência política

¹⁴ Resolução n° 1368 de 12 de setembro de 2001 que condena os ataques de 11 de setembro de 2001. Resolução n° 1373 de 28 de setembro de 2001, que declara o direito individual e coletivo de auto-defesa contra o terrorismo, requerendo cooperação internacional, destacando os deveres dos Estados Membro (MANGO, 2005, p.74).

sobre estes dois países. O Iraque já estava enfraquecido pela Guerra do Golfo, com seu regime abalado, não pôde conter a intervenção norte-americana em seu território (LIMA, 2016).

Dessa forma, o ataque de 11 de Setembro de 2001, por parte da Al Qaeda, e a reação dos Estados Unidos por meio da Guerra ao Terror foram acontecimentos que surtiram grande impacto na geopolítica do Oriente Médio. Consequentemente, compreende-se que, gradativamente, isto estimulou a formação de um subcomplexo de segurança regional envolvendo o Iraque, a Síria, e países que fazem fronteira com estes, entendendo-se Turquia, com intervenções por parte dos Estados Unidos e da Rússia (BAŞKAN, 2016).

Para Munford (2013) a Guerra Global contra o Terror em 2001 contribuiu em muito na permanência das estratégias de *proxy wars*, tendo em vista que os Estados Unidos passaram a atuar em regiões distintas fazendo uso de grupos locais. Conforme Başkan (2016) esta medida foi progressivamente sendo transformada em promoção da democracia, discurso utilizado pelos Estados Unidos para compreender o Mundo Islâmico como um alvo em potencial, considerando-o como uma ameaça aos valores democráticos.

Compreende-se por *proxy wars* “a participação de grandes potências, de forma indireta em um conflito de terceiros, com o objetivo de influenciar o seu resultado estratégico” (BRANCOLI, 2017). O termo *Proxy wars* também é compreendido como guerra por procuração, sendo recorrentemente utilizado por muitos autores.

As *proxy wars* são uma forma de os Estados utilizarem-se de tropas que não são seus nacionais em conflitos externos ao seu país (DEUTSCH, 1964, p.15 *apud* BRANCOLI, 2017). O confronto de duas potências estrangeiras, se enfrentando em um terceiro país, disfarçado de um conflito interno [desse terceiro país] e empregando pessoal, recursos e territórios deste para atingir estratégias e objetivos externos (BRANCOLI, 2017). Por meio das *proxy wars* os Estados podem evitar arcar com os custos diretos da guerra (BRANCOLI, 2017).

Muito do conceito de *proxy wars* está atrelado ao contexto da Guerra Fria que contava com um momento bipolar entre Estados Unidos e União Soviética, em que ambas as potências envolviam-se indiretamente em conflitos quentes em outros países visando evitar uma confrontação direta entre si. Contudo, a estratégia continuou a ser empregada no pós-Guerra Fria (BRANCOLI, 2017). Para que este tipo de guerra ocorra é necessário que haja um Estado externo que invista financeiramente em um ator não-estatal ou um Estado menor com interesses alinhados (BRANCOLI, 2017).

O conflito contra o Estado Islâmico na Síria e no Iraque contou com a participação de países como Rússia e Estados Unidos. A Rússia envolve-se no confronto dada a sua antiga

relação de parceria com o governo sírio e ainda tem como uma segunda agenda a demonstração de sua habilidade em realizar ou envolver-se em operações militares que não estejam restritas a sua fronteira, bem como uma forma de tornar evidente seu potencial bélico. Além deste, diversos países inseriram-se neste conflito com a abordagem de *proxy*, a exemplo da Arábia Saudita, Turquia e Irã (PICCOLLE *Et al*, 2016).

A Guerra Civil na Síria tem seu início em 2011. O governo Norte Americano, devido a pressões internas, não mais tinha o interesse de manter tropas no Oriente Médio. O presidente à época havia sido eleito com o compromisso de retirar as tropas da região (BRANCOLI, 2017).

A população na Síria é em sua maioria islâmica sunita, e minorias xiita alauíta, cristã, drusos e curdos. Os sunitas compõem majoritariamente o governo de Assad (BRANCOLI, 2017). Em março de 2011 a Síria vive uma escalada de violência entre governos, rebeldes, radicais islâmicos e potências estrangeiras. Os números são de cerca de 200 mil mortos, e 4 milhões de refugiados (dados de 2015) conforme a ONU. Diante da Guerra Civil na Síria, muita instabilidade é instaurada não apenas na região, mas os efeitos do conflito são percebidos nas Américas e na Europa, em especial devido à crise dos refugiados da guerra síria¹⁵ (BRANCOLI, 2017).

Em 2014 surge o Estado Islâmico (EI) e era combatido tanto o governo quanto opositores ao governo e ao EI. Participavam também do combate a este grupo países como Estados Unidos, Rússia, França, Irã, Turquia, curdos, rebeldes sunitas, milícias xiitas e países do Golfo Pérsico (BBC, 2015; BRANCOLI, 2017).

Os Estados Unidos ingressam no conflito, como superpotência, para combater o regime de Assad e o Estado Islâmico (FUJII, 2015). Dessa forma, por meio de *proxy wars* o país fornecia apoio a rebeldes moderados e aos curdos. O país atuava ainda se utilizando de campanha aérea que contava com o apoio de diversos países (Canadá, França, Reino Unido e alguns países árabes) (BBC, 2015).

A Rússia atua apoiando o governo de Assad e opõe-se ao Estado Islâmico e a outros grupos que atuam no país (FUJII, 2015). Como potência global, atua por meio da penetração no subcomplexo regional de segurança formado nesta região. Além de ser um aliado ao governo de Assad, a Rússia também tem interesse no combate ao EI pelo fato de muitos de

¹⁵ A denominada “crise dos refugiados” é vista como uma grave crise humanitária, que conta com mais de 22 milhões de refugiados no mundo, sendo a maioria advindos da Síria (5,5 milhões), Afeganistão (2,5 milhões) e Sudão (1,4 milhão). Embora haja bastante atenção dada pela mídia aos imigrantes que se destinam à Europa, há também um grande fluxo que encaminha-se para o Líbano, Paquistão e Turquia, esta recebe cerca de 2,9 milhões de imigrantes (CASTIGLIONE, 2018).

seus cidadãos terem se juntado ao grupo, e o temor russo do retorno destes radicais para o país (BBC, 2015). O governo Russo demonstrou apoio a Assad desde o início dos protestos com suporte logístico e político, e posteriormente com envio de tropas e apoio aéreo. (BRANCOLI, 2017).

A Arábia Saudita demonstrou apoio a grupos rebeldes na Síria durante a Primavera Árabe, em especial os sunitas, dentre eles o Estado Islâmico (BRANCOLI, 2017. FUJII, 2015). O país ingressa na Guerra ao Estado Islâmico contra o governo de Assad e em apoio a rebeldes sunitas. O governo iraniano acusa o governo e cidadãos sauditas de que, de maneira direta ou indireta, estejam financiando os combatentes do EI (BBC, 2015).

O Irã é outro ator importante sob a ótica regional, por ter sido um dos países integrantes do “Eixo do Mal¹⁶” no contexto da Guerra ao Terror. No período de 2011 o país demonstrou apoio ao governo Sírio por meio de auxílio financeiro e envio de tropas (BRANCOLI, 2017). O Irã atua no conflito como opositor ao Estado Islâmico e a insurgentes sunitas e demonstra seu apoio a Bashar Al-Assad, tendo como objetivo diminuir a influência da Arábia Saudita na região. (BBC, 2015. FUJII, 2015). A ação do Irã contra a Arábia Saudita é bastante alinhada à tradicional rivalidade existente entre Irã, Iraque e Arábia Saudita no subcomplexo do Golfo, melhor percebida até o período anterior à deposição de Saddam Hussein (LIMA, 2016).

A Turquia intenta expandir sua influência na região com o regime de Erdoğan e diante da desestabilização na Síria, Ancara alega que a Síria se tornou espaço de atuação de grupos terroristas, em especial o Estado Islâmico que surgiu oficialmente em 2014. Outro argumento relevante é a relação da Turquia com os curdos (BRANCOLI, 2017. FUJII, 2015). Não se deve desconsiderar o poderio bélico da Turquia, que detém um dos maiores exércitos do mundo (CFR, 2017).

O fortalecimento do PKK no conflito com o EI tem estimulado as animosidades entre o grupo e o governo turco. Os combatentes curdos ao Estado Islâmico receberam apoio de diversos atores externos, tais como Alemanha, Irã e Estados Unidos (CFR, 2017. FUJII, 2015). Cresce também no Iraque a preocupação com o fortalecimento curdo na região, especialmente com a possibilidade de maior poderio curdo sobre a Síria ao término do conflito com o EI (CFR, 2017. FUJII, 2015).

A desestabilização do Iraque, a guerra civil na Síria e do surgimento e colapso do Estado Islâmico são acontecimentos que podem ser vistos como facilitadores do

¹⁶ Conceituado pelo governo do presidente George W. Bush como o grupo integrado por Coreia do Norte, Irã e Iraque (BERTONHA, 2005).

fortalecimento curdo. Utilizando-se da teoria dos complexos regionais de segurança se estudará as mudanças nas configurações do Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio, verificando-se o surgimento de um novo subcomplexo de segurança regional em função do surgimento do Estado Islâmico em 2014, que envolve a Turquia, a Síria, o Iraque e o Irã, em função da atuação dos curdos no combate ao Estado Islâmico.

A teoria do complexo regional de segurança tem capacidade explanatória para o surgimento do Estado Islâmico tendo em vista que ela explica o fenômeno melhor do que uma interpretação globalizada do tema.

Argumenta-se que com a ascensão do Estado Islâmico, não apenas a contenção deste grupo situado na Síria e Iraque são temas de interesse na agenda de segurança destes países, mas também o fortalecimento da população curda nestes quatro países, sendo esta uma possível agenda compartilhada que os faz atuarem em busca de um objetivo em comum, ainda que tenham agendas próprias de equilíbrio de poder regional.

Esta agenda compartilhada ocorre pelo fato de que Irã, Turquia, Iraque e Síria são países que parte de sua população é curda, e que, no decorrer da história, em momentos diversos, os interesses por maior autonomia desse grupo foi utilizado dentro das dinâmicas regionais de poder. No momento presente, a população curda no Iraque e na Síria foi fortalecida em função do combate ao EI, o que torna importante para estes países (Turquia, Iraque, Irã e Síria) o combate não apenas ao Estado Islâmico como também a contenção do avanço curdo. É nesse contexto que um subcomplexo regional de segurança é formado em função do combate ao EI bem como contenção dos curdos no Iraque e Síria, para se proporcionar estabilidade na região.

Nesse contexto se dará uma maior ênfase à atuação da Turquia, a qual, inicialmente procura manter sua agenda em política externa, que vinha praticando antes do surgimento do Estado Islâmico, mas que se vê forçada a mudar suas abordagens para acomodar os seus interesses nacionais e os interesses de seus parceiros (EUA e OTAN).

Como bem explica Buzan e Weaver (2004) a mutação na polaridade dentro de um subcomplexo irá depender das relações de amizade e inimizade das unidades que o integram. Existe uma relação de interdependência que se configura com base nas ações dos atores e como elas são percebidas pelas unidades que compõem aquele complexo.

Para o subcomplexo do Golfo, a separação entre sunitas e xiitas também exerce um elemento importante no desenvolvimento de alianças, assim como de conflitos. Contudo não é determinante na atuação dos Estados do Oriente Médio.

Tradicionalmente, Irã (xiita) e Arábia Saudita (suni-wahabista) são percebidas como potências regionais no CRSOM (LIMA, 2016). Estes dois países, bem como a Turquia (sunita) fazem uso de suas ideologias para fortalecer conexões com grupos militantes de países vizinhos. Este comportamento é visto no conflito contra o EI, onde o Irã e a Turquia optam por alinhar-se a grupos de orientação sunita na Síria tanto para o combate ao EI como para a derrubada do regime, objetivando que se estabeleça no país um regime alinhado com sua visão ideológica. Dessa forma, ainda que não seja dominante, se percebe o elemento ideológico-religioso presente também neste conflito com o Estado Islâmico (LIMA, 2016).

O Iraque detinha, antes do conflito de 2003, o *status* de potência regional, rivalizando com Egito e Arábia Saudita pela posição de líder da comunidade pan-arábica. Devido ao enfraquecimento iraquiano, ocorre um acirramento da competitividade entre Irã e Arábia Saudita para estabelecerem-se como representantes do mundo árabe para além do subcomplexo do Golfo (LIMA, 2016). A Turquia, desde a ascensão ao poder do AKP em 2002 vinha buscando agir mais assertivamente em sua política para o Oriente Médio, tendo em vista tornar-se uma potência nesta região. Contudo, no entender de Lima (2016) a polaridade do subcomplexo do Golfo é definida entre Irã e Arábia Saudita.

Para Buzan e Weaver, 2004, a securitização que conecta os Estados Unidos e os atentados de radicais do Oriente Médio ainda está ligada a um tema regional, e não global, que seria o apoio dos EUA a Israel e a presença dos EUA na Arábia Saudita, ambas questões regionais.

Dentro dos estudos sobre a TCRS, a Escola de Copenhague vê a Turquia como um Estado insular, excluindo-a das dinâmicas de segurança das regiões nas quais a Turquia se insere. Compreende-se por insular um Estado tampão, que não influencia ou é influenciado pelas tensões regionais, ficando à margem (BARRINHA, 2009). A Turquia estaria no limite de três complexos regionais de segurança: O do Oriente Médio (composto pelos subcomplexos do Levante, do Golfo e do Magrebe); da antiga União Soviética (contendo o báltico, Ucrânia, Bielorrússia e Moldava); e o complexo europeu (BARRINHA, 2009).

A Turquia diferencia-se de outros insulares, para a escola de Copenhague, por ser mais ativo nas dinâmicas regionais, posto que é considerada herdeira do Império Otomano, mantém laços culturais com outros Estados que também integravam o Império (BARRINHA, 2009). Este padrão de atuação turca poderia ser facilmente identificado quando da fundação do país e por sua opção em adotar uma política pró-Occidente.

Para Barrinha (2009) outra exceção à característica insular turca é a temática curda, na qual o país acaba por engajar-se em conflitos na região do Oriente Médio. O país, no entender desse autor, ainda seria visto pelo mundo árabe como ex-potência colonial.

Em tempos recentes, com a ascensão do AKP ao poder em 2002, o país tem procurado adotar uma agenda mais ativa nos complexos regionais de segurança que o cercam, como resultado de uma política externa mais assertiva, seguindo o objetivo de tornar-se uma potência regional. Conforme já foi apontado, o país procura diminuir a atuação reativa, buscando maior protagonismo em diálogos diplomáticos e maior influência em nível de região (BARRINHA, 2009).

Ainda segundo Barrinha, em publicações posteriores (2013), compreende na Turquia um ator importante em todos os complexos regionais de segurança que o cercam (Europa, Oriente Médio e território da antiga URSS) assim como na maior parte dos seus subcomplexos. O autor percebe na Turquia maior intensificação e diversificação em relações internacionais, estimuladas por um maior crescimento econômico no país.

Chega o autor ao entendimento de que tradicionalmente a TCRS posicionava a Turquia como um país insular, isto com fundamento no comportamento anterior do país. Contudo, compreende Barrinha (2013) que a Turquia está situada em uma posição estratégica geopoliticamente, bem como compartilha laços culturais e até mesmo agendas de segurança com seus vizinhos, tendo a oportunidade de atuar nos diversos complexos regionais de segurança que a cercam, a depender das diretrizes de política externa que o país adota.

Ressalte-se que esta nova percepção está atrelada à própria mudança na atuação turca, em sua percepção como ator regional, e em consequência, sua mudança nas relações com os países vizinhos. Em especial no âmbito econômico (BARRINHA, 2013), bem como em questões de segurança como o conflito com o Estado Islâmico e a questão curda, agenda comum a outros países do Oriente Médio.

No contexto do surgimento do Estado Islâmico, não se verifica o efeito *overlay*, posto que existem outras potências atuando na região com interesses distintos. Não se aplica porque o subcomplexo do Estado Islâmico não é o resultado da rivalidade entre grandes potências, sendo necessário se observar também os padrões e interesses dos Estados locais.

A invasão do Iraque e a Guerra ao Terror foi um *overlay* dos Estados Unidos na região do Oriente Médio, após o qual se veem diversos realinhamentos em CRS. Que foi o que aconteceu no Oriente Médio após a Guerra ao Terror e com o surgimento do Estado Islâmico.

Esta teoria é utilizada para se explicar como a intervenção americana na região do Oriente Médio, por meio do *overlay*, foi relevante para criar um efeito de mudanças na

estrutura de segurança da região com a queda do regime de Saddam Hussein no Iraque, a guerra no Afeganistão e o confronto na Síria resultando na ascensão do Estado Islâmico e o conflito contra este grupo por diversas frentes.

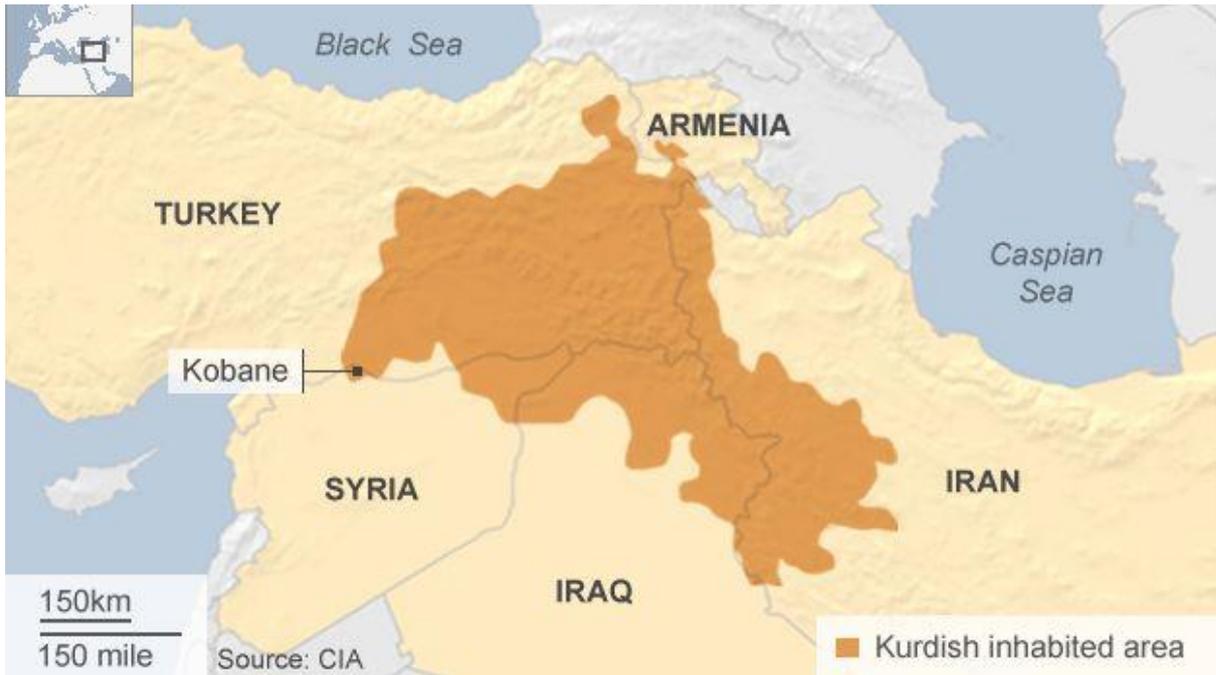
Entretanto, no confronto ao Estado Islâmico em si, a dinâmica dos Estados Unidos na região é percebida como atuando pela *penetration*, pois existe mais de um ator e mais de um interesse percebido neste confronto, inclusive com potências regionais (Irã, Arábia Saudita e Turquia) em disputa por maior alcance dentro e fora da região.

3.2 A PARTICIPAÇÃO CURDA NO COMBATE AO EI

Os curdos são um dos maiores grupos étnicos do Oriente Médio. Sua língua falada é o curdo e em sua maioria professam a religião muçulmana sunita. Esse povo detém uma cultura própria. A identidade curda torna-se evidente com o fim do Império Otomano e a nova configuração de Estados feita no Oriente Médio, quando o povo curdo ficou dividido em Estados distintos, sem a formação de um Estado nacional curdo (CFR, 2017).

A população curda de estimadamente trinta milhões distribui-se entre Irã, Turquia, Iraque e Síria, sendo uma das maiores populações do mundo que não detém um Estado soberano. Trata-se de um povo com histórico de marginalização e perseguição, em especial no Iraque e na Turquia, onde insurgiram diversas vezes contra o Estado por autonomia ou independência (CFR, 2017).

Figura 5: Localização dos Curdos



Fonte: BBC, 2017.

Desde a década de 1960 se visualiza uma relação conflituosa entre os curdos e outras comunidades existentes no Iraque. Entre 1974 e 1975 acontece novo conflito devido a ofensiva por parte do Iraque contra integrantes do Partido Democrático do Curdistão (Kurdistan Democratic Party – KDP) motivada pelo anseio do governo iraquiano em deter maior controle sobre o território curdo objetivando a “arabização” da região com a finalidade de alcançar maior controle sobre regiões onde haveria petróleo. Nos anos 1980 relata-se que Saddam Hussein realiza ataque contra os curdos fazendo uso de armas químicas, novamente nos locais ricos em petróleo (SCOPARIM *et al*, 2017).

Tendo em vista este ataque com armas químicas, o governo Iraquiano sofre pressões da comunidade internacional para conceder autonomia aos curdos, com fito de proteção dos curdos e dos grupos xiitas ao sul do Iraque. Este anseio pelos curdos por um país independente ou autônomo vigora até os dias atuais (SCOPARIM *et al*, 2017).

Diante da ascensão do Estado Islâmico, os curdos exerceram importante papel com o seu exército conhecido como Força Peshmerga (aqueles que enfrentaram a morte) no Iraque, a qual está fortemente conectada ao PDP (Partido da Democracia Popular), ambas financiadas e apoiadas pelos Estados Unidos (SCOPARIM *et al*, 2017. CFR, 2017. LIMA, 2016).

O KDP – Kurdistan Democratic Party (Partido Democrático do Curdistão ou Partiya Demokrat a Kurdistanê – PDK em curdo) sendo este o mais antigo partido do Curdistão no Iraque, criado em 1946 e apoiado pela União Soviética a qual ambicionava utilizar-se deste

movimento nacionalista curdo para contrabalançar as monarquias do Irã e do Iraque, sendo estas apoiadas pelo Ocidente. O KDP não tem reconhecimento por parte do governo iraquiano (SCOPARIM *et al*, 2017).

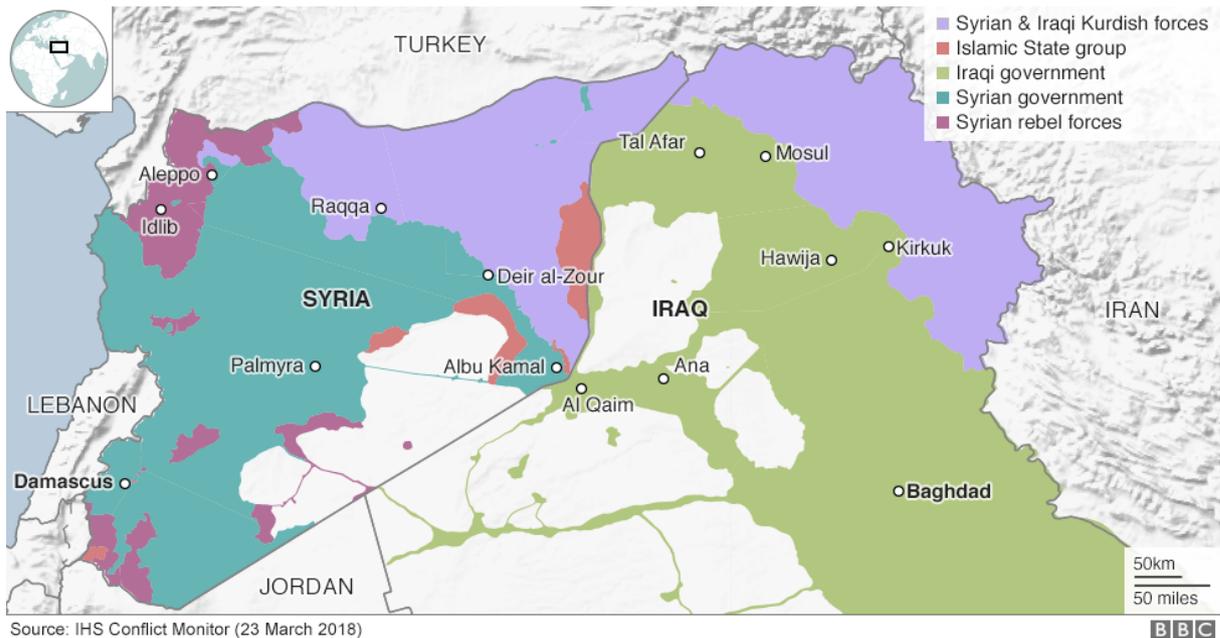
A União Patriótica do Curdistão – PUK, Patriotic Union of Kurdistan - (Yekêtiy Nişîmani Kurdistan) é um grupo ex-integrante do KDP, e o PUK procura criar um Estado curdo independente. Existe uma disputa por poder entre o KDP e o PUK, que em momentos converte-se em conflitos armados. O PUK detém boas relações com o Partido Democrático do Curdistão no Irã e com o Partido dos Trabalhadores Curdos na Turquia (SCOPARIM *et al*, 2017).

Tabela 1: Grupos organizados curdos

KDP (PDK em curdo)	Partido Democrático do Curdistão no Iraque – movimento nacionalista.
PUK	União Patriótica do Curdistão – ex-integrante do KDP objetiva criar um Estado independente no Iraque.
YPG	Unidades de Proteção Popular – Oposição a Assad – Na Síria.
PYD	Partido de União Democrática – grupo curdo organizado na Síria.
PDKI	Partido Democrático do Curdistão Iraniano.
PJAK	Partido da Vida Livre do Curdistão no Irã.
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão (na Turquia).

A Síria conta com cerca de 300 mil curdos os quais se dividem em mais de 30 facções que se situam majoritariamente no norte do país. Desde as revoluções de 2011 os curdos tomam controle sobre territórios na Síria e em 2012 este grupo alcança autonomia na região onde se localiza (SCOPARIM *et al*, 2017).

Figura 6: Ocupação dos curdos durante o confronto ao EI nos territórios do Iraque e Síria



Fonte: BBC, 2018.

Na figura pode-se verificar o território ocupado pelos militantes curdos contra o EI com dados de 2018.

Diante do surgimento do Estado Islâmico, os curdos da Síria lutam em dois frentes, um contra o governo de Assad e outro contra o EI. Há alegações, como em momentos anteriores de que o PYD em certos momentos do conflito de 2012 haja se aliado ao governo de Assad no combate a este grupo (SCOPARIM *et al*, 2017. CFR, 2017).

Importa mencionar as milícias das Unidades de Proteção Popular – YPG – (Yekîyên Parastina Gel) que seriam o braço armado do PYD e fazem oposição ao governo de Assad. O YPG atuou fortemente contra o EI, e foi patrocinado pelos Estados Unidos, durante o governo de Obama, que se utilizaram da estratégia das *proxy wars* no combate ao EI com armas e treinamentos ao YPG (SCOPARIM *et al*, 2017. CFR, 2017).

No Irã ocorreram revoltas curdas em 1918 e 1922 que detinham apoio por parte da Turquia. Em 1967 e 1979 são outros momentos de rebelião curda contra o governo estabelecido iraniano (SCOPARIM *et al*, 2017).

São partidos políticos curdos o Partido Democrático do Curdistão Iraniano fundado em 1945 (Partî Dêmkirâtî Kurdistanî Êran – PDKI) e o Partido da Vida Livre do Curdistão (Partiya Juyana Azad a Kurdistanê – PJAK) e não têm reconhecimento pelo governo central. Inicialmente o PDKI detinha apoio da União Soviética quando da sua fundação. O PJAK em 2009 ingressou na lista de grupos terroristas dos Estados Unidos e em 2011 assinou um cessar fogo com o governo iraniano (SCOPARIM *et al*, 2017).

Como se observa os curdos são representados por diversos grupos políticos organizados em diversos países tais como Turquia, Iraque, Irã e Síria. Não se organizam, contudo, em um governo central. Existe interesse em se unir os curdos em uma causa comum, ainda sem sucesso (SCOPARIM *et al*, 2017. CFR, 2017).

Este grupo vem desempenhando forte papel geopolítico no subcomplexo de segurança do Oriente Médio formado em função do surgimento do EI por serem o seu maior opositor na Síria e no Iraque, contando com a atuação de militantes do PKK, da Força Peshmerga e das milícias YPG (SCOPARIM *et al*, 2017. CFR, 2017).

A atuação destes grupos (CFR, 2017) leva governos a os verem como organizações terroristas, principalmente aqueles países que os vem combatendo no decorrer de um certo tempo, que é o caso da Turquia. O presidente Erdoğan percebe os curdos como uma ameaça maior que o Estado Islâmico, e para tanto, não dão suporte aos militantes curdos contra o Estado Islâmico para que posteriormente o PKK não se fortaleça e venha a dividir o território turco ou enfraquecer politicamente a Turquia.

O subcomplexo regional de segurança formado em função do surgimento do EI acaba por ser benéfico aos curdos não apenas na Turquia como na Síria e Iraque, pois no Iraque os combatentes curdos ganharam maior autonomia territorial, bem como na Síria. Os curdos não encontram um governo enfraquecido na Turquia nem uma situação de instabilidade, portanto, embora o PKK seja bastante organizado, existem maiores barreiras e repressões por parte do governo. Existe no Irã maior possibilidade de autonomia, mas não de independência (SCOPARIM *et al*, 2017).

3.3 O GOVERNO ERDOĞAN E SUA POLÍTICA EXTERNA

Historicamente se reconhece a importância que a Turquia tem para os Estados e regiões que a cercam. Como já foi abordado neste trabalho, Ancara adotava uma política pró-ocidente denominada de *Kemalismo* (ARAS, GORENER, 2010). Além disso, seguindo esta linha, atuou de forma relevante para o Ocidente durante a Guerra Fria, e em tempos recentes, ela vem retomando sua importância estratégica para a região (TEKIN, WALTEROVA, 2007). Um dos motivos é o potencial que o país tem de conectar os países produtores de energia com os que a necessitam.

A política externa turca passou por uma mudança de paradigmas do *Kemalismo* para o neo-Otomanismo com Turgut Özal a frente do país como Primeiro Ministro (1983-1989) e presidente (1987-1993) focando em uma agenda ativa. O período que antecede o fim da União

Soviética, a Turquia seguia diretriz da “Paz em Casa, Paz no Mundo” criada por Kemal Atatürk. Neste período, a Turquia seguia uma linha isolacionista em política externa, sem maiores conexões com os turcos habitantes de outros locais (tais como o Cáucaso e a Ásia Central). Ao fim do momento bipolar e a consequente independência das Repúblicas Turcas na Ásia Central e no Azerbaijão bem como o conflito nos Bálcãs estimulou conexões históricas com a população islâmica na região (ARAS, GORENER, 2010). Estes eventos impulsionaram a retomada da política externa turca para o discurso pró Império Otomano (MURINSON, 2006).

Por volta de 1991 Turgut Özal promove apoio ao movimento dos neo-otomanistas (*Yeni Osmanlıcılar*) conhecido como “Os Segundos Republicanos” (*İkinci Cumhuriyetçiler*). Este movimento consistia na ideia de que a Turquia deveria diversificar sua Política Externa refletindo sua herança do antigo Império Otomano. Por meio desta visão a Turquia deveria atuar como o líder do mundo muçulmano e turco como uma potência central da Eurásia, funcionando como uma ponte entre o Ocidente e o Oriente (ARAS, GORENER, 2010). Tal discurso, a partir de então, vem ganhando mais adeptos entre o corpo político da Turquia (MURINSON, 2006).

Ainda como parte da iniciativa de Turgut Özal, a Turquia atuaria em uma sinestesia turco-islâmica. Seria uma escola de pensamento que dá um maior enfoque no nacionalismo turco bem como no islã como base para a atuação do país em política externa com maior foco no passado Otomano buscando exercer um *soft power* entre os Estados turcos (MURINSON, 2006). Esta iniciativa também seria motivada pelo objetivo da Turquia em diminuir sua dependência em relação ao ocidente (ARAS, GORENER, 2010).

O país passa por significativas mudanças desde o fim da Guerra Fria até a ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkınma Partisi*, AKP) em 2002, partindo de uma postura mais isolacionista para atuante em relação ao Oriente Médio. Compreende-se que o país se afasta de sua direção pró-Ocidente para retornar suas raízes islâmicas, reassumindo sua identidade muçulmana (ARAS, GORENER, 2010).

O AKP também é adepto ao neo-otomanismo e, desde sua assunção ao poder tem aumentado sua atuação no Oriente Médio, nos Bálcãs, no Cáucaso e na Ásia Central (MURINSON, 2006). Em 2002 Erdoğan, membro do AKP, torna-se Primeiro Ministro. Este acontecimento é relevante porque após muitas décadas um partido conseguiu a maioria no Parlamento Turco. Os integrantes deste partido são em sua maioria de orientação islâmica. O partido conduz um discurso que mistura a modernidade com visões conservadoras, buscando

encontrar o equilíbrio entre a religião e o secularismo (ARAS, GORENER, 2010. MURINSON, 2006. BARRINHA, 2013).

O Partido liderado por Erdoğan conta com uma base eleitoral bastante conectada aos valores islâmicos. No entender de Barrinha (2009) esta política externa é uma retomada do discurso de Necmettin Erbakan que consistia em visualizar o Oriente Médio como um espaço de “irmandade muçulmana” com menor enfoque geopolítico. O país reforçava as relações com países com líderes políticos muçulmanos tais como a Líbia e o Irã.

O governo de Erdoğan adota uma postura de crítica em relação ao governo de Atatürk e o Tratado de Lausanne e a cessão de territórios no Iraque e nas Ilhas Gregas, alegando que as medidas não foram patrióticas. O discurso adotado por Erdoğan busca respaldar sua política do “neo-otomanismo”. Conforme Danforth (2016) desde a ascensão do AKP ao poder, a Turquia tem direcionado seu discurso a um novo olhar sobre seu passado Otomano como uma estratégia para aproximar-se do Oriente Médio, e exercer maior influência na região.

O AKP adota a doutrina de Davutoglu, pela qual a Turquia, por ser o legado do Império Otomano, bem como integrante da Otan, possui uma grande profundidade geográfica, podendo exercer grande influência geopolítica. Esta é a doutrina do Aprofundamento Estratégico (*Stratejik Derinlik*) que busca o maior ativismo turco em todas as regiões que a cercam, saindo de uma posição periférica para a de ator central. Compreende-se que tal doutrina tornou-se bastante associada ao governo do partido AKP (MURINSON, 2006. BARRINHA, 2013). Para Aras, Gorener (2010), além de sua influência geoestratégica, a Turquia teria a capacidade de adotar uma função de ator global, além de atuar como potência regional.

Para Davutoğlu, a posição geopolítica da Turquia é multi-identitária, possuindo características diversificadas, identificando-se com todas as regiões que a cercam. Dessa forma, o país tem influência sobre o Oriente Médio, Balcãs, Cáucaso, Ásia Central, Cáspio, no Mediterrâneo, Golfo e países do Mar Negro. A Turquia deveria afastar-se de uma agenda de segurança voltada para o jogo de soma zero e empenhar-se em um engajamento construtivo (BARRINHA, 2013).

Contudo, o a temática de segurança permaneceu central no que tange ao Oriente Médio. Desde 2002 o país adotou uma agenda de dessecuritização, atuando como mediador em diversos conflitos entre países da região, tais como Irã, Israel, Síria, Palestina, Líbano e Jordânia, intermediando conflitos domésticos e regionais (BARRINHA, 2013). Dessa forma,

o país assume uma postura de maior diálogo objetivando tornar a região mais cooperativa e estável (ARAS, GORENER, 2010).

Existe uma agenda relevante para o governo AKP que seria a derrota do PKK, por meio do fortalecimento do nacionalismo turco, e o estímulo a este nacionalismo entre os turcomenos habitantes nos países vizinhos. Desde 2003 a Turquia tem feito uso da população turcomena sob a liderança de Murad Brigade que habita na Síria, mas também tem sido instrumentalizado no Iraque por meio de um trabalho conjunto realizado entre as forças turcas e o Fronte Turcomeno no Iraque. A Turquia se utilizou desta mesma estratégia em seus conflitos com a Grécia e com o Chipre (DANFORTH, 2016).

Acrescente-se a estes elementos a iniciativa de Erdoğan como uma agenda de política externa comunitária de promover o sectarismo sunita, ao declarar apoio aos sunitas no Iraque. A mesma medida é adotada pela Turquia na Síria, onde o governo vem dando apoio a rebeldes sunitas (DANFORTH, 2016, p.4).

Para Danforth (2016) o novo direcionamento dado pela Turquia ao Oriente Médio em sua política externa é resultado de uma percepção de instabilidade na região, tendo em vista que este tem sido o padrão de comportamento do país em situações similares nas regiões que o cercam. Outro motivo para a atuação da Turquia mais presente no Oriente Médio é seu conflito com o PKK, que acaba sendo exacerbado para a Síria, e que em certa medida molda suas relações com os países vizinhos.

A Turquia havia conjecturado previamente a Guerra ao Terror no Iraque que o enfraquecimento do Regime de Saddam Hussein desestabilizaria o país e as fronteiras da Turquia com os países do Oriente Médio. Nesse momento, verifica-se o deslocamento de diversos integrantes do EI para o Iraque (MANGO, 2005).

Desde o segundo mandato de Erdoğan, Barrinha (2009) argumenta que há a consolidação de uma diferente proposta de relacionamento entre a Turquia e o Oriente Médio. Isto se percebe quando, em 2004, Erdoğan recusa convite para realizar visita a Israel, bem como se posicionando pró-Hamas em declarações públicas. Em 2006 o país ainda recebe uma delegação de enviados pelo Hamas, causando estranheza entre seus aliados ocidentais (BARRINHA, 2009).

Ancara busca ter uma postura conciliadora ao, em 2006, diante da crise do Líbano, conduzir diálogos conciliatórios entre Israel e o Hezbollah. No ano de 2008, durante o cessar-fogo do Hamas, a Turquia empenha-se por conduzir diálogos diplomáticos entre a Síria e Israel (BARRINHA, 2009).

Apesar deste engajamento, a Turquia ainda é vista por países como a Tunísia e o Egito como um país insular, isto ocorre porque o país mantinha fortes relações com os Balcãs, com o Mar Negro, a Ásia Central e outras regiões tais como África e América do Sul, que gerava nos países próximos a percepção de que a Turquia teria uma agenda não apenas voltada para o Oriente Médio, mas sim para uma grande potência dentro do sistema internacional (BARRINHA, 2013).

Em um período pós Primavera Árabe, Davutoğlu busca manter a política que vinha implementando de democracia e estabilidade. Na prática, a manutenção das diretrizes não se mostrou tão facilmente aplicável, pois em certos momentos o país necessitava se posicionar diante dos conflitos que surgiam (BARRINHA, 2013).

Embora a Turquia ainda tenha como grande foco em sua política externa o ingresso na UE, de acordo com Aras, Gorener (2010), tal acontecimento não configuraria necessariamente uma identificação turca com o Ocidente. Ainda conforme este autor, as relações turcas com os Estados Unidos foram estremecidas com a negativa pela Turquia de concessão de passagem das tropas americanas pelo seu território, em virtude da guerra no Iraque. As relações entre os dois países vislumbraram melhoras, posteriormente, com a visita do presidente Obama ao país em 2009 (ARAS, GORENER, 2010).

Nesse contexto, as relações da Turquia com a União Européia se deterioraram em um momento em que sua economia se fortalece, favorecendo que o país diversifique suas relações exteriores e de segurança, fortalecendo seus laços com o Oriente Médio, Ásia Central e região do Mar Negro (BARRINHA, 2013).

3.4 A ATUAÇÃO TURCA DIANTE DO SURGIMENTO DO EI

No período que antecede à Primavera Árabe em 2010, o governo turco atuava utilizando-se de *soft power* e expandia sua atuação na região, seguindo a política do “zero problemas com os vizinhos” atuava como mediador em conflitos entre diversos países, a exemplo do conflito entre Israel e Síria. O país conta ainda com a visita do presidente dos EUA, Barack Obama, em 2009 objetivando estimular parcerias entre os dois países com base em valores comuns (KIRIŞCI, 2018).

Ainda durante o governo de Obama, os Estados Unidos seguiam a estratégia de diminuir sua presença militar no Oriente Médio, o objetivo de Washington seria de dar apoio a potências regionais para a estabilização da região. Ocorridas as revoltas árabes, os Estados Unidos demonstram apoio à atuação turca de maneira mais assertiva em relação à Síria. A

Turquia adota uma política externa que busca exportar seu modelo político para grupos os quais a Turquia apoiava (NASSER, ROBERTO, 2016).

Durante a primavera árabe, Ancara dá seu apoio a grupos de oposição a Assad, o Exército Sírio Livre (ESL), permitindo que este grupo se organizasse na cidade de Istambul, formando o Conselho Nacional Sírio. Em setembro de 2011 o governo turco rompe oficialmente relações com o governo de Assad e apoia diretamente grupos opositores. A Turquia se une a outros aliados (Arábia Saudita e Catar) para apoiar rebeldes sírios. O país também facilita a circulação de pessoas por suas fronteiras que estivessem militando contra o regime sírio (COCKBURN, 2015. NASSER, ROBERTO, 2016).

Face a Primavera Árabe e diversos acontecimentos na região, com quedas de regime, a Turquia tem caminhado para um maior distanciamento em relação à democracia e aproximação do modelo autoritário. Havia certa expectativa por parte da Turquia de que os Estados Unidos intervissem entre 2011 e 2013 nos conflitos na Síria e isto resultasse na retirada de Assad do poder (KIRIŞCI, 2018).

Um destes acontecimentos ocorridos na região é a radicalização da guerra civil síria, e nesse contexto, militância e fortalecimento curdo no país, causando receios na Turquia, a qual tem um histórico de conflitos com a população curda em seu próprio território. Nos momentos imediatos de ascensão do EI, percebe-se pouca atuação por parte da Turquia no combate ao EI (NASSER, ROBERTO, 2016).

Entre 2013 e 2014, nas cidades situadas na fronteira entre a Turquia e a Síria e Iraque, grupos de combatentes estrangeiros do Estado Islâmico procuravam juntar-se a causa. Foram em torno de 30 mil militantes que viajaram por meio do solo turco para juntar-se ao grupo. Posteriormente, a Turquia dificultou a travessia de militantes do EI por suas fronteiras (YAYLA, CLARKE, 2018).

Em 2013 o PYD declara oficialmente sua autonomia na região de Rojava. O PYD tem buscado atrair o PKK para que se ajunte ao combate curdo na região fronteira entre Turquia e Síria. Esta maior conexão entre PYD e PKK é motivo de preocupações para a Turquia (NASSER, ROBERTO, 2016).

A partir da década de 1990, Roberto (2016) informa que a demanda curda é alterada, a qual deixa de requerer a criação de um Estado-nação e passando a buscar autonomia política. Em 2003 o Partido da União Democrática (PYD) é criado, o qual detém conexão com o PKK. Esta proposta de maior autonomia, ainda que não objetive a independência, é vista pelos governos Sírio e Turco como enfraquecedoras da autoridade central (ROBERTO, 2016).

Mesmo antes da ascensão do EI, o PYD já vinha combatendo grupos radicais islâmicos na Síria, tais como a al-Nusra. Conforme Cockburn (2015) antes da ascensão do EI, a Turquia provia apoio a grupos radicais que combatiam as YPG. Na situação do conflito na Síria, a Turquia enxerga a ameaça no fortalecimento dos curdos, enquanto que seus aliados, OTAN e EUA, direcionam seus esforços para o enfrentamento do EI (ROBERTO, 2016).

Em 2014 surge o Estado Islâmico, o qual se expande para territórios na Síria e no Iraque. Os países da OTAN e os EUA criam uma coalizão para realizar ataques aéreos objetivando a contensão deste grupo. Em um primeiro momento, a Turquia não se engaja no conflito, mesmo sendo integrante da OTAN (COCKBURN, 2015. NASSER, ROBERTO, 2016).

O avanço do EI no Iraque e na Síria impulsionou o fortalecimento curdo, tendo em vista que essa população passou a combater o EI para defender-se (SCOPARIM *et al*, 2017). O país passa a vislumbrar dois obstáculos na manutenção de sua política externa, que seriam a autonomia e expansão curda bem como o surgimento do Estado Islâmico (ROBERTO, 2016).

Inicialmente, a Turquia nega-se a participar da coalizão contra o Estado Islâmico. Não são infundadas as preocupações de Ancara, pois é sabido que o PKK e o PYD são grupos que partilham de semelhantes compreensões políticas, tendo as YPG sido treinadas pelo PKK no Iraque (COCKBURN, 2015. ROBERTO, 2016).

A Turquia ingressa no conflito com o EI por meio de envio de tanques e forças especiais dando apoio a grupos rebeldes no combate ao EI. Aponta-se, contudo, que os motivos para o ingresso da Turquia no conflito sírio estão mais conectados a enfraquecer o PYD, este sendo um aliado dos Estados Unidos no combate ao EI (ITANI, 2016). O país também almejava, ao ingressar no conflito, desestimular o apoio dos EUA ao PYD (RAMANI, 2018). É sabido que os Estados Unidos forneceram às milícias curdas um forte suporte militar e tático para o combate ao EI (NASSER, ROBERTO, 2016).

Não se nega que a Turquia tivesse a intenção de enfraquecer o Estado Islâmico o qual atacou o território turco e realizou ataques terroristas no país. Mas a Turquia busca, com maior afinco, enfraquecer as conquistas do PYD no norte da Síria e evitar que o grupo alcance alguma autonomia em território próximo à fronteira turca (ITANI, 2016).

A Turquia justifica suas atividades no conflito no Iraque sendo dadas por motivações de auto-defesa. Isto ocorre devido a atuação e presença do PKK. O histórico conflituoso entre Turquia e PKK, que foi mencionado previamente, é agravado pelo também interesse turco de que a Rússia e os Estados Unidos diminuam seu engajamento na região (DANFORTH, 2016).

Contudo, é sabido que o país atua em oposição ao governo de Assad bem como aos separatistas curdos. Ela dá suporte à atuação dos Estados Unidos contra o EI e outros grupos rebeldes tais como o Exército Livre da Síria. Além disso, lançou ataques aéreos contra militantes curdos no Iraque (BBC, 2015).

Há que se considerar como interesse da Turquia de manter a estabilidade na região do Oriente Médio, um dos motivos que o país tem dado apoio ao fortalecimento institucional da Síria. Estes interesses turcos são motivados também pela recente tentativa de golpe sofrida pelo governo de Erdoğan em julho de 2016 (NASSER, ROBERTO, 2016). O governo turco acredita que a tentativa haveria sido conduzida por forças islamistas religiosas apoiadas por forças externas. O governo argumenta que sua atuação tem como objetivo evitar que outros golpes semelhantes ocorram em outros países do Oriente Médio (RAMANI, 2018).

Outro objetivo do governo de Erdoğan é de fortalecer a conexão entre Estados nacionais com fito de preservar a segurança coletiva no Oriente Médio, região a qual se tornou bastante instável após a guerra no Iraque em 2003. Nesse sentido, a Turquia almeja garantir uma posição de liderança em termos de segurança no Oriente Médio ao facilitar diálogo diplomático entre Estados. A atual estratégia turca consiste em manter parcerias estratégicas com atores regionais que detenham objetivos geopolíticos similares (RAMANI, 2018).

O exército militar turco é bastante expressivo, e pode atuar como um fator de estabilização regional. Dessa forma, se visualiza o compromisso turco em fortalecer os Estados fragilizados na atuação turca na Síria, em atuar em prol do fortalecimento de uma autoridade central, embora seja historicamente contra o governo de Assad. O interesse em fortalecer a autoridade central tem por objetivo dificultar qualquer possibilidade dos curdos assumirem autoridade legítima sobre territórios na Síria que posteriormente poderiam trazer instabilidade para a Turquia e suas relações com o PKK (RAMANI, 2018).

Como já foi abordado, o governo Assad em momentos anteriores estimulou as demandas curdas dentro da Turquia com o objetivo de desestabilizar o país internamente. Isso se dá devido a interesses de balanço de poder regional, tendo em vista que ambos os países buscam conquistar maior influência na região. Nesse contexto, EUA e Rússia atuam por penetração, na busca de fortalecer seus aliados e se beneficiarem politicamente nos arranjos econômicos da região.

Tanto Turquia quanto Síria são importantes países para o escoamento de produção energética (escoamento de gás e de petróleo), elemento importante para os países que não estão inseridos no contexto do Oriente Médio.

Quando os curdos na Síria adquirem autonomia sobre o território no norte do país, o governo turco toma providências no sentido de enfraquecer o PYD e as YPG (Unidades de Proteção Popular) (NASSER, ROBERTO, 2016). Para a Turquia, os curdos são uma ameaça maior que o regime de Assad, o que faz com que a Turquia mude seu posicionamento no conflito ao Estado Islâmico, em certos momentos inclusive aliando-se ao governo para dirimir as chances do fortalecimento curdo.

O PYD e o YPG engajam-se no conflito ao EI, e o fortalecimento das forças curdas é visível, que contavam com apoio político e material dos EUA (NASSER, ROBERTO, 2016).

A Turquia também temia que os curdos ganhassem o apoio dos EUA para sua demanda por mais autonomia ou até mesmo independência. Em declarações o governo Erdogan afirma que apenas ingressaria no conflito ao EI se os Estados Unidos optassem por incluir os curdos entre os inimigos dos EUA, e que o conflito deveria ser contra o EI e contra os curdos no território sírio. Ao se perceber que os Estados Unidos não retirariam seu apoio aos curdos, a Turquia passa a adotar uma agenda menos assertiva e proativa, e mais defensiva na contenção do crescimento curdo. Ocorre assim, a deterioração das relações entre Turquia e o Ocidente, em especial com os EUA (NASSER, ROBERTO, 2016). As relações entre a Turquia e os membros da OTAN tornam-se bastante tensionadas, pois a Turquia passa a adotar nova estratégia, de enfrentar o PKK e o EI (ROBERTO, 2016).

Em 2013 a Turquia enfrenta manifestações populares em seu território, e consequentemente endurece sua atuação e medidas repressivas no país. Observa-se a prisão de opositores ao governo, fechamento de jornais. O governo também passa a ver no movimento Islâmico Civil Hizmet um inimigo, tendo em vista que este movimento começou a denunciar possíveis esquemas de corrupção nos quais membros do AKP estariam envolvidos (NASSER, ROBERTO, 2016).

Internamente, na eleição geral em 2015, o AKP sai enfraquecido do processo, com 40,9% dos votos totais. No mesmo momento, o partido ligado a lideranças políticas curdas, ganha força o HDP¹⁷ conta com 13,1% dos votos, ocupando 80 assentos no Parlamento. Sob a ótica do AKP as eleições de 2015 representam uma derrota interna no combate ao fortalecimento curdo (NASSER, ROBERTO, 2016).

No mesmo ano o AKP convoca novas eleições, para que não necessite formar um governo de coalizão. Ao mesmo tempo, o país adota uma postura de combate ao EI, continuando sua atuação contra os curdos. O país concede aos EUA a utilização da base aérea

¹⁷ Halkların Demokratik Partisi – Partido Democrático dos Povos.

de Incirlik, bem como a Turquia dá início a seus próprios ataques aéreos no território sírio. Acresce-se a isso, a Turquia declara fim do cessar-fogo com o PKK de 2013 dando continuidade à guerra civil (NASSER, ROBERTO, 2016).

A Turquia mantém seu discurso de tratar os curdos como grupos terroristas¹⁸ e requerer de seus aliados estratégicos (EUA e potências européias) o mesmo tratamento aos curdos (NASSER, ROBERTO, 2016).

Ainda no contexto interno, O HDP se recusa a repudiar as atuações do PKK de atentados contra alvos policiais e líderes curdos contrários a sua atuação. Em 2015, o EI comete atentados em Suruç e Ancara, e cresce a percepção de insegurança no país. O AKP fazia declarações nas quais culpava o HDP pela situação de insegurança no país. Com as novas eleições em novembro de 2015, o AKP ganha apoio de grupos nacionalistas, liberais e de esquerda nas eleições, que viam com desconfiança a conexão do HDP com o PKK. O AKP sai com 49,49% dos votos, e o HDP perde votos, alcançando 10,75% totalizando 59 assentos no parlamento (NASSER, ROBERTO, 2016).

A Turquia propõe a criação de uma “zona tampão” na Síria, com a justificativa de que esta zona serviria para contenção do Estado Islâmico. Percebe-se, contudo, pela escolha do território onde essa zona se localizaria que o objetivo seria a contenção dos militantes curdos (ROBERTO, 2016).

Em agosto de 2016, Ancara realiza a Operação Jarabulus, através da qual, em coalizão internacional liderada pelos EUA, realiza uma operação para libertar a cidade de Jarabulus, que se situa próxima a fronteira da Síria com a Turquia. A atuação turca, dessa forma, buscava limitar a expansão do EI e diminuir a influência curda próximo a suas fronteiras (ITANI, 2016).

A Operação Jarabulus consistiu em atuação conjunta entre Turquia e o grupo Exército Sírio Livre, para retomar a última cidade que estava sob controle do Estado Islâmico na Síria. Conforme apontado, a operação tinha objetivo duplo, tendo em vista que o PYD duas semanas antes havia tomado a cidade síria de Manbij, a qual se situava a cerca de 40 km de Jarabulus. Dessa forma, a Turquia combatia o EI e ao mesmo tempo continha o avanço do PYD (ROBERTO, 2016).

A cidade de Manjib situada a leste do Eufrates estava na chamada “linha vermelha” traçada pelo governo AKP, que consistia em limites informados por Ancara, por meio de

¹⁸ No plural por considerar-se que, atualmente, a Turquia esforça-se por combater não apenas os curdos em seu território como também no território Sírio. Estes grupos, embora aliados, não reconhecem uma autoridade central curda.

declarações, aos militantes curdos na Síria. Assim, a Turquia enviava uma mensagem às forças curdas de que não poderiam se aproximar da fronteira turca (ROBERTO, 2016).

A Turquia utiliza-se de seu ingresso no combate ao EI para salvaguardar apoio interno bem como maior simpatia de seus críticos na OTAN e garantiu apoio dos EUA. Os Estados Unidos passam a dar declarações de que não teriam a intenção de apoiar o separatismo curdo do PYD na Síria, para assegurar a parceria com a Turquia. Dessa forma, a Turquia instrumentaliza o combate ao Estado Islâmico em função de sua agenda que é garantir sua posição como potência regional com o apoio do ocidente bem como o apoio de seus aliados no combate aos curdos (NASSER, ROBERTO, 2016).

Outro instrumento de barganha turco é a crise dos refugiados sírios, pois a UE se encontra relutante em absorver os imigrantes advindos do conflito na Síria. Os países mais utilizados pelos imigrantes para ingressarem na Europa são Grécia e Turquia. Diante deste quadro, a Turquia assina um acordo com a UE para comprometer-se em diminuir o fluxo de migrantes para a Grécia, e em troca, a UE lhe daria 3 bilhões de euros bem como retiraria a necessidade de visto para que os cidadãos turcos ingressem na UE (NASSER, ROBERTO, 2016). Ainda em troca desse suporte à recepção dos refugiados em seu território a Turquia consegue contribuição ou menor resistência do bloco às suas ações na Síria para combater os curdos (NASSER, ROBERTO, 2016).

Em 2015, a Turquia derruba um caça russo, resultando em maiores tensões entre Rússia e Turquia. A Rússia ambicionava que a Turquia não ingressasse no conflito sírio, posto que a Rússia apoia o governo Assad ao qual a Turquia era opositora (NASSER, ROBERTO, 2016). Diante destes desdobramentos, a Turquia ganha maior relevância no âmbito da OTAN, com a possibilidade de maior conflito com a Rússia em 2015. Nesse momento, o governo turco se utiliza de uma política externa de barganha para com os interessados no conflito na Síria e seus desdobramentos (NASSER, ROBERTO, 2016).

Em período mais recente, 2017, se percebe uma aproximação entre Turquia e Rússia, pois que a Turquia busca aumentar seu poderio bélico e não tem recebido apoio pela OTAN ou EUA para este objetivo, diferentemente da Rússia, que tem se utilizado desta demanda turca para forjar uma maior aproximação com este país (NASSER, ROBERTO, 2016).

A Turquia tem atuado em garantir acordos com o Irã e a Rússia por meio de acordos com o Irã para segurança de fronteiras, ações contra o terrorismo e compartilhamento de inteligência, bem como ações coordenadas contra os grupos militantes curdos. Junto à Rússia a Turquia tem atuado por meio do lançamento de ataques aéreos contra militantes sunitas de

oposição. A atuação turca visa enfraquecer o suporte russo a militantes curdos (RAMANI, 2018).

A atuação turca no Oriente Médio modifica-se dada a reconfiguração do cenário regional e o surgimento de novos conflitos. Diante deste quadro de instabilidade, a Turquia necessita atuar de maneira a diminuir a possibilidade de instabilidade dentro de seu próprio território, pela securitização da questão curda, tema de segurança que extrapola as fronteiras do Iraque e da Síria, pelo fato de que a questão curda é um tema de interesse compartilhado entre estes países, acrescente-se o Irã. Tudo isso em função de uma crescente instabilidade motivada pela Guerra ao Terror em 2003, às Revoluções do Mundo Árabe 2010 e ao surgimento do Estado Islâmico 2014.

O temor da expansão curda está diretamente ligado ao combate ao Estado Islâmico. Ambos os grupos são vistos como ameaça a estabilidade regional, contudo, os curdos são combatentes do Estado Islâmico, o que dificulta a atuação da Turquia em enfraquecê-lo, pois recebem apoio externo no combate ao EI.

A TCRS prevê a possibilidade de mudanças de polaridade dentro de um subcomplexo, pois os padrões de amizade e inimizade podem variar entre os Estados que o integram. Embora a Turquia busque manter sua demanda pela retirada de Assad do poder e enfraquecimento dos curdos na região, o país vem cada vez mais se alinhando à Rússia, estabelecendo parcerias para fornecimento de armamentos, e dessa forma a Turquia diminui sua demanda para que o atual regime seja removido da Síria. Isto se dá pela percepção turca de falta de apoio por parte de seus parceiros tradicionais, os Estados Unidos e a OTAN, em especial no combate ao crescimento das forças curdas tendo em vista o enfraquecimento do poderio do Estado Islâmico em 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar os motivos que levaram a Turquia a ingressar no confronto ao Estado Islâmico. Para que se respondesse a este questionamento, foi realizada a leitura de autores como Feroz (2002), Danforth (2015), Heper, Sayari (2012) que trazem o conhecimento sobre os acontecimentos que influenciaram a Turquia para a forma como esta nação se conduz em política externa; Dialoga-se ainda com Buzan e Weaver (2004) e Barrinha (2009 e 2013) para compreensão e aplicação da estrutura dos Complexos Regionais de Segurança. Acerca do surgimento do Estado Islâmico, as obras de Cockburn (2015), Gerges (2016) foram bastante relevantes para esta pesquisa.

Dessa forma, no primeiro capítulo buscou-se compreender a origem da Turquia, contextualizando-a no quadro geopolítico no qual o país se insere. Compreendeu-se que quando do seu surgimento, o Estado turco adotou uma política bastante voltada para o Ocidente, buscando ao máximo desassociar-se da sua conexão com o Império Otomano. Esta foi a política adotada por Kemal, denominada de Kemalismo, e foi dominante como estratégia de política externa por um bom tempo.

Compreendeu-se neste capítulo que o contexto internacional vivenciado no momento difere daquele quando da independência turca. Com a assunção do AKP ao poder, em 2002, o país assume uma postura mais assertiva em seu relacionamento com as regiões nas quais a Turquia se insere. Dentro deste direcionamento, Ancara adota medidas que são denominadas de neo-otomanismo, por haver uma maior identificação com o passado otomano do país, sabendo-se que a Turquia conta com população majoritariamente muçulmana, e busca, através desta política, angariar maiores alianças e aproximação com seus vizinhos no Oriente Médio, almejando consolidar-se como uma potência regional.

Os Estados Unidos vinham procurando diminuir suas intervenções diretas no Oriente Médio, e estavam dispostos a apoiar uma potência regional alinhada com seus interesses, para que estes aliados assumissem maiores responsabilidades (ROBERTO, 2016). Um desses possíveis aliados seria a Turquia, contudo, o Oriente Médio vivencia acontecimentos desestabilizadores da região. Estes acontecimentos influenciam também as diretrizes de política externa turca.

No capítulo dois, onde se abordou a campanha estadunidense de Guerra ao Terror em 2001, a invasão do Iraque pelos EUA em 2003 e em 2011 a primavera dos povos árabes, que gerou maior instabilidade no Iraque e na Síria. Nesse contexto surge o Estado Islâmico em 2014, ocupando territórios tanto na Síria quanto no Iraque.

Para se estudar as consequências destes acontecimentos na região, com enfoque na Turquia, se fez uso da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, a qual também foi vista no capítulo dois. Por meio dessa teoria se apreendeu que a região do Oriente Médio conta com um CRS que se subdivide em três subcomplexos. Nesse momento verificou-se que, com o surgimento do EI, a estrutura de segurança regional no CRSOM sofreu alterações, devido ao engajamento curdo no combate ao EI e consequente fortalecimento deste grupo.

Nesse sentido, é percebida a criação de uma agenda de segurança compartilhada entre Turquia, Irã, Iraque e Síria, devido ao fato de estes Estados contarem como populações curdas dentro de seus territórios. Para estes países há uma percepção de ameaça por parte tanto do EI quanto dos curdos, pois podem causar instabilidade na região, reclamar independência e alterar as dinâmicas de segurança regional facilitando o *overlay* por potências como EUA e Rússia.

Desde o início do conflito com o EI, os curdos são vistos como dos seus maiores combatentes, e, portanto, este grupo motiva o redirecionamento da política externa turca. No capítulo três se analisou o envolvimento dos países no confronto ao EI bem como os motivos que levaram a Turquia a ingressar no conflito, pois esta vinha adotando uma política de Zero Problemas com os vizinhos, e precisou mudar este direcionamento para uma atuação reativa e de contenção dos curdos e do EI.

Tanto a expansão curda quanto o surgimento do EI, em seus momentos iniciais, foram acontecimentos não previstos pela Turquia para a continuidade de sua atuação regional. A política externa do país tem se voltado para a contenção curda na Síria e, conseqüentemente, em seu próprio território, bem como à contenção do EI, para honrar as alianças com EUA e OTAN.

O governo AKP vinha sendo incentivado pelos aliados do Ocidente, como um possível modelo a ser seguido pelos países do Oriente Médio, que consistia na manutenção das tradições religiosas com um Estado democrático. A partir da ascensão do EI, crescente percepção de instabilidade regional, o governo turco passa a adotar uma postura mais reativa e de contenção de danos (NASSER, ROBERTO, 2016).

Verificou-se que esta política de contenção de danos é motivada pela percepção de ameaça do fortalecimento dos povos curdos tanto na Síria quanto no Iraque, bem como do processo de unificação em torno do combate ao Estado Islâmico, com forte apoio por parte de potências estrangeiras como os EUA. A Turquia teme, nesse contexto, que essas dinâmicas de segurança localizadas próximo de suas fronteiras tragam a instabilidade para dentro de seu território, pois o PKK tem se envolvido no combate ao Estado Islâmico, deslocando-se para

os países vizinhos com o intuito de apoiar os povos curdos localizados naquelas nações. Dessa forma, o país realiza uma estratégia de barganha para com os EUA e OTAN, ao ingressar no confronto ao EI.

A partir de 2016, ocorre no país uma tentativa de golpe militar, resultando em maior autoritarismo por parte do governo turco e um consequente distanciamento dos parceiros tradicionais, que percebem nessa atuação da Turquia um afastamento dos valores democráticos (NASSER, ROBERTO, 2016).

No momento em que esta pesquisa está sendo concluída, ainda ocorre o conflito na Síria, embora enfraquecido, em 2017 o Estado Islâmico conta com um pequeno número de combatentes, bem como ocupante de cidades menores no país. Isso não impediu que em dezembro de 2017 a Rússia declarasse “oficialmente” o fim do Estado Islâmico (SAMHAN, YUNIS, 2017). A Turquia mantém, todavia, ataques ao território sírio em regiões onde os militantes curdos estão situados até o presente momento (MEIRELES, 2018).

Embora tenham sido feitas declarações sobre a derrocada do EI, estudos apontam que o grupo poderá manter suas atividades por meio das mídias sociais, ou mesmo inspirando a realização de ataques na Europa (FRANCO, 2017). Ainda em 2016 observa-se maior aproximação da Turquia com a Rússia e com o Irã, como uma possível continuidade da estratégia de barganha adotada pelo país em relação à OTAN e aos EUA (NASSER, ROBERTO, 2016).

Ao envolver-se no combate ao EI, a Turquia angaria uma posição favorável junto aos EUA e à OTAN, tendo em vista que estes tradicionais parceiros do país vinham lhe cobrando envolvimento no conflito, o que poderia garantir à Ancara apoio posterior na contenção do PYD e do PKK.

Junto à UE, com sua postura mais assertiva em relação ao EI, a Turquia também angaria maior capacidade de barganha em função de sua forte atuação concernente a crise dos refugiados, por atuar como uma das principais rotas de entrada dos refugiados na União Europeia. A Turquia adotou medidas para conter a migração para a Europa. Dessa forma, a Turquia redireciona sua estratégia, em função do surgimento do EI e conflitos com os curdos, para uma atuação de barganha bem como contenção de danos (NASSER, ROBERTO, 2016).

Os conflitos na Síria e Iraque resultaram em uma desestruturação desses países, e nesse momento Turquia, Arábia Saudita e Irã atuam, em muitos momentos, em apoio a grupos opositores ao governo estabelecido, grupos estes com ideologias semelhantes aos seus respectivos governos, objetivando a consolidação de um possível grupo aliado no poder em um momento pós-combate ao EI, e de reestruturação destes países.

Da mesma forma atuam EUA, potências ocidentais e Rússia (LIMA, 2013), objetivando dar apoio a grupos com alinhamentos políticos que possam facilitar sua influência na região. Em momentos recentes, a Turquia tem adotado uma postura de discursos anti-americanistas, bem como ações de maior distanciamento em relação a OTAN. Há também uma percepção de maior proximidade com a Rússia (KIRIŞCI, 2018).

Isto posto, a presente pesquisa provou-se bastante relevante para o campo das Relações Internacionais, pois, diante de diversos acontecimentos no Oriente Médio, a compreensão das conseqüências destes acontecimentos no Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio, em especial, com a crescente atuação da Turquia na região, faz-se necessária diante de tantas mudanças ocorridas no CRSOM.

Os eventos ocorridos, analisados nesta pesquisa, podem criar condições de mudança na região do Oriente Médio. Para alguns autores, como Lima (2013) vivencia-se uma fusão entre os subcomplexos do Levante e do Golfo, com maior foco na rivalidade entre Irã, Arábia Saudita e Israel. Com a Guerra Civil na Síria, invasão pelos EUA do Iraque e surgimento do EI.

Ainda não se sabe, contudo, como se darão os rearranjos em segurança regional no Oriente Médio, posto que ainda se combate o Estado Islâmico, embora menos intenso, se permanecerá o novo rearranjo em função dos curdos e do EI, considerando o atual enfraquecimento do Iraque, como se darão as polarizações neste complexo. Percebe-se a atuação mais forte da Turquia, do Irã e da Arábia Saudita.

Percebe-se que a Turquia adota uma política reativa em relação ao EI e pendular, entre Estados Unidos e Rússia. Tradicionalmente com uma política externa pró-ocidente, é possível que a aproximação com a Rússia seja uma estratégia de barganha turca para angariar maior apoio da UE e dos EUA, garantindo, dessa forma, maior relevância turca no que tange aos conflitos no Oriente Médio. Esta pesquisa serve para auxiliar trabalhos futuros acerca da Turquia e sua política externa em um contexto pós-guerra contra o EI.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, Feroz. **The Making of Modern Turkey**. Routledge, London and New York, 2002.
- _____. **Turkey: the quest for identity**. Oneworld Publications. England. 2003.
- AL-ALI, Zaid. **How Maliki Ruined Iraq**. Disponível em <<http://foreignpolicy.com/2014/06/19/how-maliki-ruined-iraq/>> publicado em 19 jun 2015. Acesso em 03 ago 2016.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Uma Breve História da Geopolítica**. Cenegri, RJ, 2011.
- ARAS, Bulent. GORENER, Aylin. **National Role Conceptions and Foreign Policy Orientation: the ideational bases of the justice and Development Party's foreign policy activism in the Middle East**. Journal of Balkan and Near Eastern Studies, Vol. 12, No 1, Mar 2010 Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1080/19448950903507453>> Publicado em 2010. Acesso em 10 mai 2017. p.73-92.
- ATTKISSON, Sharyl. **How Arab Spring Opened the Door to Terrorism's Ugly March**. Disponível em <<http://dailysignal.com/2015/03/12/arab-spring-opened-door-terrorisms-ugly-march/>> publicado em 12 mar 2015, acesso em 31 jul 2016.
- BAŞKAN, Birol. **Turkey and Qatar in the Tangled Geopolitics of the Middle East**. Ed. Palgrave macmillan. Nova Iorque, EUA. 2016.
- BARRINHA, André. **A Turquia e a Ilusão do Médio Oriente**. Ed. Relações Internacionais n. 21. Lisboa. PT. 2009.
- _____. **The Ambitious Insulator: Revisiting Turkey's Position in Regional Security Complex Theory**. Centre for Social Studies, University of Coimbra. Coimbra. Portugal. 2013.
- _____. **Política Externa: as relações internacionais em mudança**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, PT. 2015.
- BBC NEWS. **Islamic State and the Crisis in Iraq and Syria in maps**. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-27838034>> Publicado em 10 jan 2018. Acesso em 15 jan 2018.
- _____. **Who Are the Kurds**. Disponível em < <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29702440>>. Acesso em 11 abr 2018.

BBC Brasil. **Entenda: quem luta contra quem na Síria.** Disponível em < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_siria_entenda_tg> Acesso em 15 jan 2018.

BERTONHA, João Fábio. **O “Eixo do Mal” e a proliferação nuclear: estarão Teerã e Pyongyang errados?** Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. 2005 p. 7-9.

BRUINESSEN, Martin van. **Agha, Shaika and State: The social and political structures of Kurdistan.** Zed Books Ltd. London and New Jersey. 1992.

BRANCOLI, Fernando Luz. **Síria e Narrativas de Guerra por Procuração: o caso dos curdos como elemento de complexidade.** Revista Escola de Guerra Naval, v. 23. n.3. Rio de Janeiro. 2017. p.589-617.

BONIS, Gabriel. **Munique 1972: há 40 anos, a tragédia que transformou o mundo.** Cartal Capital. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/internacional/munique-1972-os-jogos-olimpicos-que-transformaram-o-mundo>> Acesso em 20 jun 2017.

BRITO, Gisele F. de; CHOI, Vania P.; ALMEIDA, Andreia de. **Manual ABNT: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos.** FECAP, São Paulo, 2014.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lena. **The Evolution of International Security Studies.** Cambridge University Press, UK, 2009.

_____. WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security.** Cambridge University Press, UK, 2004.

_____. GONZALEZ-PELAEZ, Ana. **The Middle East: English School theory at the regional level.** Palgrave Macmillan. Londres, GB, 2009.

CASTIGLIONE, Débora de P. **Políticas de Fronteiras e Saúde de Populações.** Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000400502&script=sci_arttext> Acesso em 18 jun 2018.

CIA WORLD FACTBOOK. **United States external debt.** Disponível em: <www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_tu.html>. Acesso em 11 mai. 2018.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista.** Autonomia Literária, São Paulo, 2015.

COSTA, Clayton A. S.; SANTOS, Letícia B dos. **Uma Abordagem da Teoria do Complexo de Segurança sobre as águas transfronteiriças do Rio Jordão.** Mural Internacional, Ano IV, n.1 2013.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista.** Autonomia Literária, São Paulo, 2015.

COUNCIL FOREIGN AFFAIRS. **The Time of the Kurds: A CRF infoguide presentation.** Disponível em: < https://www.cfr.org/interactives/time-kurds#!/?cid=soc-at-the_time_of_the_kurds-infoguide> Publicado em 4 out 2017. Acesso em 05 jan 2018.

DAL, Emel Parlar. **A Normative Approach to Contemporary Turkish Foreign Policy: The cosmopolitanism-communitarianism divide.** International Journal Canada’s Journal of Global Policy Analysis. Canada. 2015.

DANFORTH, Nick. **Turkey’s Anti-Imperial Agenda: Turkish Foreign Policy, from Ataturk to Erdogan.** Foreign Affairs. 2015. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/20150614/>> Acesso em 10 fev 2017.

_____. **Turkey’s New Maps Are Reclaiming the Ottoman Empire.** Foreign Policy. Disponível em: < <https://foreignpolicy.com/2016/10/23/turkeysreligiousnationalistswantottomanbordersiraqerdogan/>> Publicado em 26 out 2016. Acesso em 26 abril 2017.

_____. **A Short History of Turkish Threats to Invade Syria.** Disponível em: < <https://foreignpolicy.com/2015/07/31/ashorthistoryofturkishthreatstoinvadesyriafrom1937to1998/>> Publicado em 21 jul 2015. Acesso em 24 abril 2017.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Turkey’s Foreign Policy Vision: An Assessment of 2007.** Insight Turkey. Vol. 10. No 1, 2008. pp 77-96.

EL PAÍS. **Milícias Curdas Anunciam a Retomada de Aeroporto Controlado pelo Estado Islâmico perto de Raqa.** Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/27/internacional/1490599862_103569.html> Acesso em 12 dez 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **National Strategy for Combating Terrorism.** 2003. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/s/ct/rls/wh/71803.htm>> Acesso em 28 mai 2017.

Final report of the high level Policy Working Group on the United Nations and Terrorism, document of August, 2002 (A=57=273 S=2002=875 Annex). Disponível em < http://catalogo.casd.difesa.it/GEIDEFile/N0251297.PDF?Archive=191942491912&File=N0251297_PDF>. Acesso em 10/01/2017.

FRANCO, Mariana. **A Derrocada do Califado: veja como o Estado Islâmico perdeu território na Síria e no Iraque em 2017.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/a-derrocada-do-califado-veja-como-o-estado-islamico-perdeu-territorio-na-siria-e-no-iraque-em-2017.ghtml>> Acesso em 15 mar 2018.

FUJII, William. **O Estado Islâmico e o Xadrez Geopolítico dos Conflitos na Síria e no Iraque.** III Semana de Ciência Política Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2015.

GERGES, Fawaz A. **ISIS a History.** Princeton University Press. New Jersey, US. 2016.

GLOBAL TERRORISM INDEX 2015: **Measuring and Understanding the Impact of Terrorism.** Institute for Economics and Peace. Disponível em <<http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/11/Global-Terrorism-Index-2015.pdf>>. Acesso em 10/01/2017.

GOLDFELD, Monique S. **Otomania na Turquia Contemporânea.** In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI 4ª edição, 2013, Belo Horizonte, Anais (online). Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370036360_ARQUIVO_OtomanianaTurquiaContemporanea.pdf> Acesso em 13 abril 2017.

GOODWIN, Jeff. **A Theory of Categorical Terrorism.** Social Forces, Volume 84, Number 4, June 2006. The University of North Carolina Press. Estados Unidos. p. 2027-2046.

GRIFFITHS, Martin. **Realism, Idealism and International Relations.** Routledg. London-UK; New York – USA. 1992.

HANIEH, Adam. **A Brief History of ISIS: ISIS emerged out of the dashed hopes of the Arab Spring.** Disponível em <<https://www.jacobinmag.com/2015/12/isis-syria-iraq-war-al-qaeda-arab-spring/>> publicado em 12 mar 2015 acesso em 31 jul 2016.

HENRIQUES, Anna B. L.; LEITE, Alexandre C. C.; TEIXEIRA JR. Augusto W. M. **Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais.** Debates, vol.9, n.1, Porto Alegre, p. 09-23, 2015.

HEPER, Metin. SAYARI, Sabri. **The Routledge Handbook of Modern Turkey.** Routledge, New York, USA, 2012.

_____. ONCU, Ayse; KRAMER, Heinz. **Turkey and the West: Changing political and cultural identities.** I.B. Tauris e Co Ltd Publishers. London e New York. 1993.

_____. **The State and Kurds in Turkey: the question of assimilation.** Palgrave Macmillan. New York, 2007.

_____. **CRISS, Nur Bilge. Historical Dictionary of Turkey.** The Scarecrow Press, Inc. 3a Edição. Plymouth, Reino Unido. 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Ecoss da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa.** Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

HOURANI, Albert H. **Uma História dos Povos Árabes.** Ed. Companhia de Bolso, Reino Unido. 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Política Externa da Turquia Face a Israel: o regresso da ambição otomana.** Disponível em: <
<http://realpolitikmag.org/wp/index.php/2015/06/06/apoliticaexternaturquiafaceaisraeloregressodaambicaootomana/>> Publicado em 06 jun 2015. Acesso em 26 abril 2017.

ITANI, Faysal. **Why Turkey Went to War in Syria.** Foreign Policy. Disponível em: <
<http://foreignpolicy.com/2016/08/24/whyturkeyfinallywenttowarinsyriajarablusunvasionkurds/>>
 > Publicado em 24 aug 2016. Acesso em 24 abril 2017.

JAMES, Carolyn C.; OZDAMAR, Ozgur. **Modeling Foreign Policy and Ethnic Conflict: Turkey's Policies Towards Syria.** Foreign Policy Analyziz, International Studies Association. 2009.

KAMOLINICK, Paul. **The Al-Qaeda Organization and the Islamic State Organization: history, doctrine, modus operandi, and US policy to degrade and defeat terrorism conducted in the name of suni Islam.** United States Army Was College Press, US, 2017.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro E.; BLANCO, Ramon. **A Construção da Paz em um Mundo em Transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de *peacebuilding*.** Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 60. 2016. p. 137-150.

KİRİŞÇİ, Kemal. **The End of the Cold War and Changes in Turkish Foreign Policy.** Foreign Policy Institute. Disponível em < <http://foreignpolicy.org.tr/the-end-of-the-cold-war-and-changes-in-turkish-foreign-policy-behaviour-kemal-kirisci/>> . Acesso em 01 abr 2018.

_____. **The Neo Geopolitics of Turkey, Syria, and the West.** The Brookings Institute. Disponível em: < <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/02/14/the-new-geopolitics-of-turkey-syria-and-the-west/>> Acesso em 20 fev 2018.

LAQUEUR, Walter. **History of Terrorism.** Transaction Publishers, New Jersey. 2002.

LAURIA, Bianca V., RIBEIRO, Poliana G, SILVA, Henrique R. **O Estado Islâmico.** Observatório de Conflitos Internacionais. v 2. n 2. Disponível em <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v-2-n-2-o-estado-islamico.pdf>> acesso em 10 jan 2016.

LIMA, José Antonio. **O Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio: o período 2003-2013 e o que vem pela frente.** Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais. 2013. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/235366314/O-Complexo-Regional-de-Seguranca-do-Oriente-Medio-O-periodo-2003-2013-e-o-que-vem-pela-frente>> Acesso em 14 mar 2018.

LIMA, Murilo Silva de. **Subcomplexo Regional de Segurança do Golfo Pérsico: uma mudança de polaridade?** Conjuntura Global, vol. 5 n. 2 mai/ago 2016. p.304-318.

LOCKMAN, Zachary. **Contending Visions of the Middle East: The history and politics of Orientalism.** Cambridge University Press, UK, 2010.

LOURENÇO, Eduardo. **A Geopolítica da Turquia: um desafio às sociedades abertas da União Européia.** Disponível em: < <http://realpolitikmag.org/wp/index.php/2015/06/06/ageopoliticadaturquiaumdesafioassocieda-desabertasdauniaoeuropeia/>> Publicado em 15 jun 2016. Acesso em 26 abril 2017.

LUTZ, James, LUTZ, Brenda. **Terrorism: the basics.** Routledge, London and New York. 2011.

MAHNKEN, Thomas G. **Strategic Theory.** in BAYLIS, WIRTZ, and GRAY. **Strategy in the Contemporary World: an introduction to strategic studies.** 4a edição. Oxford University Press, UK, 2007, p.66-81.

MANGO, Andrew. **Turkey and the War on Terror: for four years we fought along.** Routledge, USA, 2005.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** W. W. Nanan&Company, Inc, New York. 2001.

_____. **Defining a New Security Architecture for Europe that Brings Russia in from the Cold.** Military Review. Disponível em: < <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Military%20Review.pdf>> Publicado em mai 2016. Acesso em 20 abril 2017.

MEIRELES, Ana. **Turquia Ataca Enclave Curdo na Síria e Recebe Críticas dos EUA.** Disponível em: < <https://www.dn.pt/mundo/interior/turquia-ataca-enclave-curdo-na-siria-e-recebe-criticas-dos-eua-9061249.html>> Acesso em 3 jun 2018.

MUMFORD, Andrew. **Proxy Warfare.** Polity Press. Cambridge. Reino Unido. 2013.

MURINSON, Alexander. **Turkish Foreign Policy.** Middle Eastern Studies, Vol. 42, No. 6, nov 2006. Routledge. p.945-964.

NASSER, Reginaldo; ROBERTO, Willian M. **A Política Externa Turca no Pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico**. Revista Carta Internacional. Vol. 11, n. 2. Belo Horizonte – MG. 2016. p. 5-27.

NAPOLEONI, Loretta. **The Islamist Phoenix: the Islamic State and the Redrawing of the Middle East**. Seven Stories Press, New York, 2014.

NIA, Mahdi M. **From Old to New Terrorism: the changing nature of international security**. Globality Studies Journal. 1 jun 2010.

NOBRE, Fabio R. F.; OLIVEIRA, Marcos G. de. **A Participação Estadunidense no Conflito Colombiano sob a Ótica dos Complexos Regionais de Segurança: penetration ou overlay**. ALACIP. Bogotá. 25-27. 2013.

NOGUEIRA, João P., MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Elsevier Editora, Rio de Janeiro, 2005.

PICCOLLI, Larlecianna; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska. **A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, vol.3, n.3. 2016. p. 189-203.

PORPORA, Douglas. **The Historical Materialis Approach to Critical Terrorism Studies**. in: JACKSON, Richard. (Org). Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies. Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2016. p.181 – 200.

RAMANI, Samuel. **How Turkey's Geopolitical Ambitions Could Change the Middle East**. Disponível em <<http://nationalinterest.org/feature/how-turkeys-geopolitical-ambitions-could-change-the-middle-24207>> Acesso em 2 fev 2018.

ROBERTO, William. **A Estratégia da Turquia Frente ao Estado Islâmico: entre a percepção governamental de ameaça e a relação com a OTAN**. Dossiê SimpoRI 2016. Disponível em: <<file:///F:/Documents/Documents/MESTRADO%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais/PROJETO%20MESTRADO/textos%20Turquia/27459-98922-1-PB.pdf>> Acesso em 11 jan 2018.

_____. **A Estratégia de Liderança Regional da Turquia: Inflexão da política externa pós-2011 e limites do modelo**. ENABED 2016. Disponível em: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466354950_ARQUIVO_2016ROBERTO-AestrategiadeliderancaregionaldaTurquiapos-2011.pdf> Acesso em 19 jan 2018.

_____. **A Ideia do “Modelo Político Turco”: bases e atratividade frente ao Oriente Médio e o Ocidente**. 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política (ALACIP), Montevideú, UR. 2017.

ROBINS, Philip. **Turkey's "Double Fravity" Predicament: the foreign policy of a newly activist power.** *International Affairs*, v. 89, n. 2, 2013.

RODGERS, Lucy; GRITTEN, David; OFFER, James; ASARE, Patrick. **Syria: The story of the conflict.** disponível em < <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-26116868>> publicado em 11 de março de 2016. Acesso em 11 jan 2016.

RUBIN, Barry. HEPER, Metin. **Political Parties in Turkey.** Frank Cass and Company Limited. England. 2002.

SAMHAM, Susana; YUNIS, Yaser. **Estado Islâmico termina 2017 derrotado em seus redutos no Iraque e na Síria.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/12/22/estado-islamico-termina-2017-derrotado-em-seus-redutos-no-iraque-e-na-siria.htm>> Acesso em 21 abril 2018.

SAYARI, Sabri. **Turkish foreign policy in the post-Cold War Era: The challenges of multi-regionalism.** *Journal of International Affairs*. Fall 2000. 54. 1. p. 169-182.

SCALENGUE, Sara. **Disability in the Ottoman Arab World, 1500-1800.** Cambridge Studies in Islamic Civilization. Cambridge University Press, UK, 2014.

SOARES, João V. S; RIBEIRO, Poliana G.; SOPRANI, Carolina; JOMAA, Hajar J.; SALCEDO, Isabela M. M.; BERNARDES, Daniel Z. **A Questão Curda.** *Observatório de Conflitos Internacionais*, v.4, n.1. Fev. 2017.

SOLER, Rafael da. **Perspectivas para a Resolução de um Conflito: a retomada das negociações no Chipre e a relevância da UE.** *Meridiano* 47, n. 99. Out 2008. p. 35-38.

SPENCER, Alexander. **New versus Old.** in: JACKSON, Richard. (Org). *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies.* Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2016. p. 269 – 290.

STAMPNITZKY, L. **The emergence of terrorism studies as a field.** _____. p.45 – 67.

SLATER, O. Robert. STOHL, Michael. **Current Perspectives on International Terrorism.** Macmillan Press, UK, 1988.

TEIXEIRA JR, Augusto W. M.; SILVA, Antonio H. L. **A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança no Estudo da América do Sul: Limites teóricos e perspectivas alternativas.** V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Buenos Aires. 2010.

TEKIN, Ali; WALTEROVA, Iva. **Turkey's Geopolitical Role: The Energy Angle.** Middle East Policy Council, Vol. XIV, No. 1, Spring, 2007.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. (PAGLIARI, Graciela de C. **Segurança Regional e Política Externa Brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006.**

WALZER, Michael. **Arguing About War.** Yale University Press, New Haven and London. 2004.

WILLIAMS, Paul D. **Security Studies: An Introduction.** Routledge, UK, 2008.

WINAND, Érica C. A. (Org.); PINHEIRO, Lucas M. (Org.); CHAVES, D. (Org.). **Perspectivas e debates em segurança, defesa e relações internacionais.** 1. ed. Rio de Janeiro/Macapá: Autografia/Unifap, 2015.

WOLFENDALE, Jessica. **The narrative of terrorism as an existential threat.** in: JACKSON, Richard. (Org). **Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies.** Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2016. p. 247 – 268.

YAYLA, Ahmet S.; CLARKE, Colin P. **Turkey's Double Isis Standard.** Foreign Policy. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2018/04/12/turkeys-double-isis-standard/#>>. Acesso em 30 abril 2018.

ZULAIKA, Joseba. **The Real and the Bluff On the ontology of terrorism.** in: JACKSON, Richard. (Org). **Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies.** Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2016. p. 92 – 110.